



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**- ENÉSIMA ITÁLIA -
DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS DA MIGRAÇÃO DE
EMPREENDEDORES DE ORIGEM ITALIANA PARA O ESTADO DE
SERGIPE NOS ÚLTIMOS ANOS**

André Luiz Santos de Oliveira

São Cristóvão - SE,
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48e Oliveira, André Luiz Santos de
- Enésima Itália - : dimensões sociológicas da migração de
empreendedores de origem italiana para o Estado de Sergipe nos
últimos anos / André Luiz Santos de Oliveira ; orientador Júlio
Cesar Cossio Rodriguez. – São Cristóvão, 2018.
132 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Emigração e imigração. 3. Empreendedores
– Sergipe. 4. Imigrantes – Itália. 5. Construção civil. 6.
Incorporação imobiliária. I. Cossio Rodriguez, Julio César, orient.
II. Título.

CDU 314.151.3:005.342:69(813.7)

André Luiz Santos de Oliveira

- ENÉSIMA ITÁLIA -
DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS DA MIGRAÇÃO DE
EMPREENDEDORES DE ORIGEM ITALIANA PARA O ESTADO DE
SERGIPE NOS ÚLTIMOS ANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Cossio Rodriguez

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio Cesar Cossio Rodriguez (Orientador – PPGS)

Prof. Dr. Marcelo Aláριο Ennes (PPGS)

Prof^a. Dr^a. Flávia de Ávila (PRODIR)

São Cristóvão,
Fevereiro/2018

AGRADECIMENTOS

Venho prestar meus agradecimentos, primeiramente a força divina, que notoriamente, a partir de uma sucessão de fatos, que os mais céticos e presos à linguagem da racionalidade, poderiam chamar de acaso, conduziu-me à feliz oportunidade de retomar os estudos na pós-graduação e a chegar satisfatoriamente a conclusão do percurso. Agradeço aos meus pais que sempre muito pacientemente apoiaram toda decisão que vim a tomar, ainda aquelas que não conseguiam compreender muito bem as finalidades.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Prof. Júlio C. Rodriguez, pela honra de ter me aceito como orientado, por todo o conhecimento transmitido, sempre com todo zelo, generosidade e assertividade. Demonstrando sempre, além do alto nível de conhecimento, grande inteligência emocional e segurança, refletida em sua constante sobriedade, cordialidade e sensatez, sem dúvidas, características dos irrestritamente bons.

Agradeço a Maria pela inspiração que me trouxe por meio da sua experiência com a carreira acadêmica e por todo incentivo, apoio, paciência, resignação, companhia e aos pequenos (ou grandes) sacrifícios que fez para estar sempre do meu lado nessa trajetória.

Agradeço ao PPGS da UFS, através das pessoas do Coordenador Prof. Wilson José F. de Oliveira e dos servidores da área administrativa ligados ao programa, que a partir de um trabalho sério e consistente tornam a vida do discente menos difícil, viabilizando o melhor andamento das atividades e conseqüentemente, contribuindo com resultados mais satisfatórios.

Agradeço a CAPES que através da concessão da bolsa, viabilizou que todo processo ocorresse de forma mais tranquila, proveitosa e digna.

Agradeço aos italianos e nacionais que ao conceder-me entrevistas e informações, contribuíram diretamente com a realização deste trabalho.

Agradeço ao Dr. Prof. Marcelo Alário Ennes, por toda contribuição, pela disponibilidade em todos os momentos, solidariedade e generosidade, como também agradeço aos ensinamentos e a generosidade de cada um dos demais professores do programa que tive a honra de conviver em sala de aula ou como membro do conselho como representante discente.

Agradeço enfim aos colegas da turma, por toda generosidade e fraternidade que tornaram a trajetória ainda mais rica, além de mais leve e agradável.

Resumo

Neste início de século XXI, mais especificamente na última década, o estado de Sergipe, na região nordeste do Brasil, passou a ser destino de grupos de imigrantes empreendedores estrangeiros que abriram negócios no estado. Entre esses imigrantes empreendedores, um grupo de italianos atuantes na área de incorporação imobiliária e construção civil. Na abordagem de tal grupo, foi conduzido um estudo de caso, sob a perspectiva analítica *do mixed embeddedness*, priorizando o enfoque teórico nas teorias pós-industriais, em vistas de explicação do referido movimento migratório. No referido modelo, o indivíduo (empreendedor) e suas relações deixam de ter total centralidade enquanto objeto de análise, para se considerar também a importância da estrutura de oportunidades na qual se insere e ainda o quadro político-institucional vigente em dado tempo e local. Na análise do caso, são implicados ainda a exploração das formas de capital e dos recursos mobilizados por tais empreendedores. O estudo indicou que na experiência e desempenho dos italianos em Sergipe, a fragilidade vivenciada em termos de capital social no que tange ao local de destino e, de algum modo, do capital humano, mostrou ser amenizado por meio do alto capital econômico e, em certa medida, também do capital étnico do qual são detentores. Constatou-se que uma adequada compreensão da dinâmica dos negócios desse grupo, requer uma avaliação de como conseguem mobilizar as referidas formas de capital dentro do específico quadro político, social e econômico da região de Sergipe no período.

Palavras-chave: imigrante empreendedor. *mixed embeddedness*. formas de capital. italianos empreendedores.

Abstract

At the beginning of the XXI century, more specifically in the last decade, the state of Sergipe, north-eastern region of Brazil, became destination for groups of foreign immigrants who started their businesses in the state, among these entrepreneurial immigrants, a group of Italians active in area of real estate development and construction. A case study based on the analytical approach of *mixed embeddedness* was conducted on this group with a theoretical focus on post-industrial theories. In the mentioned model, the individual (entrepreneur) and his/ her relations don't have total centrality as object of analysis, but also the "structure of opportunities" in which they are inserted and also the political-institutional framework in force in a given time and place are considered for analyses. In the analysis of this process are also implied the exploration of forms of capital and the resources mobilized by those entrepreneurs. The study evidenced that in the experience and performance of the Italians in Sergipe, the fragility experienced by them in terms of *social capital* and, to some extent, *human capital*, was shown to be ameliorated by high *economic capital* and, to some extent, also by *ethnic capital*. It was demonstrated that an adequate understanding of the business dynamics of this group requires an evaluation of how they manage to mobilize said forms of capital within the specific political, social and economic framework of Sergipe region in the period.

Keywords: immigrant entrepreneur, mixed embeddedness, forms of capital, Italian entrepreneurs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma das condicionantes consideradas no modelo analítico do <i>mixed embeddedness</i> neste trabalho. -----	34
Tabela 1 - Emigração italiana – 1870 -1970 (em milhões). -----	63
Figura 2: Esquema da tipologia de mercados de acordo com a acessibilidade e potencial de crescimento. -----	91
Figura 3: Adaptação do esquema da tipologia de mercados de acordo com a acessibilidade e potencial de crescimento, com representação da mobilização das formas de capital pelos empreendedores estudados em Sergipe.-----	117

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	10
1.1 Problema de pesquisa.....	12
1.2 Justificativa	13
1.3 Objetivo Geral.....	19
1.4 Objetivos Específicos.....	19
1.5. O Estudo de Caso Único	24
1.6. O Estudo de Caso e o <i>Mixed Embeddedness</i>	31
2. DO PÓS-INDUSTRIALISMO AO IMIGRANTE EMPREENDEDOR INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI.	40
2.1 As Teorias Pós-Industriais	40
2.1.1. Pós – fordismo	47
2.2. A Itália e a Terceira Itália	50
2.3 Movimentos migratórios e a sociologia.....	53
2.3.1 Movimentos migratórios internacionais	59
2.3.2. Movimentos Migratórios e os Italianos no Brasil	62
2.4.O imigrante empreendedor	64
2.5. A estrutura político-institucional brasileira como condicionante da experiência do imigrante empreendedor internacional	69
2.6.Abertura Comercial, Empresas estrangeiras e o Investimento Externo Direto (IED) no país	79
3. ESTUDO DE CASO: IMIGRANTES EMPREENDEDORES ITALIANOS EM SERGIPE – ANÁLISE SOBRE AS PECULIARIDADES DE UMA “INCRUSTAÇÃO MISTA” (<i>MIXED EMBEDDEDNESS</i> EM SERGIPE).	83
3.1 Coleta de Dados	85
3.2. Da Análise dos dados.....	92
3.2.1. Os Recursos dos Empreendedores em Relação a Estrutura de Oportunidades	106
3.2.2. As relações da estrutura de oportunidades (nível <i>meso</i>) com o quadro político institucional (nível macro) no caso estudado em Sergipe.	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXO.....	125

INTRODUÇÃO

O interesse sobre a temática e desenvolvimento da pesquisa tratada neste trabalho surge inicialmente a partir da observação do singular movimento de empreendedores estrangeiros, que vem alterando o panorama empresarial do estado de Sergipe, seja nas atividades voltadas ao varejo, sobretudo com os chineses, no centro da capital sergipana, seja, menos notoriamente, com italianos e outras etnias, no setor industrial e de serviços. Tais fatos vieram a aguçar a curiosidade acadêmica e o imaginário sociológico acerca dos porquês em torno de tais movimentos em uma região que não costumava ser rota de imigrantes internacionais, além de trazer o questionamento sobre quais os possíveis impactos e desdobramentos de tais fluxos sobre a realidade local.

No ano de 2012, ocorreu a aproximação do universo de pesquisa a partir do envolvimento deste pesquisador, para fins de prestação de serviços profissionais, com dois grupos de empreendedores italianos que pretendiam iniciar atividades no estado de Sergipe, a saber, empresa *A&T Progetti Srl* e a *Polypromotion do Brasil LTDA*, ambas com origem no norte da Itália (região do Piemonte e da Lombardia), atuando, respectivamente, no setor de engenharia/ arquitetura e de incorporação imobiliária, sendo os empreendedores ligados a este último, objeto de nossa proposta de estudo de caso, o primeiro grupo acabou não levando adiante o projeto de se estabelecer no Brasil.

Uma questão que deve ser respondida – consistindo no problema do presente trabalho – é a seguinte: quais seriam e em que medida, dinâmicas socioeconômicas nas dimensões global e local peculiares a este início de século XXI, impactam no movimento migratório de empreendedores italianos para o estado de Sergipe? No plano teórico, acreditamos que a priorização das teorias pós-industriais é medida adequada na busca de explicação da questão e desse movimento e que se relaciona diretamente com aspectos regulatórios e a ideia de acumulação flexível, temas afeitos à teoria pós-fordista, uma das mais destacadas teorias pós-industriais e que explica o emblemático fenômeno ocorrido na Itália nos anos 1970 e 1980, que abrange a questão da imigração interna de empreendedores para região específica daquele país. Esse fenômeno pós-fordista designado na literatura como “A Terceira Itália” (*La Terza Italia*), inspira o título deste trabalho – *Enésima Itália*.

No plano metodológico, para alcance dos objetivos pretendidos, foi promovida a aplicação do método estudo de caso sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness* (com adaptações), modelo analítico desenvolvido por Kloosterman, Vander Leun e Rath (1999) que se utiliza para explicar a realidade sociopolítica do imigrante empreendedor,

compreender sua integração e o desempenho de seus negócios em determinado local e tempo, basicamente da exploração da tríade de condicionantes de atuação concomitante: “capital social”, mercado e sua “estrutura de oportunidades” e o “quadro político-institucional” vigente em determinado período. Tais condicionantes do modelo *mixed embeddedness* e categorias implicadas em tal abordagem, como a do *capital humano*, *financeiro* e *étnico*, compõem o arcabouço analítico do presente trabalho. Assim, considerando o enfoque e pretensões desta pesquisa, exploraremos tanto os aspectos individuais quanto estruturais (*agency and structure*), implicados ao objeto e na problemática proposta. A seguir, passamos a descrever a estruturação que nos pareceu adequada para o presente trabalho, ante os fins pretendidos:

O capítulo inicial é dedicado aos aspectos teórico - metodológicos, onde é apresentado o método e justificada a adoção do Estudo de Caso Único (Yin, 2010) e a combinação deste com o modelo analítico do *mixed embeddedness*, sendo esta considerada perspectiva analítica de grande alcance explicativo tendo em vista os objetivos e questões que são levantadas no presente trabalho. Considerando que a entrevista semi-estruturada junto aos empreendedores foi a técnica prevaemente adotada em campo, a partir das quais foram colhidas evidências empíricas, suplementarmente, utilizamos no tratamento dos dados colhidos de alguns procedimentos do método Análise de Conteúdo, considerando os termos propostos por Bardin (2011). Tal utilização consistiu estritamente na conversão da transcrição das entrevistas efetuadas e documentos selecionados, no que o referido autor designa “unidades de registros” e do procedimento de “categorização inicial”, ocorridos em fase de “pré-análise” dos dados levantados, procedimentos estes próprios ao método Análise de Conteúdo.

Os laços relacionais ou redes de contatos, que compõem a noção de *capital social*, são considerados como um dos fatores definidores do desempenho do imigrante empreendedor na localidade “opção” de destino e a base de análise da abordagem designada *embeddedness* (Cf. GRANOVETTER, 1985). Em uma evolução, O *capital social* e recursos pessoais do empreendedor relacionados à estrutura de oportunidades disponíveis para tal imigrante e o reflexo dessa estrutura na estrutura político-institucional vigente como condicionantes da situação do imigrante empreendedor compõem, como já referido, a abordagem analítica cunhado por Kloosterman et al (1999), denominada *mixed embeddedness*.

O capítulo seguinte será dedicado mais detidamente às concepções teóricas envolvidas em torno da problemática suscitada e dos objetivos propostos (adiante expostos). Iniciaremos esse percurso teórico, a partir das teorias Pós-Industriais, considerando-as como

consistente arcabouço, a que devemos conferir prioridade para a explicação, sobretudo, dos aspectos macrossociológicos do fenômeno contemporâneo analisado, uma vez que o caso é abordável como fenômeno socioeconômico, pleno de peculiaridades atinentes ao começo de século XXI, envolvendo, assim, categorias contidas no escopo de tais teorias. As teorias Pós-Industriais emergiram na teoria sociológica no último quarto do século XX, justamente com o intuito de trazer explicações para questões peculiares à sociedade contemporânea e seu novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo e individualismo. Elementos dessas teorias são mais recentemente submetidos a ressignificações geradas a partir do advento da globalização (KUMAR, 1997).

Dentre as teorias pós-industriais, considerando os fins propostos para esse trabalho, será conferida maior centralidade à teoria pós-fordista e sua discussão acerca da acumulação flexível, localismo, inovações em arranjos produtivos, modo de regulação e as sociologias daí decorrentes. Uma vez que analisamos empreendedores italianos em Sergipe, é importante salientar que a teoria do pós-fordismo tem sua origem, coincidentemente em estudos sobre acumulação flexível, particularidades de cunho socioeconômico e em arranjos produtivos ocorridos na Itália no último quarto do século XX. É emblemático, o largamente estudado fenômeno sócio econômico e pós-fordista com implicações migratórias, ocorrido na Itália a partir dos anos 1970 e 80, designado “A Terceira Itália” (*La Terza Italia*). O tema será abordado como um precedente histórico na análise do caso de Sergipe nos últimos anos. Esta temática será abordada em linhas gerais, justamente como meio de ilustrar reflexões sobre a teoria pós-fordista.

O termo aqui recorrente - “A Terceira Itália” (*La Terza Italia*) – decorre da seguinte razão: historicamente, a região de maiores índices de desenvolvimento humano e econômico na Itália é a região noroeste do país, correspondendo às províncias da Lombardia, Piemonte e Ligúria ou mais precisamente à região que compõe o triângulo industrial de Turim, Milão e Gênova, região designada na literatura como “A Primeira Itália” (*La Prima Italia*) e onde tradicionalmente predominava a “produção industrial em massa”. A região menos desenvolvida do ponto de vista socioeconômico é a região sul do país, chamada “A Segunda Itália” (*La Seconda Italia*). A partir dos anos 1970 e 80, entretanto, passou-se a observar o surgimento de arranjos produtivos de configuração muito particulares nas províncias da região central e nordeste italiana, processo que tinha como um de seus aspectos, a transferência para esta região de empresas e imigração de profissionais especializados provenientes dos centros tradicionais da indústria Italiana ao norte do país, onde com a finalidade de obter proveitos das particularidades locais de ordem política, fiscal, legal,

econômica e/ou cultural, constituíram empresas, sobretudo de pequeno a médio porte. Tal região passou por decorrência a ser designada por observadores e estudiosos como “A Terceira Itália” (*La Terza Italia*). Inspirados, assim, no termo “Terceira Itália” e por considerar que o empreendedorismo italiano e suas particulares configurações estruturais e transnacionais atrelado à ideia de regime de acumulação flexível, distribuiu-se em diversos (“N”) casos pelo mundo afora, incluindo o caso do estado de Sergipe - região nordeste do Brasil - atribuímos como título do presente trabalho, o termo **“Enésima Itália”**. Procuraremos, a partir da abordagem analítica adotada, incrementar nossa análise ao tratar como precedente histórico, as análises e achados dos estudos sobre “A Terceira Itália”.

Na sequência, passamos à abordagem da categoria movimentos migratórios, uma vez que o tema prioritário do presente trabalho é justamente a mobilidade de italianos que aportam no nordeste do Brasil com a finalidade precípua de empreender. Assim, patente a imprescindibilidade da exploração da categoria imigrante, ainda que o recorte sobre a “subcategoria” do “imigrante empreendedor” ou de uma “burguesia migrante” (CAPPELLIN, 2008, p. 49) seja vertente relativamente pouco frequente na literatura dedicada aos estudos migratórios. Será promovida ainda, um apanhado sobre estudos sobre movimentos migratórios e sociologia; um breve histórico sobre as migrações internacionais no Brasil, com ênfase nos italianos e ainda uma análise sobre as aproximações e distanciamentos deste fluxo atual com levadas migratórias italianas ocorridas em outras fases da história dos movimentos migratórios internacionais.

Mais adiante, em tópico específico, abordaremos os movimentos migratórios internacionais do empreendedor e dinâmicas no nordeste brasileiro, onde, aproximando-nos mais especificamente das discussões em torno dos objetivos da pesquisa, introduzimos: (I) um breve histórico sobre a redemocratização do país a partir dos anos 70 e um panorama acerca da abertura comercial do país e do estímulo ao Investimento Externo Direto (IED) promovido por meio da política externa brasileira no período estudado e o seu desafio de dar continuidade ao processo de adequação e estabilização de estruturas a um sistema produtivo globalizado. A finalidade de trazermos tal conteúdo a esta altura do trabalho deve-se primeiramente em levantar dados elementares e processos ligados ao contexto socioeconômico e político-estrutural no qual se insere o nosso objeto de estudo, ao mesmo tempo em que se presta a introduzir, a partir de dados factuais e quantitativos, elementos concretos que serão utilizados nas análises que se dão a partir da perspectiva analítica do *mixed embeddedness* (“incrustação mista”).

O capítulo seguinte, versa sobre a coleta de dados e análises efetuadas em torno do nosso objeto, os empreendedores de origem italiana que compõem o quadro da empresa *Polypromotion do Brasil LTDA* e clientes. Promoveremos mais especificamente, a exposição sobre a configuração específica do *mixed embeddedness* em sua aplicação ao caso de imigrantes empreendedores italianos em Sergipe nos últimos anos, tentando traçar uma reflexão sobre o que poderia ser um padrão migratório na região. Neste ponto do trabalho, tratamos da apresentação e análise dos dados colhidos em pesquisa de campo, consistindo estes do conteúdo de documentos, material publicitário, audiovisual e, sobretudo, entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos empreendedores italianos e seus clientes/consumidores.

A discussão e análises sobre o caso é conduzida prioritariamente dentro do preconizado na perspectiva do *mixed embeddedness* e suas categorias implicadas. Assim, além dos aspectos relacionados ao capital social, humano, étnico em torno desses empreendedores e da relação destes com a estrutura de oportunidades na Região de Sergipe no lapso temporal considerado para análise, abordamos as instituições envolvidas e os aspectos legais em torno da abertura de uma empresa de pequeno a médio porte por um estrangeiro no Brasil e o papel das políticas públicas no amparo a essas iniciativas do empreendedor estrangeiro, incluindo a evolução ocorrida nessas políticas no período de tempo a ser estudado, seja a nível local ou federal. Como resultado de nossos trabalhos foram revelados os recursos pessoais e os níveis de capitais mobilizados por esses empreendedores, como também as peculiaridades da região de Sergipe, dentro do escopo analítico adotado.

1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A primeira década do século XXI foi marcada por uma severa crise com drásticos efeitos na economia mundial. Iniciada no ano de 2008, teve como epicentro as sociedades centrais do capitalismo e como um de seus efeitos, a alteração no fluxo das migrações internacionais na maioria dos países. Nesse novo panorama, o Brasil claramente torna-se parte de uma reversão de fluxo, passando de polo de emigração para os grandes centros do hemisfério norte, para destino de migração de retorno dos nacionais e também passa a ser opção de destino de migrantes provenientes de países de mais alto nível de desenvolvimento, em sua maioria, indivíduos possuidores de bom nível de instrução e em busca de oportunidades no mercado de trabalho (FERNANDES, 2015).

Segundo registros da Coordenação Nacional de Migração do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir do ano de 2009, a solicitação de autorização de trabalho por estrangeiros ao Governo do Brasil, passa a aumentar, em média, de 25% ao ano – indo de 42.914, no ano de 2009, a 70.524 em 2011; em 2012 foram 73.022, com uma redução para 65.693 solicitações em 2013. A grande maioria das solicitações foi para homens, 91,2% do total em 2009 a 89,7% em 2012. Os relatórios do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) acusam que para os pedidos de autorizações de trabalho permanente no ano de 2012, os portugueses ficaram em primeiro lugar com 16,1 %, seguidos dos italianos com 13,2 % do total¹.

Muitos desses profissionais instalaram-se nos grandes centros urbanos e pólos tecnológicos do país, porém em centros menores, como as capitais e outras localidades do nordeste brasileiro, observou-se o surgimento de empreendimentos de pequeno e médio porte que têm no comando empresários estrangeiros, alguns deles de certo modo ligados a grupos empresariais estrangeiros que mostraram interesse em se estabelecer na região o que confere um caráter transnacional a tais iniciativas. Muitas dessas regiões nordestinas, como o Estado de Sergipe, não registram um histórico evidente de fluxos migratórios desses países, conferindo certo ineditismo a tais casos. Assim, o presente trabalho busca promover um registro de uma abordagem exploratória sobre esse fluxo de empreendedores estrangeiros de origem italiana para o nordeste brasileiro ou, mais especificamente, para o estado de Sergipe.

A priori, mostra-se pertinente trazer esclarecimentos sobre o que seria uma empresa estrangeira no Brasil e uma empresa nacional. Para a legislação brasileira, considera-se empresa estrangeira, a sociedade que é constituída e organizada em conformidade com a legislação do país de origem, lugar onde também deve manter sua sede administrativa. A abertura por essas empresas de filiais e sucursais no Brasil, estão sujeitas a autorização do Governo Federal².

Por outro lado, conforme preconiza a legislação federal, consubstanciada no Decreto-lei nº 2627 de 1940, para que a empresa seja considerada brasileira, basta somente atender aos requisitos de possuir sede no Brasil e que a sua organização atenda à legislação brasileira, sendo que a nacionalidade ou o domicílio dos sócios, administradores e dirigentes não influem na definição da nacionalidade da sociedade. Nestes termos, estabelece o artigo

¹ Em relação às autorizações de trabalho “temporárias”, para contratos e trabalho com prazo de duração de dois anos, os portugueses receberam o maior número de vistos em 2012 – 14,5% do total, seguido por chineses 10,4 % e americanos 7,4% (Fernandes, 2015, p. 27).

² Artigos 1134 a 1141 do Código Civil. In: BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>, Acesso em: 12 de maio de 2017.

60 do referido decreto-lei: *São nacionais as sociedades organizadas na conformidade da lei brasileira e que tem no país a sede de sua administração.*³

Tal fundamento implica no entendimento de que ainda que todos os acionistas ou sócios sejam domiciliados no exterior, a sociedade será, dentro de um parâmetro legal, considerada brasileira, sendo suficiente, reiterando, que sua constituição atenda aos ditames da legislação nacional e aqui mantenha a sua sede. Do ponto de vista legal, constituir uma empresa de modo que seja legalmente classificada como “nacional”, mostra-se tarefa menos complexa e onerosa, portanto, mais conveniente do que configurá-la como filial ou sucursal de uma empresa estrangeira, ainda que na prática possa haver clara relação gerencial e financeira com entidades sediadas em nação estrangeira.

O objeto do presente trabalho consiste na equipe de empreendedores italianos que compõe a empresa de médio porte de origem italiana do ramo de incorporação imobiliária e construção civil chamada Polypromotion do Brasil LTDA, tais empreendedores migraram para o país e iniciaram atividades em Sergipe a partir do ano de 2011, sendo abordadas suas atuações, incluindo as relações estabelecidas e estruturas nas quais estão imersos.

1.1 Problema de pesquisa

A partir desse contexto socioeconômico emergem questões, dentre as quais a que apresentamos como um problema a ser explicado no presente trabalho, a saber: quais são e em que medida dinâmicas socioeconômicas nas dimensões global e local impactam no fluxo migratório de empreendedores italianos para o estado de Sergipe no período dos últimos anos? Acreditamos que a respostas a esta questão estão no escopo das teorias pós-industriais e sua ótica sobre as relações entre o “local”(e suas peculiaridades), e as dinâmicas do global neste início de século XXI. Parte dos teóricos que tratam da sociedade pós-industrial afirma que as sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo e individualismo. Nas palavras de Harvey (1990), a acumulação flexível é considerada como a causa de

rápidas mudanças no padrão de desenvolvimento desigual tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, dando origem, por exemplo, a um grande aumento do chamado emprego no setor de serviços, bem como a conjuntos industriais inteiramente novos, em regiões até então subdesenvolvidas, tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales do silício, para não falar da vasta profusão de atividades nos países em vias de industrialização). Também envolveu uma nova rodada do que eu chamarei de ‘compressão do tempo-espço.’ (HARVEY, 1990, p.147)

³ BRASIL. Decreto-lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2627.htm >. Acesso em 12 de out. 2016.

Isso se relaciona em certa medida com as mudanças ocorridas na organização do trabalho e nas consequências da evolução da tecnologia, fatores destacados pelos teóricos pós – fordistas. Costuma ser associado, também, ao declínio da nação – estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é na atualidade muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais (KUMAR, 1997, p. 132-133). Porém, Harvey (1990) salienta que se deve tratar com cautela essa ênfase da importância atribuída ao local na medida em que a descentralização na realidade pós-industrial não pode ser tão objetivamente entendida como uma manifestação de autonomia local, ou seja, como algo obviamente positivo. Sobre essa maior atenção e exploração das relativas vantagens “locacionais” no atual capitalismo, sustenta Harvey (1990): “a acumulação flexível explora tipicamente uma larga faixa de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes e as reconstitui como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente” (HARVEY, 1990, p. 294). Tais informações devem ser levadas em consideração nas indagações em torno da explicação do referido problema.

1.2 Justificativa

A justificativa da abordagem do referido tema neste trabalho se dá, primeiramente, por consistir em um registro acadêmico do movimento original de migrantes italianos empreendedores, ocorrido na região de Sergipe neste início de século XXI. O trabalho vem ainda a ser uma oportunidade de contribuição ao *estado da arte* dos estudos sociológicos relacionados aos movimentos migratórios analisados sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness*, salientando que o referido viés a ser abordado dentro da categoria, é pouco explorado na literatura, sobretudo quando analisada prioritariamente a partir de uma perspectiva teórica pós-industrial. Em outra perspectiva, o estudo pode vir a servir de referência para a implementação de diretrizes para a criação de políticas de apoio ou estímulo aos referidos fluxos e às atividades exploradas por essas empresas em seus diversos setores, como também aos atores sociais envolvidos nas relações – empresários, trabalhadores, consumidores.

Sobre a temporalidade da análise desenvolvida, optou-se por um corte transversal com perspectiva longitudinal considerando, a princípio, o intervalo dos últimos quinze anos, abordando a análise da integração ou incrustação mista (*mixed embeddedness*) desses imigrantes empreendedores e suas empresas no local de destino, levantando ainda a proposição de que o capital étnico de tais empreendedores, no contexto local, é um reforço

nessa integração, contribuindo, em certa medida, favoravelmente no desempenho dos negócios.

O método utilizado na abordagem do objeto foi o Estudo de Caso Único (YIN, 2015) que ocorre sobre empreendedores italianos que compõem e compuseram a equipe de gestão da empresa Polypromotion do Brasil Empreendimentos Imobiliários LTDA, fundada e dirigida por empreendedores italianos no ano de 2012, atuante na área de incorporação de imóveis, construção civil e venda de imóveis, que em termos técnico-legais se enquadra como empresa de médio porte⁴⁵, com a peculiaridade de estar, a princípio, ligada a um grupo de empresários (investidores) sediado na região da Lombardia, norte da Itália (“Primeira Itália”), que para tal fim fundaram uma pessoa jurídica designada *Poly Gruppo Srl*. A abordagem analítica será conduzida considerando a perspectiva do modelo do *mixed embeddedness*, nos termos propostos nos estudos liderados por Kloosterman (1999, 2001, 2006, 2010), com adaptações.

Na abordagem ao objeto será considerado o processo de integração, incluindo as relações estabelecidas e estruturas nas quais estão em algum modo inseridos. Essas relações serão abordadas em sua integralidade, ou em “multinível”, ou seja, considerando as relações interpessoais e as interorganizações, seja localmente ou transnacionalmente, buscando delinear a configuração específica do processo de integração desses empreendedores, adaptando ao caso estudado o que prescreve o modelo analítico adotado, uma vez que originalmente a abordagem analítica do *mixed embeddedness* prioriza as relações estabelecidas e redes constituídas entre coétnicos ou conacionais.

A análise dos aspectos macrosociológicos dá-se sob a ótica peculiar das teorias pós-industriais sobre as sociedades contemporâneas (Cf. KUMAR, 1997; HARVEY, 1990; CANCLINI, 2006; BAUMANN, 1998; SASSEN, 2010). Salientando que com o advento da

⁴ As atividades de Incorporação de imóveis, devido a peculiaridades de suas fontes de recursos foram excluídas da classificação de microempresas (MEs) ou empresas de pequeno porte (EPPs) - MPEs. Segundo o IBGE, “a atividade de Incorporação de imóveis, caracteriza-se por ter no comércio de imóveis próprios sua principal fonte de receita. A apropriação contábil desta atividade pode não refletir a sua real produção e, dessa forma, poderiam ser consideradas como MPEs empresas de grande porte que apropriaram receitas abaixo dos limites estabelecidos na lei”. In: IBGE – As micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21898>>. Acesso em: 28 de abril de 2017, p.18.

⁵ Ressalta-se que é ainda prevista para essa atividade as restrições fiscais do artigo 17 da Lei Complementar nº 123 de 2006, onde se lê que não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional - a microempresa ou a empresa de pequeno porte que se dedique ao **loteamento e à incorporação de imóveis**. BRASIL. Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Poder Executivo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em: 28 de abril de 2017.

globalização, essas teorias vieram a sofrer a reelaboração de seus postulados⁶. Ainda que tenha se tratado de um fenômeno ocorrido “domesticamente”, entre regiões italianas e não entre nações diversas, utilizamos como referência de fenômeno pós-fordista, ajudando a ligar a teoria ao caso concreto analisado, o precedente dos estudos acerca do fenômeno (pós-fordista) de descentralização produtiva ocorrido na Itália a partir dos anos 1970 e 80 do século XX, amplamente estudado por observadores Italianos e de outros países e que ficou conhecido como “A Terceira Itália” (*La Terza Italia*),⁷ designação que inspira o título do presente trabalho – Enésima Itália.

A Itália é uma república parlamentarista, com um governo central; a península itálica é composta por vinte regiões e cento e dez províncias. Historicamente, a Região norte da Itália é mais desenvolvida do ponto de vista humano e econômico, chamada por tais razões de “A Primeira Itália” (*La Prima Italia*), a parte ao sul do país, a seu turno, sempre foi menos desenvolvido nesses mesmos critérios, designada nos estudos, portanto, como “A Segunda Itália” (*La Seconda Italia*). Entretanto, a partir dos anos 1970 e 80, passou-se a observar o desenvolvimento de arranjos produtivos de configurações muito peculiares nas províncias da região central e nordeste italiana, processo que incluía a transferência de empresas para esta região e a migração de profissionais especializados vindo dos centros tradicionais da indústria Italiana ao norte do país, onde se aproveitando de particularidades de ordem política - fiscal, legal, econômica ou sociocultural, constituíram-se como empresas, de pequeno e médio porte, sob “regime de acumulação flexível”. Tal região passou a ter grande representatividade no desenvolvimento socioeconômico italiano, sendo designada por observadores e estudiosos como “A Terceira Itália” ou *La Terza Italia*.⁸

A Itália é um país que tem uma forte tradição migratória, entretanto quando se fala em “emigração italiana” ou coletividades de italianos vivendo no exterior, não se pode de antemão considerar que se está diante de grupos coesos em termos de língua, cultura e identidade, sendo esta uma questão que implica processos históricos, em boa parte decorrentes da unificação tardia da Itália enquanto uma única nação, sendo que tais processos ainda não se encontram totalmente resolvidos.⁹ Historicamente, as estratégias e

⁶KUMAR, op.cit.

⁷ Ibidem

⁸KUMAR, op. cit.

⁹ O Atual território italiano era até meados do século XIX, fragmentado em vários territórios não unificados politicamente. O chamado *Risorgimento* (ressurgimento), que se estende entre os anos 1815 a 1870, foi o processo de criação de um estado independente e unificado italiano. A proclamação oficial do “Reino da Itália” ocorre no ano de 1861 e a plena unificação política da Itália nos moldes como a conhecemos hoje, ocorre já no século XX - ano de 1918, com a anexação das regiões do Trento, Trieste e Ístria. Cf. BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. Editora Contexto, 3ªed., São Paulo, 2014, p. 43.

ondas de emigração em massa na Itália se davam a partir de determinadas regiões e aldeias, processos nos quais convergiam fatores de ordem familiar, afinidades política e profissional e não, necessariamente, tratavam-se de movimentos de amplitude nacional que moviam a Itália como um todo. Assim, nas palavras de Bertonha (2014), “em vez de uma emigração de italianos, o que identificamos em muitos momentos, foram emigrações várias que se entrecruzavam e formavam uma rede mais complexa do que pode parecer à primeira vista.”¹⁰

A Itália adota o princípio dos *jus sanguinis* (direito de sangue)¹¹ na atribuição originária da nacionalidade de seus cidadãos, ou seja, dentro desse entendimento, somando-se à intensiva e histórica migração, há hoje um imenso contingente de cidadãos italianos por direito que vivem no exterior - A emigração italiana, incluindo a migração de empreendedores, mantém-se ativa para todos os continentes – esse fluxo contínuo e as redes que são estabelecidas, ganham em cada “local” que se estabelece, configurações bem particulares, a partir das diversas realidades nas quais os italianos se inserem.

Dentro de uma ótica e contexto pós-industrial, reticular e transnacional – definições a serem aprofundadas no decorrer do trabalho – acreditamos ser possível identificar e analisar, no recente processo de imigração de empreendedores italianos para a região de Sergipe, nordeste brasileiro, variáveis e estruturas, comparáveis às encontradas nos estudos sobre o referido fenômeno de descentralização produtiva pós-fordista ocorrido na Itália - “A Terceira Itália”. Entretanto, esse “paralelo” ou, nos termos de Truzzi (2005), essa *pesquisa entre contextos nacionais*, não é a proposta metodológica deste trabalho, em todo caso, o ocorrido na Terceira Itália é tratado como um “precedente” que se relaciona com o caso sergipano, na medida em que ambos consistem em movimentos de empreendedores Italianos, impulsionados por ideais de “acumulação flexível” e viabilizados por processos regulatórios na comunidade de destino e como ocorre com a Terceira Itália, acreditamos que o caso ocorrido em Sergipe pode também ser explicado em boa parte pela teoria pós-fordista. Por entender que este caso que tem lugar em Sergipe ocupa, trata-se de mais um caso “pós-fordista” de descentralização produtiva com atores italianos, surge a inspiração de darmos como título deste trabalho o termo “**Enésima Itália**”.

¹⁰ Ibid., p. 95.

¹¹ *Jus sanguinis*, sistema predominantemente adotado em países emigração, baseia-se na “relação de sangue”, o que implica, independentemente do local em que tenha nascido, a nacionalidade originária da pessoa é definida a partir da nacionalidade de seus ascendentes. Já o *jus soli* (direito por meio do solo), o que define a nacionalidade é o local do nascimento. Há ainda países que adotam uma combinação dos dois critérios, aplicado à determinadas circunstâncias. No Brasil é adotado predominantemente o *jus soli*. SCOTT, James Brown. Nationality: *jus soli* or *jus sanguinis*. **The American Journal of International Law**, v. 24, n. 1, p. 58-64, 1930.

Ainda que o intuito não seja o de promover análises comparativas entre o caso sergipano e os estudos em torno do fenômeno italiano da Terceira Itália, insta salientar os argumentos de Truzzi (2005) acerca do tema. Este autor argumenta que, em certa medida, “todas as ciências sociais”, trazem em si, nem que seja implicitamente, projeções comparativas, uma vez que inexoravelmente, buscam explicar “a tipicidade, representatividade ou unicidade” de um determinado fenômeno, sempre implicando, em certo grau, o recurso da comparação (TRUZZI, 2005, p. 131). Para o autor, a partir dessa ótica, torna-se possível defender a ideia de que não haveria um “método comparativo”, uma vez que qualquer técnica ou desenho de pesquisa que se escolha incidirá necessariamente em algum nível de comparação. Entretanto, argumenta ao referir-se especificamente à sociologia:

quando se proclama que um projeto de pesquisa é explicitamente comparativo, normalmente buscou-se investigar processos sociais específicos que ocorrem ao longo de diferentes tipos de sociedade (capitalista e socialista, por exemplo), estados-nações (países), regiões ou mesmo tipos de organizações (pública e privada, por exemplo). Daí a observação de que muito do que normalmente é referido como sociologia comparativa fosse talvez, de modo mais acurado, descrito como pesquisa entre contextos nacionais, regionais ou institucionais distintos (TRUZZI, 2005, p. 131-132).

Observa-se que o autor, em se tratando da sociologia, claramente, não faz objeções à investigação de *processos sociais específicos* que ocorram até mesmo sobre sociedades de diferentes países, a qual chama de *pesquisa entre contextos nacionais*, o que pode ser uma visão polêmica para alguns. Salienta o mesmo autor, que na literatura sociológica, há basicamente duas orientações gerais no uso da análise comparativa: primeiramente os estudos que buscam a “similaridade” de casos em distintos contextos históricos e sociais, geralmente amparando-se em alguma teoria, e em sentido oposto, há as pesquisas que buscam, a partir da comparação, ressaltar a “singularidade”, destacando as diferenças entre as culturas e as peculiaridades de configurações e arranjos sociais.¹² Schmitter (2008), a seu turno, defende, a princípio, que uma análise sobre um dado país enquanto tal, não poderia ser comparada com outra efetuada sobre um outro país, uma vez que incidiriam condições demasiadamente distintas entre os casos considerados. Assim, para o referido autor, a chamada pesquisa holística seria, por consequência, uma ilusão de pesquisa social e política, resultando quando implementada “em pouco mais do que uma detalhada ou ‘volumosa’ descrição de um caso ou mais de um”. Entretanto, faz a ressalva que um esforço dirigido

¹² Ibidem.

para a seleção de um “pequeno número de variáveis” a serem testadas ao se associarem a variáveis de um maior número de casos, pode ter sua validade. Porém reforça que, em casos tais, deverão ser comparadas variáveis – “uma ou várias, sozinha ou em *clusters* - não unidades [de modo integral].” (SCHMITTER, 2008, p. 16 e 17) ¹³

Coronel (2007), em consonância com tal compreensão, defende a ênfase em análises comparativas que utilizem seleções de variáveis específicas entre casos, não havendo, portanto, obrigatoriedade, para fins de cumprimento a demandas de rigor metodológico, em se buscar paralelos sobre unidades nos quais sempre estejam abrangidos todos os seus aspectos. Este autor em sua análise comparativa entre a economia da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul e o modelo de desenvolvimento da “Terceira Itália”, referindo-se aos específicos modelos de arranjos produtivos que ilustram os estudos italianos, considera não ser pertinente o apego a conceitos intrínsecos explorados em estudos que são tomados como referência analítica, ou mesmo, buscar sincronias exatas entre variáveis. Sustenta ser mais viável buscar, objetivamente, nas correlações entre casos, a identificação e destaque de determinadas variáveis, *in casu*, os fundamentos que de algum modo possibilitaram a dinamização de políticas regionais e viabilizaram o desenvolvimento econômico de certas regiões que compõem os estudos relacionados à “Terceira Itália” (CORONEL, 2007). Comparações entre algumas variáveis verificadas em fluxos italianos ocorridos no nordeste brasileiro e o registrado nos estudos do fenômeno pós-fordista da “Terceira Itália”, podem, assim, ser objetos de futuros trabalhos, não havendo, a nosso ver, nenhuma objeção metodológica que não possa ser contornada. ¹⁴

A partir do observado na literatura, porém, tendo em vista os objetivos a serem alcançados neste trabalho, mostrou-se oportuna e acertada, dado o seu alcance explicativo, a adoção do método do Estudo de Caso Único, sob a perspectiva do modelo do *mixed embeddedness* (“incrustação mista” ou “imersão”) na composição do arranjo metodológico do presente trabalho. A perspectiva do *mixed embeddedness*, modelo desenvolvido por Kloosterman Leun e Rath (1999) ¹⁵ utiliza da exploração, basicamente, das condicionantes

¹³ Tradução nossa.

¹⁴ Cf. TRUZZI, op. cit.; CORONEL, op. cit.

¹⁵ Cf. KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness:(in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. **International journal of urban and regional research**, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999. Também Cf. KLOOSTERMAN, Robert; RATH, Jan. Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 27, n. 2, p. 189-201, 2001; Cf. KLOOSTERMAN, Robert; RATH, J. Mixed embeddedness as a conceptual framework for exploring immigrant entrepreneurship. **Eurex Lecture**, v. 8, p. 111-135, 2006 e Cf. KLOOSTERMAN, Robert C. Matching opportunities with resources: A framework for analysing (migrant) entrepreneurship from a mixed embeddedness perspective. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2010.

do capital social, estrutura de mercado e o quadro regulatório para se analisar a realidade do imigrante empreendedor. No caso sergipano especificamente, a análise utilizando-se do referido modelo auxiliou na melhor compreensão dos arranjos relacionais e estruturais peculiares encontrados.

O objeto neste trabalho estudado, por consistir, *prima facie*, em indivíduos que compõem um movimento internacional de empreendedores, implicando variáveis de ordem político-econômicas, com possíveis impactos recíprocos na estrutura social e sistemas culturais,¹⁶ torna-se imperativo que o desenvolvimento do tema deva ainda ser amparado pela exploração dos estudos relacionados à categoria “movimentos migratórios”, mais especificamente, sob viés do *migrante empreendedor* ou nos termos de Capellin (2008) de uma *burguesia migrante*.¹⁷

1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é o de compreender as condições estruturais e relacionais atinentes à eleição de Sergipe como opção de destino de imigrantes empreendedores italianos, considerando o período dos últimos quinze anos, promovendo para tal fim, análises das relações estabelecidas por esses empreendedores e das estruturas socioeconômicas e institucionais nas quais se inserem.

1.4 Objetivos Específicos

Devem ser considerados como “objetivos específicos” deste trabalho, os que são elencados a seguir:

- (i) Compreender quais os fatores de repulsão da Itália e de atração do empreendedor estrangeiro pelo mercado de Sergipe no intervalo temporal estudado, considerando seus recursos pessoais, a estrutura de oportunidades e a conjuntura político-institucional vigente;
- (ii) Distinguir os obstáculos e vantagens peculiares experimentados por esses empreendedores no processo de consolidação no mercado e na integração social, em função dos capitais e recursos pessoais mobilizados, incluindo, o papel do capital étnico nestes processos;
- (iii) Identificar e qualificar as relações e redes estabelecidas por esses empreendedores a nível local;

¹⁶JANSEN, 1969, p. 60., citado por PEIXOTO, 2004. In: PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. SOCIUS—Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

¹⁷CAPPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado. **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 31, 2008.

(iv) Compreender como se estabelecem as relações e fluxos atinentes ao caráter transnacional dos empreendedores italianos envolvidos;

(v) Demonstrar a partir do objeto analisado, a aplicabilidade e qualidade do modelo analítico do *mixed embeddedness* para explicar casos de imigrantes empreendedores no Brasil.

O presente trabalho tem como proposta, a promoção de uma pesquisa exploratória acerca da abertura de empresas de pequeno a médio porte, fundadas e dirigidas por estrangeiros no estado de Sergipe, considerando como escopo de análise o período dos últimos quinze anos, ou seja, entre os anos 2003 e 2017. O recorte temporal é assim delimitado, sobretudo, devido à abordagem analítica adotada sobre o caso - o *mixed embeddedness* - que considera como uma de suas bases de análise, a estrutura político-institucional vigente em determinado período que, a seu turno, teria a propriedade de impactar na entrada no mercado ou experiência do (imigrante) empreendedor. No caso, o referido recorte está atrelado aos governos federal e estadual no período e sua correspondente linha de ação em relação às políticas relacionáveis ao setor. Trataremos adiante com mais detalhes dessa abordagem.

A referida perspectiva analítica é utilizada na aplicação do método Estudo de Caso Único, tendo como objeto os empreendedores de origem italiana que compõem ou compuseram o quadro administrativo da empresa “Polypromotion do Brasil Empreendimentos Imobiliários LTDA”. Tratando-se esta de uma empresa do ramo de incorporação imobiliária¹⁸, cujo *staff* é composto por um grupo de imigrantes empreendedores originários da região da Lombardia, norte da Itália. Além da origem étnica, a escolha dos empreendedores neste trabalho considerou, também, o critério de serem os imigrantes atuantes em empresa de pequeno a médio porte no nordeste brasileiro. A partir da relevância e acessibilidade das informações, ante os objetivos a serem alcançados e a problemática a ser elucidada no presente trabalho, foi confirmada a seleção do caso a ser

¹⁸Para efeito da lei que rege a atividade – Lei 4591 de 1964 – em seu artigo 28, “considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas”. Já a pessoa física ou jurídica que exerce essa atividade, é chamada de incorporador, termo definido no artigo 29, da mesma lei federal – “art. 29 Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, (VETADO) em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas.*In*: BRASIL. Lei 4591 de 16 de dezembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

estudado nesta pesquisa, que se dá sobre a referida empresa implantada no ano de 2012 no Estado de Sergipe – nordeste do Brasil.¹⁹

Ao se iniciar uma investigação científica uma das primeiras medidas é o empenho em torno da eleição da mais adequada abordagem metodológica a ser utilizada sobre um dado objeto e as perguntas de partida suscitadas, o que inclui a seleção de seus correspondentes instrumentos e técnicas de implementação, devendo em tal esforço, sempre ser levado em consideração a natureza do objeto de estudo e a problemática que se pretende desenvolver. É inerente a esse processo, a partir de uma fundamentação filosófica e metateórica a adoção de determinadas técnicas compatíveis ao intento de investigação, não se recomendando, assim, a escolha do método ocorrer meramente por uma questão de preferência. O recomendado é que a escolha se dê com estreita relação entre as questões propostas pelo investigador e a natureza do que se almeja conhecer, considerando ainda os tipos de respostas que se visa colher (AUGUSTO, 2014).

A razão precípua de considerarmos a delimitação temporal entre o ano de 2003 e 2017, remonta ao escopo do modelo analítico adotado, que preconiza, em seu arcabouço analítico, entre outras categorias, a estrutura político-institucional vigente em um dado tempo e localidade. Assim, opta-se por ser esse o período em que prevalece a específica orientação política de abertura comercial do estado brasileiro e demais políticas federais e regionais pertinentes à realidade do empreendedorismo transcultural (ou do migrante empreendedor) no país. Destaca-se, assim, nomeadamente, as políticas específicas da unidade da gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT - (2003 – 2016) e o governo de transição do “Partido do Movimento Democrático Brasileiro” – PMDB - (2016/2017) e a nível estadual, no mesmo período, os governos do PFL (governador João Alves Filho), PT (Marcelo Deda) e PMDB (Jackson Barreto). Em termos pós-fordistas, pode-se afirmar que uma das pretensões é a abordagem do modo de regulação ou a estrutura institucional vigente do período que possivelmente contribuiu no processo de atração e na experiência de empreendedores de origem estrangeira no Brasil. Assim, a rigor técnico, quanto ao recorte temporal, podemos afirmar que se opera um estudo de recorte transversal com perspectiva longitudinal, ou seja, o tipo de recorte que apesar de ter como foco um ponto específico no tempo (no caso proposto, dados coletados no momento atual da empresa

¹⁹O Grupo italiano PolyGroup, após quarenta anos no mercado internacional da construção civil, inicia trabalho no mercado brasileiro criando a empresa PolyPromotion do Brasil, a partir de Sergipe no ano de 2012. A empresa opera projetos no interior do estado e na capital sergipana. Disponível em: <<http://polypromotion.com.br/institucional.php>>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

e dos empreendedores), consideram na análise a noção de mudança no decorrer de um período”(RICHARDSON, 1999).

Assim, a análise da estrutura político-institucional se restringirá ao que esteve vigente no referido lapso temporal, atendendo assim ao arcabouço de análise preconizado no modelo analítico adotado no presente trabalho - o *mixed embeddedness* - termo cunhado por Kloosterman, Van de Leun e Rath (1999). Nessa concepção analítica, sobre a experiência do (imigrante) empreendedor, o escopo analítico se dá basicamente sobre a “imersão” do migrante empreendedor e seus negócios, em uma dada localidade e tempo, considerando-se, primordialmente, como base de análise as condicionantes dessa experiência, nomeadamente, além de recursos pessoais do indivíduo, seu (1) “capital social” consubstanciado por suas relações e redes sociais estabelecidas; (2) “mercado”, especificamente, sua “estrutura de oportunidades” e (3) a “estrutura político-institucional” ou as políticas públicas e posicionamentos institucionais implementados ou em vigência em um dado período, que tenham o condão de influenciar em alguma medida as atividades exercidas por esses empreendedores (estrangeiros) e seus negócios.

Pretende-se, assim, identificar e analisar as particularidades de ordem político-institucional verificadas no referido lapso temporal que contribuíram na constituição do estado de Sergipe, nordeste do Brasil, como “opção” de destino migratório de empreendedores, em nosso caso especificamente, os de origem italiana, embora se observe também no mesmo período, o movimento de imigrantes empreendedores de outras nacionalidades na região, como chineses, espanhóis e portugueses, contrariando histórico sobre o destino mais comum de imigrantes de tais etnias dentro do Brasil - regiões ao sul do país.

No desenvolvimento da presente pesquisa, objetiva-se demonstrar análises de natureza qualitativa exploratória, a partir do método Estudo de Caso, sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness*, com adaptações. Coadunando com tal proposta metodológica, é priorizado no arcabouço analítico, as configurações das relações e redes estabelecidas por imigrantes empreendedores italianos que optaram como destino de seus negócios o estado de Sergipe, nordeste brasileiro; também, abordaremos a estrutura de oportunidades em termos de mercado disponibilizada para eles e consideraremos ainda a estrutura político-institucional vigente no período estudado. A abordagem das relações nas quais se inserem e são desenvolvidas por estes empreendedores, pode ser compreendida amplamente, em “multinível”, ou seja, tanto os laços sociais estabelecidos pelos migrantes

empreendedores enquanto indivíduos, quanto as relações estabelecidas por meio das organizações por eles conduzidas – relações “interorganizacionais” (LAZEGA, 2008).²⁰

Apesar de pesquisadores, em geral, preferirem focar apenas um dos dois níveis relacionais por vez em seus trabalhos, enfatiza Brailly et al (2016), que as atividades econômicas e mercados são influenciados por ambos os níveis, perspectiva a que nos alinhamos (BRAILLY, 2016, p. 319/320)²¹. A pertinência de tal abordagem sobre o contexto relacional, ocorre basicamente pelo fato de pesquisas na área da sociologia econômica, frequentemente evidenciarem a importância das redes sociais em mercados e a dependência da emergência de atividades econômicas das estruturas relacionais²². De modo equivalente, ocorre nos estudos que versam sobre movimentos migratórios e negócios étnicos, onde tem papel altamente relevante as estruturas relacionais nas quais estão inseridos imigrantes, sobretudo no país de destino (KLOOSTERMAN et al, 1999; KLOOSTERMAN e RATH, 2001; KLOOSTERMAN, 2010).

Salientamos que o *mixed embeddedness* é adotado com adaptações no presente trabalho, ocorrendo estas primeiramente no fato da abordagem do aspecto relacional se dar de forma mais ampla, estendendo-se, como anteriormente exposto, ao multinível das relações, incluindo não somente as relações entre coétnicos ou conacionais, como enfatiza, a princípio, Kloosterman et al (1999), mas incluindo ainda as relações estabelecidas interorganizações e ainda as relações com os nativos, ou seja, as relações interpessoais a serem analisadas serão consideradas irrestritamente; outro ponto enfatizado nos estudos liderados por Kloosterman, é o de que a aplicação do *mixed embeddedness* ocorre em “economias avançadas”, apesar de não definir esta característica em sua perspectiva, tão pouco as implicações e peculiaridades desse fato específico. Assim, talvez a região de Sergipe não possa ser considerada como de “economia avançada”, apesar de não se verificarem ausências no caso sergipano, de elementos similares analisados no caso dos Países Baixos, quais sejam, uma dada estrutura de oportunidades e um quadro político-institucional, além dos recursos pessoais e capital social e humano do empreendedor. Trataremos mais detidamente sobre essas adaptações mais adiante neste trabalho.

²⁰Tal abordagem desenvolvida por Lazega et al. (2007, 2008), é baseada nos estudos de “redes multinível” (*multi-level networks*) a partir da observação de dois níveis de atividades relacionais interdependentes, sobrepostas e parcialmente interseccionadas - os sistemas de ação inter-organizacional e inter-indivíduo. Cf. LAZEGA, Emmanuel et al. Catching up with big fish in the big pond? Multi-level network analysis through linked design. *Social Networks*, v. 30, n. 2, 2008, p. 159-176.

²¹Tradução nossa.

²²Brailly (2016), citando Granovetter (1985) afirmam que “Indivíduos não agem como átomos na vida social, seus comportamentos não são inteiramente definidos por macro estruturas, e suas ações são dependentes de um contexto relacional”.

Passaremos doravante, a apresentar as conceituações, definições e a evolução em torno dos métodos, técnicas e categorias sociológicas no escopo da metodologia e do modelo analítico articulados no presente trabalho. Adiante neste trabalho, em capítulo destinado a apresentação e análise de dados, trataremos mais objetivamente da nossa efetiva experiência em campo e aplicação prática de tais métodos e técnicas. Iniciamos com as definições em torno do método adotado - o Estudo de Caso Único.

1.5. O Estudo de Caso Único

A adoção no presente trabalho do Estudo de Caso como um dos métodos mostra-se como adequada medida, visto ser essa, segundo a literatura, opção tão recomendada quanto as questões de pesquisa procurarem explicar circunstâncias presentes e perguntas introduzidas por “como” ou “por que” certo fenômeno social funciona de certa maneira, sendo método frequentemente aplicado na sociologia e economia, como, por exemplo, nos casos de investigação sobre a estrutura de um determinado setor da indústria ou a economia de determinada cidade ou região (YIN, 2010). Estabelece-se como primeiro trabalho publicado em que se considera o estudo de caso como metodologia, o trabalho de J. S. Mill, intitulado *A System of Logic*, de 1843. De lá pra cá muito foi explorado e discutido sobre o método, sendo hoje a literatura sobre o estudo de caso muito vasta e diversa de modo que se torna difícil o desafio de se traçar uma acurada descrição, o que pode atestar seu sucesso enquanto método para uns ou o seu fracasso para outros (ELMAN; GERRING e MAHONEY, 2016)²³.

Da discussão sobre a melhor abordagem metodológica e métodos, apreende-se que se deve ter em mente que não há a superioridade de um método ou técnica em relação a outro, apenas deve-se considerar critérios de adequação e oportunidade na utilização de cada um. O que está em própria consonância com a relatividade e fim maior da ciência social em si. Nesse sentido, oportuna a lição a seguir:

Na realidade, o desenvolvimento teórico na sociologia pode ser compreendido como um movimento pendular, ora enfatizando o “macro”, ora privilegiando o “micro”, em função do objeto de estudo escolhido. Eis o “alimento diário” para a tese da “ausência de uma matriz disciplinar ‘forte’”. Por exemplo: a explicação da ação social, respectivamente, ora é determinada pela estrutura, ora é contingencial. O micro e o macro, para a teoria social, dizem respeito às tentativas de construção de uma teoria “forte” sobre os fenômenos sociais (DOMINGUES FILHO, 2006).

No atendimento às necessidades de compreensão e análise de um dado fenômeno em uma pesquisa que se conduz a partir de um estudo de caso, o pesquisador deve se sentir livre

²³ Tradução nossa.

para inventar métodos capazes de resolver o problema de sua pesquisa. Ou se não necessário os inventar, simplesmente recorrer a arranjos metodológicos já disponibilizados e cabíveis, nos quais promova a associação do estudo de caso a outros métodos e técnicas que tanto podem compactuar do mesmo “paradigma construcionista” qualitativo ou, até mesmo, lançar mão de utilização de métodos quantitativos (ou ao menos dados quantitativos), para fins de maior coesão e abrangência da pesquisa (BECKER, 1997).

No presente trabalho, recorreremos a um arranjo metodológico já experimentado e disponível na literatura – o estudo de caso sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness*. A escolha do “estudo de caso único” a ser considerado para o presente trabalho foi medida simplificada e favorecida, uma vez que a identidade do caso já era conhecida desde o início da investigação²⁴. A escolha, entretanto, não se dá somente por tal razão, mas também pelo mesmo reunir uma robusta amostra de dados pertinentes desde o início da investigação, demonstrando ser o caso estudado uma profícua fonte de informações. Entre outras peculiaridades, os empreendedores objeto do estudo compõem um grupo de empreendedores italianos com bom nível de qualificação, o que propicia um discernimento que facilita a compreensão das necessidades do pesquisador e de uma pesquisa; alguns deles possuem ampla vivência no empreendedorismo, com passagem em diversas regiões do Brasil, enquanto outros vindos diretamente da Itália especificamente para assumir funções na empresa, constatando-se, assim, que ao mesmo tempo em que o caso representa um movimento migratório internacional, observa-se também que fomentou um movimento interno para alguns dos empreendedores entrevistados, a partir das oportunidades geradas na região de Sergipe e amparada em certa medida na rede de relações desses empreendedores.

Para os fins do presente trabalho, adotou-se o conceito de empreendedor proposto por Mckenzie, Smothers e Ugbah (2007), ou seja, empreendedores enquanto “indivíduos e grupos de indivíduos buscando e explorando oportunidades econômicas,” (MCKENZIE; UGBAH e SMOTHERS, 2007,p.23)²⁵ complementada pela ideia do empreendedor como um articulador de redes (VALE; WILKINSON e AMÂNCIO, 2008). Não nos deteremos mais pormenorizadamente nas análises em torno do conceito de empreendedor uma vez que estamos neste trabalho priorizando a abordagem dos italianos, primeiramente como imigrantes, com foco especificamente nos estudos em torno da subcategoria do migrante empreendedor.

²⁴ IBID., p. 117

²⁵Tradução nossa.

Outro fator que favoreceu a escolha do caso, foi certa facilidade de acesso e afinidade que o pesquisador previamente já desfrutava com alguns membros do grupo pelo fato de já haver por breve período, no passado, tido com a empresa uma relação de prestação de serviços, sem vínculo empregatício. Tal fato, contudo, só fez aumentar a vigilância no sentido de não interferir na neutralidade e rigorosidade na condução da investigação. Relativo à conduta do pesquisador, Yin elenca como habilidades básicas de um bom candidato a utilizar o estudo de caso, as seguintes: *ser um bom ouvinte*, o que inclui não permitir que suas próprias ideologias ou preconceitos interfiram no andamento dos trabalhos em sua pesquisa; deve ser *adaptável e flexível*, podendo considerar novas situações não como ameaças, mas oportunidades de enriquecimento da pesquisa; deve possuir *noção clara dos assuntos em estudo*, mesmo em investidas exploratórias, o que gera ganhos em termos de assertividade, minimizando os “eventos relevantes” e racionalizando o volume de “informação” a ser buscado; deve ser *imparcial* em relação a noções pré-concebidas, ainda que em relação à teoria, mostrando sensibilidade e responsividade a eventuais evidências contraditórias; por fim, um “pré-requisito” do bom candidato a pesquisador que opta por fazer uso do estudo de caso, seria a capacidade de formular e propor boas questões. Essas questões por sua vez, devem ter o condão de promover um produtivo diálogo com as evidências surgidas.²⁶

As questões de pesquisa que compõem o protocolo do estudo de caso a ser conduzido no presente trabalho, partem da premissa que a região de Sergipe, nunca foi tradicionalmente uma região de atração de empreendedores italianos, tão pouco, foi incluído por políticas públicas de governos federais ou regionais, como uma das opções de destino nos movimentos massivos de migração internacional que tinham como destino o Brasil, diferentemente do que ocorreu ao sul do território brasileiro, como a região de São Paulo e nos estados da região sul do país, nos períodos dos séculos XIX e XX, incluindo as chamadas “grandes migrações”, destacados mais adiante neste trabalho. Outro ponto a se ressaltar é que o caso escolhido para estudo não é certamente representante de um movimento massivo de migrantes empreendedores italianos na região de Sergipe no período, nem mesmo estaríamos diante de um universo de dezenas de empresas de origem italiana, no qual selecionamos uma. Inversamente, o caso, parece mais propenso a sustentar o emblema do incomum, inusitado, de modo algum, portanto, uma amostra dentro de um expressivo contingente de casos, ao menos em relação à nacionalidade italiana. Observa-se,

²⁶ Cf. Yin, op. cit.

por exemplo, que a presença de empreendedores chineses é muito mais numerosa na mesma região no mesmo período analisado. Por tal peculiaridade, a amplitude das questões propostas na pesquisa enfatiza gatilhos e processos socioeconômicos, político-institucionais e reticulares, muito restritos aos anos de início de século XXI, coadunando, assim, com o destaque dado no referencial teórico deste trabalho às teorias pós-industriais, de grande poder explicativo sobre aspectos mais peculiares da sociedade atual²⁷.

Poderíamos salientar inicialmente, os reflexos de tais peculiaridades na abordagem das relações e redes nas quais se inserem o migrante empreendedor italiano na região de Sergipe. A substantividade das “questões de pesquisa” volta-se, assim, mais a aspectos relacionados à força do capital financeiro, humano e étnico desses empreendedores nas relações (negociais ou não negociais) com o nativo – englobando as relações individuais e interorganizacionais - do que simplesmente à importância de redes de “coétnicos” ou “conacionais”, incluindo os nacionais, descendentes de italianos na região (de quantitativo inexpressivo na localidade de Sergipe), diferentemente, nesse aspecto, de boa parte dos estudos desenvolvidos no sul do país²⁸ ou mesmo a significativa parte dos estudos internacionais em torno do imigrante empreendedor ou negócios étnicos.²⁹ Talvez seja a questão da análise sobre o capital social o que mais difere na aplicação do *mixed embeddedness* no caso de Sergipe, estando aí a principal adaptação na sua aplicação, quando em comparação com os casos originais de aplicação do modelo, que se deu na Europa, onde se priorizam as análises sobre os impactos das relações entre coétnicos em relação à mobilidade social e desempenho desses empreendedores.

Assim, no estudo em tela, consideramos levar a teste a proposição de serem os imigrantes empreendedores italianos, no caso de Sergipe – nordeste do Brasil, favorecidos nas suas relações com os nacionais pelo que detém em termos de capital étnico, o que pode corresponder a impactos favoráveis nos negócios, na mobilidade social ou penetração social. As questões de pesquisa no presente trabalho, também se voltam para os processos relacionados à estrutura de oportunidades – oportunidades de entrada no mercado da região em função dos recursos disponíveis a esses empreendedores - além de questões relacionadas

²⁷ KUMAR, op. cit.

²⁸ À exemplo, conferir os estudos desenvolvidos por. CAPELLIN (2008) e SCHMIDT (2015). In: CAPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado. **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 31, 2008. Cf. SCHMIDT, Diogo Serafim, Valores étnicos e empreendedorismo: estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e de italianos no Rio Grande do Sul. 2015.

²⁹ Tal afirmação restringe-se a percepção sobre os migrantes italianos, podendo ocorrer de forma diversa com a experiência na região de Sergipe de empreendedores de outras etnias, como os chineses, por exemplo, que talvez tenham nas relações entre coétnicos, uma fonte de relações mais expressiva e importante no desempenho de seus negócios. Tal dúvida ensejaria um estudo comparativo.

à estrutura político-institucional vigente. Ou seja, poderíamos afirmar, em síntese, considerando a peculiaridade do caso apontada anteriormente em relação às relações entre italianos e nacionais, que as questões de pesquisa, basicamente, orbitam o escopo analítico da perspectiva do *mixed embeddedness*, com as referidas adaptações. Assim, outro “fio condutor” na abordagem do caso está no buscar desvelar, identificar e compreender as variáveis e os processos subjacentes na constituição de Sergipe como opção de destino do grupo de imigrantes empreendedores que ilustra nosso estudo de caso. Emerge, assim, a seguinte questão: **por quais motivos e, principalmente, como se deu a constituição de Sergipe como opção de destino para esses empreendedores italianos nos últimos anos?** A partir de tal questão, a intenção, contudo, é a de compreender proficuamente as razões e a logicidade (os porquês) que subjazem uma dada situação e não simplesmente a busca por respostas reducionistas, de cunho positivista, em uma rasa objetividade.

Ainda sobre as questões de pesquisa, Yin (2010) afirma que o núcleo do “protocolo” do estudo de caso, é justamente o conjunto de questões substantivas, que servem como o fundamento da linha de investigação. Salieta-se, porém, que essas questões são formuladas para a reflexão e orientação do próprio pesquisador e não são postas diretamente para o entrevistado.³⁰ A elaboração de um “protocolo para o estudo de caso” é, assim, medida sugerida e destacada por Yin (2010), para o pesquisador que decide adotar o método, consistindo esse em mais que um questionário ou instrumento, sendo composto, ainda, por regras e procedimentos gerais que deverão ser seguidos na utilização desse protocolo. Uma das vantagens da adoção do protocolo é o aumento da “confiabilidade” da pesquisa, servindo como guia ao pesquisador na coleta de dados de um caso único, sendo ainda mais desejável a sua adoção em estudos de casos múltiplos. As seguintes seções são recomendadas em um protocolo de estudo: (1) visão geral do projeto – objetivos, assuntos do estudo, leituras pertinentes aos tópicos investigados; (2) procedimentos de campo; (3) questões de estudo de caso, além de (4) “um guia para o relatório do estudo de caso”³¹.

O mesmo autor, entusiasta na defesa da validade e rigorosidade do Estudo de Caso como “forma distintiva de investigação empírica”, em sua perspectiva sobre o método, enfatiza o “planejamento” e a “análise” que geralmente são negligenciados na literatura que tradicionalmente, ao abordar o estudo de caso, tende a atribuir maior destaque aos tópicos em torno da fase de “coleta de dados”. Outro impropério destacado em relação à literatura, é

³⁰ Ibid., 112 -113.

³¹ Para maiores detalhes sobre a elaboração de um protocolo para o estudo de caso, conferir Yin, op. cit. p.106.

que está frequentemente faz confusão entre o Estudo de Caso e outros métodos, como “estudos etnográficos” e “observação participante”.

“E para que serviriam os casos?” Em resposta a essa pergunta, Thacher (2006) aponta que os cientistas tradicionalmente recorrem a duas respostas sobrepostas: os casos que são estudados podem ajudar a identificar relações causais – perspectiva positivista sobre a pesquisa - e podem servir, ainda, para entender a visão de mundo das pessoas estudadas. A primeira opção ele denomina de “caso de estudo causal” e a segunda, “estudo de caso interpretativo”³². O mesmo autor acrescenta ainda a terceira resposta à referida pergunta a que ele se refere como “o estudo de caso normativo”³³, que em breve explicação, consiste em utilizar o estudo de caso como um meio de se “avaliar a racionalidade”, uma opção para contribuir ao objetivo de compreender o entendimento de alguém sobre “valores públicos importantes”, como por exemplo, quais responsabilidades líderes organizacionais deveriam atender.³⁴ Dentro da terminologia de Thacher, diríamos que o estudo de caso promovido neste trabalho se enquadra em maior medida no segundo tipo referido.

Em complemento a abordagem de Thacher, Alves-Mazzotti (2006), questiona quais situações é aconselhável a escolha do Estudo de Caso como método. Em busca de tal resposta, a autora, em comentário a obra de Robert Stake, autor dedicado ao construcionismo social, distingue três modalidades de estudos de caso considerando suas finalidades: o “intrínseco, instrumental e coletivo”. No estudo de caso intrínseco o caso particular em si, é a primeira razão de interesse da pesquisa, buscando-se sua melhor compreensão; no “instrumental” como o próprio termo já sugere, o interesse no caso se dá pela crença de que ele vai servir de meio para uma compreensão mais ampla e utilitária de determinado fenômeno. E por fim, estudo de caso “coletivo”, que seria uma espécie de caso instrumental estendido a várias unidades que são estudadas em conjunto, estas duas últimas modalidades do Estudo de Caso se prestariam, por exemplo, a subsidiar argumentos de contestação ou favorecimento a generalizações aceitas ou “fornecendo *insights*” que poderão vir a contribuir para outros estudos (ALVES-MAZZOTTI, 2006). Yin, por sua vez, categoriza os estudos de caso por explanatórios, exploratórios ou descritivos.

Tratando sobre os objetivos alcançáveis por meio do estudo de caso, em ótica diversa, Becker (1997) considerava haver, de um modo geral, um propósito duplo em sua aplicação:

³²No original, David Thacher utiliza os termos *causal case study* e *interpretive case study*. in THACHER, David. The Normative Case Study1. **American journal of sociology**, v. 111, n. 6, p. 1631-1676, 2006. (tradução nossa).

³³ Ibid., 2006 (tradução nossa).

³⁴Cf. THACHER, op. cit

obter uma compreensão abrangente do grupo em estudo, que inclui perfil de seus membros, atividades recorrentes e estáveis praticadas, relações internas e com o mundo exterior; como também, “desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais”. Nessa modalidade de método, descobertas inesperadas são comuns, devendo haver uma preparação para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos (BECKER, 1997). Ainda sobre os objetivos do estudo de caso e a atribuição de relevância teórica aos fenômenos encontrados em campo, esclarece Becker:

Assim postos, os objetivos do estudo de caso mal podem ser conscientizados; é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*. Os investigadores tipicamente terminam se concentrando nuns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado – problemas que se ligam a muitos aspectos da vida e da estrutura do grupo. Desse modo, um estudo de comunidade pode vir a se concentrar nos problemas de industrialização e contato cultural, ou um estudo de um bairro urbano pode se concentrar na relação entre etnicidade e classe social (BECKER, 1997, p.119).

Mostra-se muito pertinente a observação citada por Becker (1997) em relação as diversas possibilidades de abordagem de um caso a ser estudado e os objetivos alcançáveis e a dificuldade de serem totalmente antecipados. Como é natural em pesquisas de caráter exploratório, o trabalho de campo pode trazer a luz fenômenos, processos e conexões sobre os quais ainda não se deu um pleno exercício de imaginação (MILLS e DUTRA, 1972). Tal natureza da pesquisa exige para fins de coerência e cientificidade, a vinculação ou atendimento a um projeto de pesquisa. Uma vez preenchido certos critérios e selecionado o estudo de caso como método para a condução de uma pesquisa, Yin (2010), sugere que se deve dar sequência a tarefa de projetar o estudo de caso, o que requer um “plano ou projeto de pesquisa” elaborado especificamente para o método, ao que buscando uma definição para o que seria um projeto de pesquisa, diz:

No sentido mais elementar, o projeto é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, finalmente, às suas conclusões. Coloquialmente, um projeto de pesquisa é um *plano lógico para chegar daqui até lá*, onde *aqui* pode ser definido como o conjunto inicial de questões a serem respondidas e *lá* é algum tipo de conjunto de conclusões (respostas) sobre essas questões. Entre “aqui e “lá” pode ser encontrado um número de passos importantes, incluindo a coleta e a análise de dados relevantes (YIN, 2010, p. 48).

Enumera e destaca este autor, cinco componentes como especialmente importantes em um projeto de pesquisa, a saber: “As questões de estudo; proposições, caso existam; a(s) unidade(s) de análise; a lógica que relaciona os dados às proposições; e os critérios adotados

na interpretação das constatações”.³⁵ Quanto às “questões de estudo”, além da ideia, já anteriormente destacada, de que o estudo de caso é mais apropriado para as questões iniciadas por “como” ou “por que”, Yin, aponta a complexidade e importância de se chegar à “substância das questões”, sugerindo uma movimentação em três estágios para alcançar tal substância que envolve primeiramente: usar a literatura para contribuir na identificação de um ou dois tópicos-chave para as questões; em um segundo momento, aconselha concentrar-se em alguns “estudos-chave” que se relacionem com o “tópico de interesse”, onde o pesquisador deve identificar questões que podem ter suas respostas no próprio texto analisado ou apenas resultar em outras questões, tal exercício, alega o autor, pode aguçar a criatividade e inspiração para as questões a serem formuladas pelo próprio pesquisador; no terceiro e último estágio, Yin sugere o exame de outro conjunto de estudos, que podem servir de apoio ou aprimoramento das questões formuladas pelo pesquisador.³⁶

1.6. O Estudo de Caso e o *Mixed Embeddedness*

No presente trabalho, é adotada a combinação, já disponível na literatura, do estudo de caso com o modelo analítico do *mixed embeddedness*, com adaptações, como medida adequada para abordagem do caso da Polypromotion do Brasil, empresa do ramo imobiliário, implantada e conduzida por italianos, no estado de Sergipe a partir do ano de 2012. A combinação do método estudo de caso com a perspectiva analítica do *mixed embeddedness*, alinha-se aos estudos liderados por Kloosterman et al (1999, 2001, 2006, 2010). Essa concepção analítica toma campo primeiramente em casos conduzidos em cidades da Holanda. Os pesquisadores Robert Kloosterman, Joanne van der Leun e Jan Rath em artigo de 1999, fruto de pesquisas que exploraram o papel do imigrante empreendedor naquele país, inicialmente, em atividades informais, procuram demonstrar que a posição sócio-econômica do migrante empreendedor – e consequente propensão de mobilidade social ascendente – só pode ser propriamente compreendida ao se considerar não somente a sua imersão em redes sociais (*embeddedness*), mas também, considerando a combinação com análises de sua imersão no meio socioeconômico e político-institucional do país de destino. Tal modelo designado como *mixed embeddedness* engloba, assim, “ambos os lados da imersão”, ao se analisar processos de inserção de imigrantes empreendedores.³⁷ Em outros termos, nessa perspectiva analítica, a experiência do (imigrante) empreendedor em

³⁵ Para o detalhamento de cada um dos componentes elencados, Cf. YIN, op cit., p. 49 e seguintes.

³⁶ Yin, loc.cit.

³⁷ In: KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness: (in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. International journal of urban and regional research, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999, p. 3.

uma dada localidade e tempo, é explicada basicamente, sobre a imersão do imigrante empreendedor e seus negócios em uma tríade de condicionantes, nomeadamente, seu (1) “capital social” consubstanciado por meio do conjunto das relações e redes sociais; (2) “mercado” e a sua estrutura dinâmica de oportunidades e, por fim, (3) as “políticas públicas” e institucionais vigentes em um dado período que tenham o condão de influenciar em alguma medida as atividades exercidas por esse empreendedor.

Os níveis de participação em atividades de empreendedorismo de um dado grupo de imigrantes irão depender da intrincada dinâmica de interação entre as características etno-sociais e socioeconômicas do grupo em foco e a “estrutura de oportunidade”. Buscando uma noção do que seria a estrutura de oportunidade na concepção dos autores, alegam ser esta basicamente, uma função das “condições tecnológicas, fatores de custo de produção, a natureza da demanda por produtos, a estrutura institucional”, elementos que determinam onde, quando e com que extensão ocorrerão aberturas de mercado para tais negócios.³⁸ Neste capítulo dedicado a metodologia, para nos aprofundarmos nas implicações e aplicabilidade da perspectiva analítica do *mixed embeddedness*, mostra-se relevante primeiramente trazer a luz os conceitos, definições e categorias elementares que compõem este modelo, a partir do entendimento de seus idealizadores. Iniciamos, assim, a partir da compreensão do termo *embeddedness* na literatura sociológica.

Para voltarmos às bases da perspectiva do *mixed embeddedness*, faz-se mandatório recorrer à obra de Granovetter (1973, 1985) para quem o comportamento do empreendedor ou da economia (*economic behavior*) estariam condicionados preponderantemente às decorrências da imersão na sua “própria rede social”. Esse autor, invocando a questão clássica da teoria sociológica sobre “como o comportamento e as instituições podem ser influenciadas por suas relações sociais”, destaca a concepção que defende ser peculiar à ação econômica estar amplamente “imersa”, em estruturas de relações sociais (*over socialized*) na moderna sociedade industrial, o que contraria a ideia neoclássica que considera ser a ação econômica atomizada, autônoma ou “subsocializada” (*undersocialized*), ou seja, pouco influenciada pelo contexto relacional. Em sua teorização, Granovetter (1985) em crítica, argumenta que ambas as vertentes de pensamento são paradoxalmente similares ao negligenciarem o fato que a maioria dos comportamentos humanos de qualquer ordem são influenciados por uma estrutura continua de relações sociais. Assim, evitando os extremos do “sobre” ou “sub” socializada (*over or under-socialized*), uma observação séria sobre a

³⁸ Ibid.

ação econômica deveria admitir sua imersão em tal estrutura relacional. Ilustra seu raciocínio ao afirmar que uma vez que tais relações sociais estão sempre presentes, apenas através de um exercício de abstração mental poderia se conceber uma condição em que não exista a influência delas. Relata ainda o autor, que durante muito tempo, predominou entre sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas políticos a ideia que apenas em relação às sociedades “pré-mercado” (*premarket societies*) se concebe a ideia de influência sobre a economia da imersão nas relações sociais, vindo ela a se tornar, porém, muito mais autônoma com a modernização, uma visão que aparta totalmente a sociedade moderna da esfera econômica. Existem ainda os defensores que, inversamente à alegada lógica tradicional da fase pré-mercado, consideram as relações sociais na sociedade moderna, como um “epifenômeno” do mercado,³⁹ ou seja, decorrentes deste. Sobre o posicionamento de sociólogos ante o estudo de processos estritamente ligados ao mercado ou temas mais afeitos à teoria clássica, aponta Granovetter (1985):

Sociólogos com poucas exceções, abstém-se a implementarem estudos sérios de quaisquer temas arrogados pela economia neoclássica. Aceitaram implicitamente a presunção dos economistas que “processos de mercado” não são objetos adequados para o estudo sociológico, porque neles as relações sociais desempenham apenas um papel de ‘atrito e disruptividade’, não um papel central, nas sociedades modernas. (...). E nos casos que sociologistas estudam processos em que mercados vêm a ser tema central, procuram evitar as análises (GRANOVETTER, 1985, p. 504).

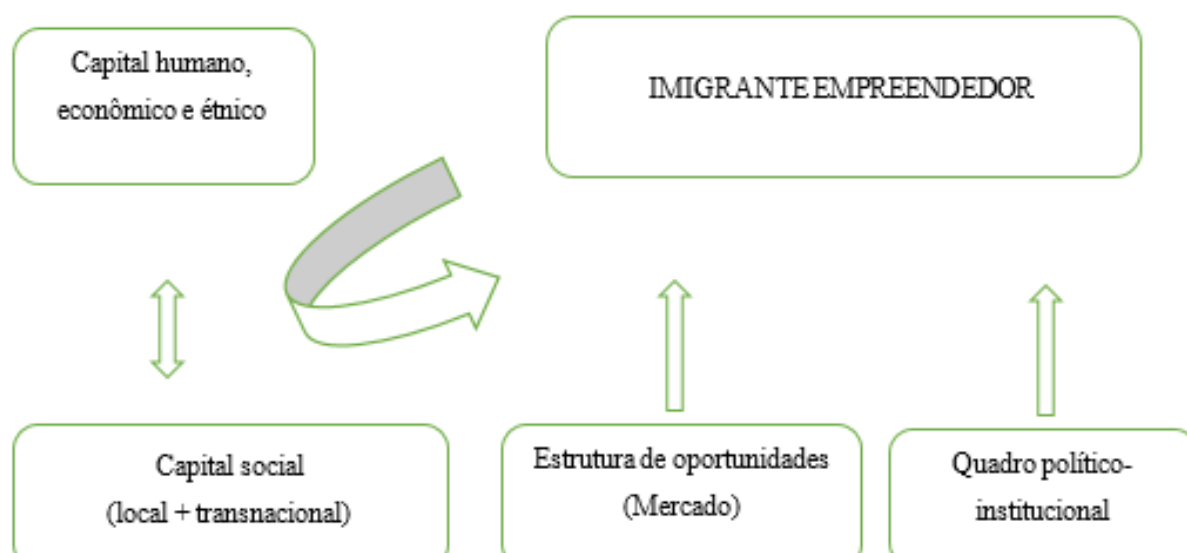
As ideias de analisar a ação econômica, a partir da influência de sua imersão em relações sociais são a base das ideias defendidas por Granovetter - autor de destaque da chamada “nova sociologia econômica” - na noção designada como *embeddedness*. O modelo do *mixed embeddedness*, assim, tem parte de seus fundamentos relacionados às ideias concebidas por Granovetter, porém segundo Kloosterman et al (1999), estaria em maior sintonia com o proposto pelo precursor do conceito de imersão, o Karl Polanyi, claramente exposto no artigo de 1957, *Aristotle Discovers the Economy*, que compõe a obra *Trade and Market in the Early Empires* (MACHADO, 2010).

Kloosterman et al (1999) sustenta críticas sobre certos pontos da teorização de Granovetter, denominada *embedddedness*, ao demonstrar que a posição socioeconômica do imigrante empreendedor (e conseqüentemente, suas possibilidades de ascensão na escala de mobilidade social) só podem ser devidamente compreendidas ao se considerar, não apenas a sua incrustação em redes sociais de imigrantes circunscritas “quase exclusivamente” aos

³⁹Cf. GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. American journal of sociology, p. 481-510, 1985.

conterrâneos ou “coetnicos” - como basicamente, defendia Granovetter na sua visão de *embeddedness* - mas deve, sim, ser considerada a incrustação no *mix* composto, além das relações sociais, pelo contexto socioeconômico e o político-institucional do país de acolhimento (Figura 1). As análises no escopo do modelo proposto, portanto, englobam ambos os lados do processo de inserção do imigrante no país de destino, estando este alocado na interseção entre as mudanças nos quadros sócio-culturais, por um lado, e os processos de mudanças nas economias (urbanas) e panorama institucional, de outro.⁴⁰

Figura 1: Fluxograma das condicionantes consideradas no modelo analítico do *mixed embeddedness* neste trabalho.



Fonte: Elaboração própria.

Como ilustrado na figura 1, em análise abrangente sobre o capital social, por implicação, é também considerado uma análise sobre o capital humano, muitas vezes subentendido na expressão “recursos pessoais”(do imigrante empreendedor), recorrente na literatura referida, o mesmo ocorrendo com o capital econômico. Tais recursos em certa medida se retroalimentam, a exemplo, o capital econômico facilita a aquisição de preparo técnico e intelectual, favorecendo ,assim, a acumulação do capital humano, este, a seu turno, pode facilitar o estabelecimento de novos laços sociais, reforçando assim o capital social. No presente trabalho, incluímos como tema abordado por implicação na análise sobre o capital social, o “capital étnico”, por considerar ser no caso estudado, um fator marcante ao influenciar determinadas relações, especialmente, com os nativos e consumidores na

⁴⁰Cf. Kloosterman et al, op. cit., p.08 (tradução nossa).

localidade de destino - Sergipe. O favorecimento do imigrante empreendedor decorrente do fator étnico, será melhor demonstrado adiante neste trabalho.

A aderência a ideia de implementar a abordagem analítica do *mixed embeddedness* sobre o nosso objeto de estudo, dá-se por entendermos que apesar de se tratar de abordagem analítica de aplicação pouco comum em economias em vias de desenvolvimento ou não - centrais como a nossa, mostra-se altamente explicativa e fértil, em que pese serem eventualmente necessárias certas adaptações em sua aplicação ante dado caso concreto. Jan Rath (2002), argumenta que o desenvolvimento teórico relacionado ao migrante empreendedor evoluiu no sentido de privilegiar abordagens relacionadas ao *social embeddedness*, contudo, muitos estudantes do tema, especialmente nos Estados Unidos, aderem fervorosamente ao pensamento sociológico econômico com foco nas redes sociais do empreendedor e o seu consequente impacto nos negócios. São relativamente subestimadas, assim, as dinâmicas entre indivíduo e estrutura (*agency and structure*) e priorizadas os aspectos individuais. Esse reducionismo, segundo Rath, seria uma renúncia ao “modelo integrativo”, ao que considera como mais apropriada, assim, a adoção do recurso analítico do *mixed embeddedness*, uma vez que este liga as relações sociais a estrutura político-econômica mais ampla (RATH et al, 2002).

Outro conceito implicado na implementação do *mixed embeddedness* é o de **capital social**. Na sua visão sobre o modelo analítico que propõe a princípio, enfatiza e restringe as análises sobre as relações e rede de relações do migrante empreendedor basicamente aos coétnicos ou conacionais, a partir da identidade compartilhada de “não-nativo” (*non-indigenous identity*) ou o do “compartilhamento da experiência de migrante”, considerando o fomento da confiança como uma decorrência dessas relações e a importância desse fator no aproveitamento das oportunidades de mercado.

No caso de Sergipe, consideramos a proposição de que na ausência de um expressivo ou consistente número de conacionais ou coétnicos na região, além dos próprios membros da empresa estudada, a confiança, ou no caso, ao menos tolerância, gerada a partir das relações e redes sociais estabelecidas, é extraída a partir dos esforços na interação e relações sociais com os próprios nativos, favorecido por meio do capital financeiro e pelo capital étnico dos italianos que encontram disposições de aceitação e bom acolhimento por parte dos locais, tendo como um dos efeitos, uma mais favorável em sua inserção no mercado. Assim, ante a peculiaridade apontada no que tange as configurações das redes sociais estabelecidas pelos imigrantes empreendedores italianos em Sergipe, reiteramos que usamos o modelo analítico do *mixed embeddedness*, com adaptações.

A visão sobre capital social nos trabalhos encabeçados por Kloosterman, alinha-se, em certa medida, ao de Bourdieu (1986) que em seus estudos sobre privação e exclusão social, afirma que o capital social se constitui pelos recursos, redes sociais e confiança, o que pode em determinada instância ser conversível em capital econômico, o mesmo podendo ocorrer com o capital cultural (BOURDIEU, 1986). O termo “capital social”, porém, é amplamente usado, em diversas circunstâncias, o que implica em dissonâncias em seu significado, entretanto, o termo “capital” é basicamente usado como uma metáfora financeira, indicando a ideia de estoque ou acúmulo de algo que pode em algum momento se converter em algum tipo de benefício ou vantagem (BRUCE e YEARLEY, 2006).

Outra condicionante e outro conceito da experiência do (imigrante) empreendedor na abordagem do *mixed embeddedness* é o mercado, ou em outros termos, a **estrutura de oportunidades** de uma dada localidade confrontada por um dado empreendedor. Mas como o mercado ou essa estrutura é compreendida pelos autores desse modelo analítico? De acordo com Kloosterman e Rath (2001), muitos pesquisadores ao abordarem o papel do imigrante empreendedor tendem, na relação demanda – oferta, a focar na problemática em torno do aspecto da “oferta” (*supply*), ou seja, exploraram as diferenças de propensão para o empreendedorismo entre certos grupos de imigrantes. No entanto, tais estudos, segundo os autores, muitas vezes negligenciam os outros dois aspectos cruciais desse mercado “fictício” dos estudos: o lado da demanda (*demand*) e o processo de correspondência entre empresários e potenciais aberturas em um dado mercado para novos negócios (*matching process*). Assim, primeiramente, devem surgir oportunidades geradas por uma demanda de um dado mercado, propiciando a gestão “economicamente sensível” – gerador de excedentes que viabilizem, ao menos minimamente, os investimentos do empreendedor. Em segundo lugar, essas oportunidades devem ser “acessíveis” ao aspirante (imigrante) empreendedor⁴¹, que muitas vezes se deparam com impedimentos da ordem de falta de capital, qualificação ou mesmo impedimentos legais ao tentar atuar em determinada atividade no país ou região de destino. Em terceiro lugar, as oportunidades de negócios rentáveis devem ser percebidas, ou mesmo assumidas, por tais empreendedores e, por fim, os autores acrescentam que tais oportunidades devem ser aproveitadas de forma palpável, dando o exemplo da abertura do próprio negócio.

⁴¹Os autores fazem referência ao fato de que o empreendedor pode ficar impedido de adentrar determinado mercado ou usufruir de uma certa oportunidade devido, por exemplo, a muito elevadas “escalas de eficiência mínima” que exigem grandes desembolsos de capital, dando como exemplo certos tipos de fabricação. Cf. KLOOSTERMAN, Robert; RATH, Jan. *Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored*. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 27, n. 2, p. 189-201, 2001. (Tradução nossa).

Como medida para transcender a especificidade de um estudo de caso e entendendo como ocorre a inserção de empresários imigrantes em “economias urbanas avançadas” a partir de uma perspectiva comparativa, os autores propõem que essa chamada “estrutura de oportunidades” venha a ser explorada de forma mais sistemática. A pretensão é a de se utilizar de uma abordagem abrangente o suficiente para que se permita a comparação internacional de padrões do empreendedorismo imigrante, considerando um modo teoricamente fundado, podendo ser a persecução desse padrão no caso estudado em Sergipe, uma das pretensões a serem atendidas no presente trabalho. Os autores visam compreender a posição socioeconômica dos empresários imigrantes, levando em conta além da concreta inserção nas redes sociais de conacionais, a sua inserção “mais abstrata” no contexto socioeconômico e político-institucional. Os autores, assim, salientam que ao observarem a imersão dos imigrantes empreendedores nas suas redes sociais (*embeddedness*), o fazem relacionando explicitamente com a estrutura de oportunidades que esses empreendedores devem encontrar em termos de possibilidades para iniciar um negócio e subsequentemente, manter ou expandir tal negócio (KLOOSTERMAN e RATH, 2001, p. 190).

Discriminadas as definições e conceitos elementares em torno do método e abordagem analítica escolhidos para o presente trabalho, voltamos a tratar especificamente do nosso estudo de caso. Quanto às técnicas aplicadas na abordagem em campo, foram realizadas algumas entrevistas preliminares. Com finalidade exploratória, a estruturação dessas entrevistas pode ser resumida ao dizer que nelas o entrevistado teve total liberdade de expor seu pensamento a partir da introdução de um tema sugerido pelo entrevistador, podendo este explorar amplamente informações a partir dos discursos de pessoas que de algum modo estão relacionadas ao caso, com o intuito de obtenção do maior número possível de informações e elementos que trouxessem pertinência em relação aos objetivos e as categorias de estudo a serem exploradas (BONI e QUARESMA, 2005).

Tais contatos foram realizados com alguns colaboradores da empresa Polypromotion do Brasil, prestando-se as entrevistas ainda a identificar aspectos específicos culturais e habilidades cognitivas em relação ao idioma (no caso dos italianos) ainda que nesse aspecto, o pesquisador já soubesse do nível de conhecimento da língua portuguesa de parte dos entrevistados devido ao fato de conhecê-los previamente. No caso estudado, apesar dos entrevistados ou respondentes italianos terem boa fluência no idioma português, mostrou-se necessário certa cautela na utilização do vocabulário, buscando-se simplificar, dentro do possível, a linguagem utilizada (PAN, 2004).

Após a fase preliminar, foi utilizada, prioritariamente a técnica da entrevista semi-estruturada⁴², onde se combinaram perguntas abertas e fechadas, concedendo-se a liberdade para que o entrevistado discorra sobre o tema. As perguntas foram previamente definidas dentro dos tópicos pertinentes ao atendimento dos objetivos e questões de pesquisa. Entrevistas deste tipo são bastante úteis quando a necessidade é delimitar o volume e racionalizar informações em função do que se deseja alcançar com elas. Elas devem ser conduzidas quase que como uma conversa informal, devendo, porém, o entrevistador, estar vigilante em direcioná-la no momento oportuno, para que não se fuja tanto aos assuntos de interesse e também para esclarecer pontos que ficaram omissos ou obscuros, oportunidade em que são adicionadas ou reformuladas algumas perguntas.⁴³

No nosso estudo, buscou-se com as entrevistas compreender a trajetória dos empreendedores; processos vivenciados por eles a partir da escolha de Sergipe como destino de seus negócios; a evolução da configuração das relações e redes sociais nas quais se inserem em Sergipe e transnacionalmente; identificar de que forma se beneficiaram da estrutura de oportunidades na região de Sergipe, como também aferir a percepção dos empreendedores entrevistados em relação à estrutura político-institucional a que estão submetidos e quais eventuais impactos foram gerados na evolução de seus empreendimentos. Pode ser observado, assim, que as perguntas propostas nas entrevistas correspondem ao escopo analítico da abordagem do *mixed embeddedness*.

A pesquisa também sugere uma proposição a ser testada: a de que o capital étnico dos migrantes italianos tem o condão de favorecê-los no estabelecimento de relações sociais e vínculos com os nativos, o que, em extensão ao raciocínio de Bourdieu (1986) sobre o capital social e cultural, pode também levar ao favorecimento de seus negócios e por consequência, como posto anteriormente, a sua conversão em capital econômico (BORDIEU, 1986), vinculando assim o capital étnico ao melhor desempenho nos negócios, sendo esta proposição testada tanto nas entrevistas com os próprios empreendedores italianos, como com os consumidores dos imóveis empreendidos por esses empreendedores através da empresa Polypromotion do Brasil.

As entrevistas foram aplicadas, assim, a cada um dos empreendedores italianos que compõem a referida empresa, como também com alguns colaboradores e clientes brasileiros. Os roteiros foram desenvolvidos considerando primeiramente um breve perfil e histórico do entrevistado, aferindo aspectos relacionados ao capital humano – escolaridade e experiência

⁴²Trazemos em Anexos, exemplos de roteiros de entrevista que foram utilizados.

⁴³BONI e QUARESMA, op. cit.

profissional - seguido da separação não tão rigidamente das perguntas por tópicos, relacionados às condicionantes do *mixed embeddedness* – *capital social* – a interação com outros italianos na região e, sobretudo, com os nativos, seja interindividual ou interorganizacional – relações em multinível (BRAILLY et al, 2016); perguntas relacionadas ao *mercado* e a *estrutura de oportunidades* nas quais se inserem os empreendedores e perguntas relacionadas a aspectos político-institucionais para averiguar a percepção dos empreendedores sobre as dificuldades e vantagens percebidas no atendimento à legislação, relação com entidades da administração pública federais, estadual ou municipal e entidades privadas. Além das perguntas relacionadas ao capital étnico, como anteriormente referido.

Visando uma maior segurança e proveito na sistematização das informações colhidas, na fase de “pré-análise” das entrevistas realizadas serão utilizados elementos do método Análise de Conteúdo, por viabilizar uma assertiva manipulação das “comunicações” colhidas e suas informações. Consideramos o referido método nos termos propostos por Bardin (2011), sendo essa uma autora reconhecida na literatura como aquela que fez o método alcançar popularidade a partir de sua obra de 1977, o viabilizando como aplicável a diversas áreas do conhecimento (SILVA e FOSSÁ, 2017). Com o reforço da utilização suplementar desse método, é promovida a análise sistemática do contido nos discursos dos entrevistados, trazendo à luz, no caso dos empreendedores italianos, a compreensão sobre a percepção de cada um deles sobre tópicos pertinentes às questões, objetivos e problemas da pesquisa, à exemplo, como se configuram as relações e eventuais redes sociais estabelecidas, como percebem e exploram a questão do capital étnico na interação e relações com o nativo; o mesmo servindo para compreender as disposições do nativo na questão da valoração do italiano e sua cultura. A análise de conteúdo se presta ainda para aferir a percepção do empreendedor italiano sobre a estrutura de oportunidades da região de Sergipe, como também a percepção sobre a estrutura político-institucional vigente.

O objetivo da análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 52). Nas análises dos materiais seguindo o que propõe o método, procura-se promover a técnica da “análise categórica temática”, ou seja, uma classificação das mensagens em categorias simbólicas ou temáticas de forma que facilitem a compreensão do que se encontra subjacente aos discursos. A análise de conteúdo na exploração de comunicações em uma pesquisa sobre empreendedores étnicos de origem italiana, foi utilizado com sucesso por Schmidt (2015), que sintetiza uma definição para o método da seguinte forma:

A análise de conteúdo é um instrumento usual do paradigma compreensivo ao selecionar temas, categorizando e interpretando o significado dos sentidos expressos nas comunicações. Este tipo de análise condensa os dados em tópicos de acordo com sua relevância na teia de significados tecidos pelos agentes (SCHMIDT, 2014, p. 48).

Na nossa proposta de trabalho, a referida categorização a partir dos dados colhidos com as entrevistas e a fase de “exploração do material”, de um modo geral, ocorre precipuamente em função do atendimento ao preconizado pelo modelo do *mixed embeddedness* (cf. *supra*) e tendo em mente o propósito maior, de alcance dos objetivos e problema da pesquisa. Contudo, nesses propósitos, há toda atenção para que não haja restrições procedimentais de modo a dificultar ou subestimar “descobertas inesperadas”, que possam servir de base para outras análises “dispostas em torno de novas dimensões teóricas”.⁴⁴ Nos termos de Mills (1972), É natural que o caráter exploratório da pesquisa possa trazer a luz fenômenos, processos e conexões sobre os quais ainda não se deu um pleno exercício de imaginação demandando, assim, empenho investigativo, análises e reconsiderações.

2. DO PÓS-INDUSTRIALISMO AO IMIGRANTE EMPREENDEDOR INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI.

2.1 As Teorias Pós-Industriais

O termo “Pós-industrial e sua conceituação original é atribuído a Daniel Bell, que alega o ter usado pela primeira vez em um seminário no ano de 1959, cujas atas teriam sido publicadas no ano de 1962. “*Notes on the Post –Industrial Society*”, publicado no periódico “*The Public Interest*”, no ano de 1967, teria sido o primeiro artigo em que se lê a expressão “pós-industrial”(DE MASI, 2003, p.58). As teorias pós-industriais têm despertado grande interesse na transição de final de século XX e início de milênio. Segundo Kumar (1997), a explicação, estaria no alto apelo dessas teorias sobre questões que permeiam a sociedade atual. Ainda que não sejam unanimemente acolhidas (“todas as teorias são parciais”), ressalta o autor, que não se pode negar a “fecundidade” que elas promovem desde quando emergiram na teoria sociológica no último quarto do século XX, não devendo, portanto, ser de modo algum subestimadas.⁴⁵ O mesmo autor, destaca três como as mais relevantes dentre as chamadas teorias “pós - industriais” - a teoria da Sociedade de Informação, o Pós-

⁴⁴Cf. Bardin , op. cit., p.132.

⁴⁵KUMAR, op. cit.

fordismo e o Pós-modernismo. Ressalta ainda as transformações por que passam tais expressões no contexto da “globalização”, que atinge, segundo o autor, todas as sociedades modernas – “e pós-modernas.”⁴⁶ As sociedades contemporâneas demonstram um novo ou reforçado grau de fragmentação, pluralismo, individualismo, mudanças na organização do trabalho e impactantes avanços na tecnologia, fatores destacados pelos teóricos pós – fordistas. Tais mudanças ou sintomas podem estar associados também ao declínio da nação – estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é agora muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve, inesperadamente, como um de seus efeitos, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais (KUMAR,1997, p. 132-133).

Argumenta ainda Kumar, que essas teorias, dados os termos nos quais se alicerçam, conduzem-nos a avaliar o mundo em abordagens holísticas – em sua integralidade - encarando as mudanças que se operam sobre o indivíduo e a sociedade em seus aspectos mais profundos, convidando-nos a, também de modo profundo, encarar o desafio de promover investigações e elaborar argumentos. Tal atitude exigiria, segundo Kumar, a mesma dedicação e nível de imaginação sociológica dos pioneiros, como “Comte, Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber.” Essas diferentes teorias pós-industriais trazem muitos pontos em comum, podendo-se destacar dentre esses, o reconhecimento da contribuição dos avanços da Tecnologia de Informação (TI), sendo a alusão a esta mais proeminente na teoria da Sociedade de Informação, mas também se faz de fundamental importância em análises sobre as duas outras teorias citadas; o advento da “globalização” seria um outro ponto de convergência que as atingem, demandando ressignificações aos postulados das três teorias; seriam, ainda, pontos coincidentes, a ideia de “descentralização” e “diversificação”. Em outra perspectiva, o que diferencia essas teorias seria mais os “parâmetros de análise” sobre o mundo atual do que o seu tipo particular de desenvolvimento.⁴⁷ Nessa sociedade pós-industrial, o conhecimento vem a se tornar a mais importante força econômica de produção⁴⁸, num contexto em que se encontra enfraquecida a força dos Estados Nacionais, entretanto, tal conhecimento não se vincula necessariamente ao conhecimento formal, tradicionalmente legitimado por meio das instituições (ANDERSSON, 1999, p. 32).

⁴⁶Ibid.

⁴⁷ Cf. Kumar, op. cit., p. 49.

⁴⁸ ANDERSSON,1999; DE MASI, op.cit.

Um dos possíveis vieses de abordagem ou “parâmetros de análise”, do fenômeno socioeconômico tratado neste trabalho é o fato de ser ele um fenômeno de descentralização produtiva transnacional (acumulação flexível, na gramática pós-fordista), com implicações migratórias, que tem como parte do processo o estado de Sergipe, “localidade” sem nenhuma tradição de destino de imigração italiana de qualquer tipo, o que faz crer, portanto, tratar-se de ocorrência com implicações conjunturais e relacionais no escopo das teorias pós-industriais. Entre outras características, tais teorias destacam ainda: os processos de descentralização, inovação de processos e diversificação; foco no conhecimento, como importante força econômica de produção, supressão do espaço e tempo, desterritorialização e valorização do “local”, atributos que reforçam ainda mais, a ideia de considerarmos as teorias pós-industriais como adequadas à ótica de exploração e à explicação do fenômeno estudado neste trabalho, sobretudo, em seus aspectos macrosociológicos.

O contexto no qual emergem as teorias relacionadas à sociedade pós-industrial foi marcado por decisivas mudanças na chamada sociedade moderna. Em meados dos anos 1960, o fordismo dava claros sinais de crise, período em que a Europa Ocidental e Japão já haviam se recuperado plenamente dos prejuízos da Segunda Grande Guerra, havia à saturação do mercado interno e a necessidade de criação de mercados para exportação da produção excedente (HARVEY, 1990). Tal espaço foi suprido em parte pelo mercado dos Estados Unidos que se encontrava em guerra contra o Vietnã e contra a pobreza. Outros componentes de ordem político-econômica que marcavam o contexto de declínio do fordismo destacados por Harvey (1990), foram a queda de produtividade e lucratividade das grandes corporações após 1966⁴⁹; a proliferação de políticas de substituição das importações nos países do “Terceiro Mundo”, particularmente, dos governos de países latino-americanos; o que ocorreu em compasso com a primeira grande leva de multinacionais que passaram a fabricar *offshore*, principalmente, no sudeste asiático. Deflagram-se movimentos de “industrialização fordista competitiva” em lugares nunca antes explorados, onde se praticava fortemente a flexibilidade ou mesmo a total ausência de regulação das relações trabalhistas. Europa ocidental, Japão, juntamente com países em vias de industrialização, desafiavam a hegemonia estadunidense no fordismo, contexto do qual decorre a quebra do acordo de Bretton Woods.⁵⁰

⁴⁹A crise das grandes corporações gera como consequência desequilíbrio fiscal nos Estados Unidos, seguido de aceleração na inflação e desvalorização do dólar americano como moeda de reserva internacional. O enfraquecimento do poderio norte americano de regulador do sistema financeiro internacional foi sinalizado a partir da implementação do mercado do “Eurodólar” e a crise do crédito de 1966-1977 (Ibid., p. 141)

⁵⁰ Cf. HARVEY, op. cit.

Em perspectiva diversa, Tenório (2011), sobre a crise do fordismo, ressalta a oposição que surge ao fordismo nos anos 1950 - 60, enquanto paradigma “técnico-organizacional ou técnico-econômico” em países como “Japão, Itália, França e EUA”, através de reações que tem origem em diversos setores – governo, trabalhadores, empresários, especialistas em gestão organizacional– o movimento estudantil se organiza em torno de uma reação de ordem político-cultural ao fordismo; também os operários, contra a monotonia das rotinas de trabalho em linhas de montagem, geradoras do “absenteísmo” e alta taxa de *turn over* (ausência ao trabalho e baixa retenção de empregados, respectivamente), com consequente queda na produção e na qualidade; o empresariado, por sua vez, reage à diminuição nos lucros, a partir da queda na produtividade, aumento nos custos por unidade de produto, devido à internacionalização da produção; pesquisadores voltados para o estudo dos sistemas organizacionais, entre outras sugestões, demonstraram a necessidade das organizações, “para própria sobrevivência”, passarem a interagir com o ambiente etc. Nessa toada, são estimuladas e propagadas inovações em gestão da produção, postas como necessidades tecnológicas determinantes da substituição do “paradigma gerencial fordista”, substituição essa justificada pelo argumento de haver necessidade de que ocorra uma “destruição criativa”, nos termos propostos por Schumpeter”.⁵¹

A “rigidez” seria, assim, a melhor palavra para traduzir as razões da problemática em torno da cada vez mais notória incapacidade do fordismo e Keynesianismo no período de 1965 a 1973, na contenção das inerentes contradições do capitalismo.⁵² Para Scott Lash e John Urry, citados por Kumar (1997), a crise do fordismo e sua produção em massa teria sido fundamental na determinação do fim do chamado “capitalismo organizado”, sendo o termo atribuído à fase do capitalismo que se seguiu ao capitalismo liberal, período que detinha aspectos coincidentes com a sociedade industrial, entre elas: estrutura da nação-estado concentradora, centralizadora e detentora do controle de empreendimentos

⁵¹Tenório (2011) propõe como auxílio para a compreensão da crise do fordismo, a atenção ao resumo de “quatro descrições analíticas do fenômeno” (...) a elaborada por Alain Lipietz com Daniele Leborgne, a de Paulo Fleury com Rebecca Arkader, a de Cláudio Salvatore e enfim a de Dedecca e Ruy Braga. Cf. TENÓRIO, op.cit.

⁵²Harvey (1990) argumenta que a problemática da “rigidez” se manifestava nos “investimentos de capital fixo de longo prazo e grande escala em sistemas de produção em massa, que gerava obstáculos a mais flexibilidade de design e crescimento estável presumido em mercados de consumo invariantes. Houve problemas de rigidez nos mercados de trabalho, alocação de trabalho e, em contratos de trabalho (especialmente no chamado setor de “monopólio”). E qualquer tentativa de superar essa rigidez era submetida a força aparentemente inamovível do poder da classe trabalhadora profundamente enraizada - daí a onda de greves e interrupções de trabalho do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado também se agravou quando os programas de direitos (segurança social, direitos à pensão, etc.) cresceram sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez da produção restringia qualquer expansão da base fiscal para as despesas do Estado”. HARVEY, op. cit, p. 142 (tradução nossa).

econômicos; padrão corporativo nas relações industriais; concentração espacial e geográfica de pessoas e produção em cidades industriais; produção em massa de acordo com os princípios fordistas e tayloristas; além do modernismo cultural. No período entre 1870 e a Segunda Guerra Mundial, a maioria das sociedades ocidentais atingiu o capitalismo em nível “organizado”⁵³.

O “capitalismo desorganizado”, contrariamente, viria a inverter muito dos aspectos fundamentais do “organizado”, como por meio da “descartelização e desconcentração do capital”, a partir do desenvolvimento de um mercado mundial. O processo que tem início na década de 1960 implica na substituição progressiva da produção em massa pela especialização flexível e em formas flexíveis de organização do trabalho. Ocorre o declínio da política de classe e do sistema nacional corporativista das relações industriais, a partir da contração e fragmentação da classe trabalhadora industrial de massa.⁵⁴ Paralelamente, são efeitos dessa modalidade de capitalismo, o pluralismo e a fragmentação; a classe de serviços passa a ser fonte de valores e movimentos sociais novos, que paulatinamente desorganizam o sistema capitalista; a desconcentração espacial acompanhando a industrial, quando trabalhadores deixam regiões tradicionalmente industriais e se dispersam para demais regiões, incluindo os países ditos de “terceiro mundo” – “desindustrialização”,⁵⁵ realidade na qual acreditamos se enquadra o objeto do presente trabalho.

Faria (1999), a seu turno, relativizando o relevo dado as mais recentes mudanças do capitalismo, procura ressaltar em sua crítica, as leituras equivocadas que são feitas de fenômenos socioeconômicos atuais. Argumenta que desde o seu surgimento no final da Idade Média, as mudanças na forma de se relacionar com o tempo e espaço são constantes e sempre se direcionaram no sentido do encurtamento de espaços e aceleração progressiva do tempo. Argumenta que no final do século XX, o mundo experimenta um período similar ao ocorrido na passagem de final de século XIX e início do século XX, em que regimes se esgotam em meio a crises, dando vazão a um “novo ciclo expansivo”, a que chama ciclo norte-americano ou da “acumulação intensiva (FARIA, 1999).

Seja fenômeno cíclico ou não, Amin (1994), adepto da Teoria da Regulação como Faria, considera importante para a explicação da coerência sistêmica das fases do capitalismo, a compreensão do que considera conceitos-chave relacionados à “Escola da

⁵³KUMAR, op.cit.

⁵⁴Lash e Urry, 1987 apud KUMAR, 1997, op.cit.

⁵⁵ Idem.

Regulação.” (AMIN, 2011) ⁵⁶ Para o autor, seriam dois desses conceitos que identificam o cerne dos mecanismos em questão, os conceitos de “regime de acumulação” e “modo de regulação”.

Traçando uma definição para “Regime de Acumulação” e “Modo de Regulação”, nos termos da escola francesa da Teoria da Regulação, Paulani (2009), elucida o princípio de que o processo de acumulação capitalista assume configuração peculiar em cada momento histórico determinado, situação em que o conceito marxista de modo de produção é desdobrado em duas categorias:

o regime de acumulação (RA) , constituído pelo conjunto das regularidades econômicas e sociais que, em cada momento histórico, são capazes de garantir a acumulação no longo prazo e o modo de regulação (MR), que vem a ser o conjunto dos procedimentos e comportamentos individuais ou coletivos capazes de reproduzir as relações fundamentais ao processo de acumulação, sustentar e pilotar o regime de acumulação em vigor e garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas” (PAULANI, 2009, p. 25).

Sustenta Arienti (2006) que o conceito de **regime de acumulação** presta-se a caracterizar as fases que são de relativa estabilidade de acumulação nas economias capitalistas. Entretanto, virá a ser uma ajustada combinação da estrutura econômica com as demais estruturas, incluindo regulação dos conflitos e distorções de forma a não desestabilizar ou paralisar a acumulação que tem o condão de garantir uma relativa estabilidade na definição de um regime de acumulação. Tal implica que a necessidade de associar livre troca de mercadorias, livre concorrência entre os produtores e livre flutuação de preços não são suficientes para sustentar um regime de acumulação (ARIENTI, 2006). Sobre essa composição harmônica entre estruturas com a finalidade de garantir a eficácia do regime de acumulação, complementa Harvey (1990): “o problema, no entanto, é trazer os comportamentos de todos os tipos de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários do Estado, investidores e todos os outros agentes políticos e econômicos - em algum tipo de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando” (HARVEY, 1990, p.121).

Harvey, que é chamado por Arienti (2006) de “regulacionista da pós-modernidade”, no mesmo sentido, sustenta a hipótese de que as mudanças ocorridas no último quarto do século XX, a partir da crise de 1973 (“a maior crise do pós-guerra”), são uma transição no “regime de acumulação”, associado ao “modo de regulação política e social”. Ainda que nem todas as análises que se dão sobre o pós-fordismo adotem a Teoria da Regulação, os

⁵⁶Michel Aglietta, com a sua obra, *Régulation et crises du capitalisme* (1976) é reconhecido como fundador desta corrente. In: ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, v. 9, n. 1, p. 38-60, 2006.

regulacionistas conseguiram estabelecer um novo referencial analítico. Foge ao escopo deste trabalho o aprofundamento no modelo analítico proposto pela Escola ou Teoria da Regulação, sendo aqui inserido apenas como ilustração de uma das discussões que ocorre em torno dos aspectos socioeconômicos das sociedades pós-industriais.

Assim, a estabilidade de um regime de acumulação está condicionada à sinergia de diversos atores e entes sociais, que devem cooperar entre si de modo a garantir a manutenção deste regime ou, em outros termos, seria a articulação coordenada dos interesses pertinentes a um regime, nas ações originadas dos diversos setores sociais, tais como: legislação, políticas públicas, posicionamento de investidores, atores e adequação de processos do mercado, trabalhadores. Em síntese, a estabilidade seria a decorrência de um “modo de regulação” favorável.

Aplicando tal entendimento ao contexto do nosso objeto de pesquisa, o desempenho de imigrantes empreendedores italianos no nordeste do Brasil neste começo de século XXI, é em parte decorrente do quadro político-institucional vigente no período, que em certa medida, propiciou as condições adequadas para a atração e manutenção desses empreendedores em seus negócios na localidade de destino. Nesta peculiar realidade regulatória, podem ser abrangidos os fatores a seguir: prévio posicionamento favorável da política de abertura comercial brasileira, materializada na normatização relativa ao imigrante e seu setor de negócios, eventualmente políticas estaduais e municipais (região de Sergipe) – políticas de atração e fomentadoras de investimentos externos, aspectos da legislação trabalhista etc. Os fatores atinentes a esta temática, efetivamente verificados em nosso estudo de caso, será tratado mais detidamente adiante, em capítulo referente a apresentação e análise de dados.

Essas peculiaridades de natureza macro prevalecentes no referido período, associado a variáveis ou fatores microssociológicos permitiram o desencadear de certas dinâmicas, ao que acreditamos que significativa parte delas possam ser identificadas e analisadas a partir do *frame* analítico do *mixed embeddedness*. Salienta-se, que nesta reflexão acerca do modo de regulação, estamos excluindo os fatores relacionados à conjuntura do país de origem do migrante (fatores de expulsão) e outros de ordem geopolítica que certamente influenciam em alguma medida no processo de descentralização produtiva aqui tratado. Sendo feito deste modo, por estarmos neste ponto da escrita a expor e discutir especificamente os conceitos e decorrências do regime de acumulação e modo de regulação, geralmente utilizados nas análises sobre o pós-fordismo.

2.1.1. Pós – fordismo

A partir da ruptura de sistema em parte promovida pela crise de 1973, inaugura-se um período de rápidas mudanças, instabilidades e incertezas, onde passam a ser observados a adoção de mercados e processos de trabalho mais inovadores e flexíveis, mobilidade geográfica, mudanças no comportamento do consumidor, revitalização do empreendedorismo, “neo-conservadorismo” em paralelo ao insurgente pós-modernismo na cultura, como características de um novo sistema de produção e *marketing*. Seriam tais fatores suficientes para a concessão de um título de novo modo de regulação? O questionamento proposto por Harvey (1990) chama a atenção para o perigo de se confundir o transitório e efêmero com algo mais fundamental para a vida político-econômica. Entretanto, ainda que ante tal ordem de ponderações, argumenta o autor que os contrastes constatados entre o cenário do pós-guerra e as práticas político-econômicas dos anos 1980, seriam razões suficientemente fortes para se levantar a hipótese de termos vivenciado de fato uma mudança do fordismo para o que se pode designar, como caracterizador da história recente, um “regime de acumulação flexível”, marcado por uma confrontação direta à rigidez do fordismo (HARVEY, 1990, p. 124). O autor baseia o regime na flexibilidade tanto nos processos quanto nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo e caracteriza a chamada acumulação flexível nos seguintes termos:

[A acumulação flexível] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas formas de prestação de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Tem-se verificado rápidas mudanças no padrão de desenvolvimento assimétrico, tanto entre setores como entre regiões geográficas, dando origem, por exemplo, a um grande aumento de vagas no chamado “setor de serviços”, bem como arranjos industriais em regiões que até agora eram subdesenvolvidas (como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários ‘vales do silício’, para não falar da vasta profusão de atividades nos países em vias de industrialização). Ele também envolveu uma nova rodada do que eu chamarei de “compactação do tempo-espço” (HARVEY, 1990, p. 147)

O regime de política econômica e governança “fordista” está associado ao crescimento de organizações corporativas de larga-escala, com estruturas de gerenciamento burocrático, altamente hierarquizadas, estados de bem-estar social e conhecimentos profissionais associados a serviço dos interesses de corporações e do estado, o pós-fordismo, “em contraste”, é compreendido em termos de especialização flexível e estruturas gerenciais mais horizontalizadas e ainda o declínio dos programas de bem-estar social estatais e a ascensão da “economia do conhecimento.” (ANDERSSON, 1999).

Alguns dividendos para a sociologia na transição do fordismo para o pós-fordismo são apontados por Holmwood (2011). Alinhando-se a outros comentadores, o autor argumenta que a transição trouxe consequências positivas para a sociologia, tal como o fortalecimento da crítica sociológica; outro elemento proveniente dessa transição seria a emergência de nova forma de conhecimento instrumental - o dos “estudos sociais interdisciplinares aplicados”. Um dos impactos dessa evolução seria o de que o conhecimento gerado por meio da sociologia vem a perder o privilégio de detentor de “crédito de autoridade⁵⁷”, entrando em uma crescente competição com o conhecimento social produzido por meio do setor privado e por agências do setor público. Esse ambiente de intensificação da autocritica dentro da própria sociologia teria tido como uma de suas consequências o movimento de abraçar a ideia de “conhecer o capitalismo” (HOLMWOOD, 2011).

As características aqui dispostas, atribuídas ao regime de acumulação flexível, identificadas e analisadas pela teoria pós-fordista nos levam a considerá-la altamente pertinente aos aspectos macrossociológicos relacionados ao problema de pesquisa e aos objetivos deste trabalho, tendo em vista que o objeto da presente pesquisa pode ser abordado como um caso de descentralização produtiva, nos moldes, como já citado, da acumulação flexível, com implicações migratórias, atinentes ainda, entre outras, às categorias do localismo (ou glocalismo), transnacionalismo e mercado, coadunando com o escopo dos estudos pós-fordistas.

Refletindo sobre a relação entre o regime de acumulação flexível e o local, ainda que os diversos “locais” onde se operam as iniciativas da acumulação flexível possam, de um modo geral, comungar de certas regras elementares e universais de economia e estarem inseridos em certos mecanismos de mercado como, em um exemplo elementar, a oferta e demanda ou a busca por lucro, o estudo sobre o “local” enquanto ambiente relacional ou conjuntural, leva a entender que seria inapropriado, não leva-lo em consideração ou tratá-lo como uma espécie de “não-lugar”⁵⁸, como um grande supermercado ou aeroporto com suas regras, padrões e mecanismos universais. Os diversos possíveis destinos ou ambientes onde se processam fenômenos de descentralização produtiva e acumulação flexível possuem, em um dado momento histórico, peculiaridades que os tornam uma opção mais ou menos convidativa a certas investidas socioeconômicas. Ainda que da parte do capital possa

⁵⁷ No original *claim of authority*. In: HOLMWOOD, op. cit. Tradução nossa.

⁵⁸ Termo cunhado por Marc Augé (1992) e serve para designar certos lugares públicos impessoais que seguem padrões de estrutura, ambientação e interação bastante similares entre si e que são universalmente adotados. Como aeroportos, supermercados, estações de metrô, hotéis etc. In: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Papirus Editora, 1994.

sempre haver certa pretensão de ajustar aos seus termos qualquer realidade ou configuração local. Ou mais uma vez parafraseando Harvey (1990), o capital transforma “circunstâncias geográficas aparentemente contingentes e as reconstitui como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente”. Ou ainda, remetendo a Weber (1971), poderíamos promover uma extensão de conceito, ao dizer que o mais conveniente para a “ação” da acumulação flexível, seria ao fim das contas, utilizar-se sempre, o mais aproximadamente possível, de um “tipo ideal” de “local.”⁵⁹

Salienta-se que a ênfase na abordagem pós-fordista deve agregar as releituras e elementos epistemológicos impostos pelo advento da globalização, como também, ainda que pontualmente, visando maior alcance explicativo, não devem ser dispensados alguns elementos ou o amparo em substrato próprio da teoria da pós-modernidade, conferindo maior liberdade e amplitude de fundamentação. Não nos parece, contudo, produtora nos aprofundarmos, nesta oportunidade, em uma revisão ou discussão acerca da pós-modernidade ou demais teorias pós-industriais, porém, alinhando-nos a Kumar (1997), não há a intenção de subestimar essa teoria tão fecunda e suscitadora de tantas questões.

Semelhante a um dos férteis debates que se dá entre a teoria da modernidade e pós-modernidade, sobre esta ser basicamente um termo que se presta a designar a fase avançada da modernidade⁶⁰, Tenório (2011) defende que “o pós-fordismo contém o fordismo”, ou seja, o pós-fordismo não é algo que veio simplesmente substituir o fordismo, alia-se o autor à concepção dialética da “unidade dos contrários”, uma vez que elementos fordistas são empregados no pós-fordismo, representados por meio de um *continuum*, não sendo, assim, um a antítese do outro, uma vez que o “pós-fordismo compreende seu oposto”, o fordismo (TENÓRIO, 2011). A teoria pós-fordista, surge justamente a partir de alguns fenômenos ocorridos na Itália a partir dos anos 1970, o mesmo país que foi cenário do fenômeno, analisado por observadores da Itália e de fora, batizado na literatura como A Terceira Itália (*La Terza Italia*).⁶¹

Como destacado anteriormente, esses fenômenos, frutos de iniciativas com finalidade de viabilizar a “acumulação flexível”, a partir de um modo de regulação que a ela sustente, passa a ser a tônica também das iniciativas transnacionais (*off shore*) de busca por novos mercados, inclusive casos como o caso de Sergipe, neste trabalho abordado. São implicados

⁵⁹ A associação entre “não-lugar” e “tipo ideal” de Max Weber (“[1922]*1971”), antes de mim, foi pensada por Teresa Sá (2014). Nesse mesmo trabalho, ela também comparou o não-lugar com o “lugar antropológico” outro termo cunhado por Marc Augê. Cf. SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augê. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014.

⁶⁰ KUMAR, op. cit.

⁶¹ KUMAR, op.cit., p. 49.

em tais processos de integração transnacional em iniciativas visando acumulação, variáveis de ordem socioeconômica e política, que em uma análise podem ser contempladas por meio do modelo do *mixed embeddedness*, mostrando-se ser a base de análise “quadro político-institucional” estritamente relacionada com o conceito pós-fordista de “modo de regulação”, enquanto a ideia de “estrutura de oportunidades” em um dado mercado, pode ser vista como variável crucial viabilizadora de uma iniciativa de acumulação flexível.

2.2. A Itália e a Terceira Itália

A superfície territorial da Itália é de 302 073 km², área equivalente à dos Estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe reunidos. A população italiana é de 60 795 612 habitantes (2015).⁶² É uma república parlamentarista, com um governo central, composto por 20 regiões e 110 províncias⁶³. Os princípios da república democrática italiana fundam-se no trabalho, na soberania popular, na promoção da autonomia local e descentralização administrativa.⁶⁴

O largamente estudado fenômeno da “Terceira Itália” (*La Terza Italia*) é um emblemático caso de fenômeno socioeconômico pós-fordista e de regime de acumulação flexível, com implicações migratórias, ocorrido na Itália a partir dos anos 1970 e 80. O tema que inspira o título do presente trabalho e, como já citado, será considerado em certa medida como uma referência na análise do caso de Sergipe nos últimos anos. O termo “Terceira Itália” se explica pela seguinte razão: tradicionalmente, a região de maiores índices de desenvolvimento humano e econômico na Itália é a região noroeste do país, correspondendo as províncias da Lombardia, Piemonte e Ligúria ou mais precisamente a região que compõem o triângulo industrial de Turim, Milão e Gênova, região a que a literatura socioeconômica atribui a designação de “Primeira Itália” (*La Prima Italia*) e onde tradicionalmente predomina a “produção industrial em massa”. A região mais atrasada do ponto de vista socioeconômico sempre foi a região sul – chamada, por esta razão, “A Segunda Itália” (*La Seconda Italia*).

O fenômeno designado A Terceira Itália consistiu, em linhas gerais, no surgimento de empresas de pequeno a médio porte, incluindo o processo de transferência de empresas e migração de profissionais especializados dos centros tradicionais da indústria Italiana ao norte do país (*La Prima Italia*), que se encontrava em crise, para as províncias centrais e do

⁶²Portal da União Européia, 2017. Disponível em < https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/italy_pt#em_síntese> , acesso em 22 de abril de 2017.

⁶³ Portal *Comuni e città*, 2017. Disponível em:< <http://www.comuniecitta.it/province-italiane/elenco-per-regione.html>> , Acesso em: 22 de abril de 2017.

⁶⁴ Princípios fundamentais previstos nos artigos 1º e 5º da Constituição Italiana. Disponível em: < <http://www.governo.it/costituzione-italiana/principi-fondamentali/2839>> , Acesso em: 22 de abril de 2017

nordeste italiano. Aproveitando de peculiaridades favoráveis aos negócios, de ordem política, fiscal, legal, econômica ou cultural, foram constituídas empresas em configurações mercadológicas muito particulares, muitas vezes na forma de distritos industriais, *clusters* ou os chamados *sistemas locais de produção*, na forma de pequenas e médias empresas (PMEs), incluindo as que produziam de forma artesanal. Essas empresas adotavam um regime flexível de produção, de gestão horizontalizada, com produção muitas vezes sob demanda, partindo-se de uma economia de escala-massificada no norte do país, para uma economia de pequena-escala, especializada, nas regiões centrais daquele país.⁶⁵

A “Terceira Itália” inclui as regiões italianas da Emília Romana, Marche, Toscana e Umbria. As empresas da região que integram esse fenômeno, atuam geralmente nos setores de engenharia, na indústria têxtil e de vestuário, são áreas de exploração agrícola “extremamente ricas”, e também de subsistência camponesa. Essas regiões são referidas muitas vezes como “Cinturão Vermelho” (*Red Belt*), pelo fato de terem prevalecido nas administrações locais e regionais dessas áreas governos da esquerda italiana no período do pós-guerra, sobretudo na região da Emília Romana (MURRAY, 1987)⁶⁶.

Apesar de não ser a pretensão deste trabalho, acreditamos ser metodologicamente possível promover uma “pesquisa entre os contextos nacionais”, estando de um lado uma das regiões da Terceira Itália e do outro o Estado de Sergipe, a partir da seleção de algumas variáveis (TRUZZI, 2005; CORONEL, 2006), colhidas tanto dos estudos sobre o fenômeno italiano, quanto do caso das dinâmicas de imigrantes italianos empreendedores em Sergipe, dentro de uma perspectiva pós-fordista, onde nos delimitaríamos aos processos sociais relacionados à categoria desenvolvimento local e aos capitais envolvidos, como o capital humano, social e cultural.

Truzzi (2005) é crítico dos trabalhos acadêmicos de natureza “isolacionista” no campo dos estudos migratórios, sustentando que devem ser promovidas problematizações, onde os autores geralmente examinam diversos grupos de migrante isoladamente e deixa a comparação por conta do leitor. Argumenta que usar a primazia da monografia ou o argumento da singularidade nacional do caso, não serve como justificativa para se rejeitar as comparações. Ao que diz: “uma abordagem comparativa pode, inclusive, atenuar os perigos da subteorização presentes nas pesquisas de caráter eminentemente descritivo, tão abundantes nessa área.” Expectativas de ampliação da compreensão sobre fenômenos migratórios seria, segundo o autor, a recompensa de trabalhos que se promovam

⁶⁵ KUMAR, op. cit.

⁶⁶ Tradução nossa.

comparações a partir de critérios e que se explicita a metodologia, dentro de um rigoroso planejamento (TRUZZI, 2005, p. 152-153).

No caso do nordeste do Brasil, ou mais especificamente, de Sergipe, os arranjos produtivos não se dariam, *a priori*, nos moldes tradicionalmente atribuídos como típicos nos estudos relacionados à Terceira Itália - distritos industriais ou clusters - mas sim, estaria configurado, primordialmente, como um arranjo produtivo (ou ao menos organizativo) transnacional, que talvez se equipare ao elencado no arranjo “sistemas locais de produção” configuração também destacada na literatura sobre os estudos italianos.

As variáveis que seriam consideradas nesse comparativo, podem ainda ser selecionadas de modo a coincidir com as categorias que são analisadas na aplicação do *mixed embeddedness*⁶⁷ - sua tríade de condicionantes - capital social (e suas implicações), estrutura de oportunidades (mercado) e quadro político-institucional vigente, aplicados em um modo diacrônico. Tal comparativo possibilitaria explicações e descobertas, dentro das concepções pós-fordistas.

Assim, ainda que as configurações produtivas ou organizacionais possam ser interpretadas como díspares e os diferentes contextos nacionais, o foco analítico comparativo pode se dar sobre variáveis e fundamentos através dos quais se dinamizaram políticas nacionais e regionais que promoveram o desenvolvimento econômico ou, ao menos, a partir de fenômenos socioeconômicos específicos, nesse sentido, argumenta Coronel (2016):

Distritos industriais, sistemas industriais locais ou *clusters*, não é pertinente se apegar a um conceito intrínseco; vale, sim, entender e procurar as variáveis e os fundamentos que de certa forma dinamizaram as políticas regionais e propiciaram o desenvolvimento econômico em determinadas regiões, como nas regiões Central e Nordeste da Itália, mais conhecidas como Terceira Itália (CORONEL, 2016, p. 19).

Apesar de termos nos alongado um pouco na reflexão sobre a possibilidade metodológica da comparação entre o fenômeno designado na literatura como A Terceira Itália e o caso dos imigrantes empreendedores em Sergipe neste início de século XXI, o referido fenômeno pós-fordista será utilizado aqui apenas como um precedente histórico que corrobora com a adoção das teorias pós-industriais para responder aos problemas e objetivos deste trabalho, coadunando ainda com a abordagem analítica que utilizamos. A empreitada em Sergipe por parte dos imigrantes empreendedores italianos, dentro dessa perspectiva pós-fordista seria, assim, mais um exemplo de ação de acumulação flexível deflagrada por

⁶⁷KLOOSTERMAN et al, 1999, 2001, 2006, 2010.

empreendedores italianos, razão pela qual, surge a inspiração de designar Sergipe como uma dessas “Itálias” ou “A Enésima Itália”, termo que se torna título do presente trabalho.

2.3 Movimentos migratórios e a sociologia

A plena compreensão da temática migratória pela sociologia exige a conjugação de abordagens tanto macro quanto microssociológicas, onde estaria, assim, contemplada, respectivamente, a análise estrutural do contexto em que emergem fenômenos migratórios, em seu aspecto econômico, político, social e demais “forças constringedoras” e, por outro lado, devem ser ainda promovidas análises sobre a ação do “indivíduo migrante.” (LACERDA, 2014).

Dentre os autores da sociologia, o tema migração só vem ganhar maior centralidade como tema de estudo, a partir do século XX, consolidando-se posteriormente nos autores da escola de Chicago. Dentre os clássicos, apenas Georg Simmel tratou com maior destaque sobre as condições implicadas em ser “estrangeiro”, nunca chegando a ser foco central, porém, nas obras dos precursores da sociologia - Marx, Weber e Durkheim (DE OLIVEIRA, 2014). Alguns autores⁶⁸ consideram, porém, que os estudos pertinentes ao tema dos movimentos migratórios contido na obra dos clássicos possibilitaram aporte teórico fundamental para o seu desenvolvimento. Argumenta De Oliveira (2014) que na história da sociologia, o impulso inicial dos estudos migratórios como objeto central é um caso pouco comum na medida em que

(...) é um dos raros subcampos que teve mais impulso inicial no continente americano do que no continente europeu, o que é fácil de compreender tendo em vista as enormes consequências sociais, econômicas e culturais em todos os grandes países imigracionistas, respectivamente EUA, Argentina, Brasil e Canadá (DE OLIVEIRA, op. cit., p. 74).

O mesmo autor sustenta que várias referências ao tema da migração, seja de cunho histórico ou sociológico, são encontradas nas obras dos referidos clássicos. Em relação a Marx, a temática da migração foi tratada de forma esparsa, contudo, conta – nos ainda o autor, que Friedrich Engels, antes de Marx, inaugura o que posteriormente viria a ser chamado de “sociologia urbana marxista,”⁶⁹ contexto onde o fenômeno das migrações recebeu sua análise inicial.

⁶⁸ Cf. LACERDA, op. cit.; DE OLIVEIRA op. cit.

⁶⁹ O termo “French school of Marxist urban sociology” teria surgido a partir dos desdobramentos do VII Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia ocorrido em Varna na Bulgária em 1970. A publicação do trabalho de compilação de ensaios críticos feita por Chris Pickvance em 1976, a partir de trabalhos apresentados por autores franceses no referido congresso, é referenciado como o marco inicial da chamada “sociologia urbana marxista”. A subcategoria apesar de representar uma importante fonte em termos simbólicos, foi menos explorada na França do que no exterior. In: TOPALOV, Christian. Thirty Years of

Em relação ao tema, um traço comum ao pensamento dos três fundadores da sociologia, é o de considerar as migrações como uma consequência advinda do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização das sociedades, contrariando outra linha de raciocínio presente na literatura que vê os movimentos migratórios não como uma consequência, mas razão fundamental da acumulação de capital (LACERDA, 2014, p.160).⁷⁰ O tema foi tratado por Marx, apenas dentro de uma perspectiva macrosociológica, deixando de abordar, assim, o indivíduo imigrante em seus hábitos sociais e culturais.⁷¹

Quanto a Max Weber, em sua obra não se vê concretizada uma análise específica sobre causas ou consequências de fluxos migratórios, sendo o autor, tradicionalmente, considerado melhor referência para outros estudos, como os que versam sobre “religiões, a burocracia estatal, a relação de poder e dominação e estudos sobre o Estado moderno.”⁷² Porém, ainda segundo De Oliveira (2014), apesar da não centralidade dada ao tema, os textos de Weber propiciam um amplo espectro de possibilidades a serem exploradas para o desenvolvimento de estudos relacionados aos fenômenos migratórios.

Partindo de uma perspectiva predominantemente microsociológica, peculiar ao método weberiano que procura “ocupar-se das aranhas e não das teias que elas constroem”, ao fim, a decisão de migrar seria um ato individual, pessoal ainda que carregue inúmeras possibilidades de consequências sociais. De Oliveira (2014), enfatiza que para além de seus manuscritos, na vida social e política de Weber são observadas importantes passagens com implicações para o tema das migrações. Entre outras, o autor pontua a análise feita por Weber sobre a situação dos trabalhadores alemães ao leste do Elba, que foi proposta como tema para estudos pela “Associação para a Política Social” (*Verein für Sozial politik*), nessa associação, composta de estudiosos e outros especialistas, vinculados ao governo alemão, os respectivos membros eram imbuídos da investigação dos problemas sociais do momento, com a finalidade de reforma e aprimoramentos da legislação. A questão tinha como objeto a substituição dos trabalhadores alemães que deixavam a região com destino as grandes cidades ou para os EUA, por poloneses e eslavos, questão que trazia implicações sobre a soberania e poder alemão sobre a região. Esse estudo é retomado por Weber na obra “O Estado Nacional e a Política Econômica”. Um segundo caso que perpassa pelo tema da

Urban Sociology A French Viewpoint. Disponível em <http://www.metropolitiques.eu/Thirty-Years-of-Urban-Sociology.html>.

⁷⁰ Marcio de Oliveira cita Rosa Luxemburg como adepta deste entendimento, na obra A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo - São Paulo, Abril Cultural, 2 vols, 1984.

⁷¹ DE OLIVEIRA, op. cit.

⁷² LACERDA, op. cit, p. 161

migração seria o relacionado aos estudos religiosos e a socialização nos EUA impulsionados por imigrantes protestantes de origem alemã.⁷³

Neste trabalho, não nos deteremos mais aprofundadamente na análise das relações entre as obras dos pioneiros com nosso tema de estudo, servindo-nos aqui, sobretudo, para fins introdutórios ao amplo e diverso tema das migrações, contexto no qual nos reteremos mais especificamente, a subcategoria dos “migrantes empreendedores”. Entretanto, entre os pioneiros da sociologia, vamos eleger justamente a obra de Weber (2009), para conferir maior foco, especialmente, sobre as pertinentes e fecundas teorias da ação social, e do “tipo ideal” e o seu conceito de ação econômica e ação social econômica (SWEDBWEG, 2005), nas quais vislumbramos importantes possibilidades de contribuição. Tornaremos ao pensamento de Weber mais adiante, neste trabalho.

Finalizamos essa introdução ao tema das migrações iniciada a partir dos pioneiros da Sociologia, com Emile Durkheim. De forma similar ao que ocorre com a abordagem de Weber, na obra de Durkheim não há alusões diretas ao tema das migrações internacionais, porém, a sua atuação política é marcada por posicionamentos pertinentes a essa temática, sendo esta tratada ainda que não de modo centralizado, na obra *Da Divisão do Trabalho Social*.⁷⁴ Nessa obra é enfatizada a relação da imigração com o adensamento populacional das cidades, condicionando tal fenômeno, a um estágio avançado de fusão dos segmentos sociais.⁷⁵

O objetivo de Durkheim seria, na verdade, tratar das consequências das migrações em espaços rurais e pequenas comunidades urbanas nas quais tinham origem os fluxos, localidades que, segundo ele, experimentavam como parte das consequências, o enfraquecimento das tradições. Em contrapartida, nas cidades de destino haveria o nivelamento de hierarquias com aumento da igualdade. Nestas, distante da vigilância e influência dos antigos, os imigrados não teriam mais que corresponder a certas expectativas de posição social, o que aliado a reconfiguração social que era promovida nas cidades, era gerada uma tendência a igualdade entre os cidadãos. Para De Oliveira (2014), essa hipótese não pode ser confirmada ante a insuficiência dos dados estatísticos nos quais se amparou Durkheim, o autor teria deixado ainda de considerar as preexistentes hierarquias que já estavam consolidadas nas cidades antes das chegadas dos imigrantes.

⁷³ Cf. DE OLIVEIRA, op. cit.

⁷⁴ DE OLIVEIRA, op. cit.

⁷⁵ DURKHEIM, 1977 apud DE OLIVEIRA, op. cit.

Ainda segundo o mesmo autor, Durkheim considerou que a partir da questão da divisão do trabalho, o migrante torna-se protagonista de novas instituições sociais, como sindicatos e associações. Entretanto, o interesse de Durkheim recai sobre a abordagem dos novos valores sociais (para além das tradições) - impactantes na identidade e visibilidade dos novos grupos - e não sobre o aspecto econômico das novas instituições ou sobre o ator migrante. Lacerda (2014) enfatiza que o pensamento funcionalista de Durkheim se enquadra também na macrosociologia, uma vez que demonstra a existência de forças externas estruturantes e determinantes (fatos sociais) ao comportamento individual.

Uma contribuição teórica especificamente relacionada aos movimentos migratórios internacionais e o migrante surge apenas com a obra de outro clássico, Georg Simmel, que a partir do século XX, inaugura uma “sociologia das migrações internacionais”⁷⁶. Conta-nos De Oliveira (2014), que em Simmel, as formas de interação ou de sociação devem ser o objeto maior de pesquisa da sociologia, tal posicionamento coaduna com sua ideia de que a sociedade é um constante “acontecer” - no qual o conflito pode ser considerado algo bom - um construto imprescindível para compreensão das “formas de interação entre indivíduo-sociedade e estrangeiro-sociedade.”⁷⁷. É central em sua obra a mobilidade de perspectivas, sentidos e ações que caracterizam o indivíduo na modernidade. Dentro da temática do migrante e das migrações, focou, sobretudo, na consequência de suas ações, como nas relações entre nacionais e estrangeiros no país de destino e o impacto desta no país de origem, o que mais tarde seria também desenvolvido por Sayad (1998). Simmel é frequente referência nos estudos promovidos pela Escola de Chicago.

Tornando às ideias de Max Weber, Sociologia para este autor, seria: “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. A partir daí, mostra-se necessário também trazer a definição do autor para “ação”, que para ele, deve ser entendida como “um comportamento humano” (seja um “fazer interno ou externo, de omitir ou permitir”) relacionado pelo agente a um “sentido” subjetivo. Já a ação “social” seria aquela que ainda que dentro de “sentido visado pelo agente ou agentes”, tem como referência o comportamento de outros.⁷⁸

Segundo Weber, embora a ação social seja deflagrada a partir da voluntariedade do indivíduo, essa nunca ocorre como “fenômeno isolado”, e sim tem sua ocorrência sempre orientada pelo comportamento de outro indivíduo ou de uma multiplicidade indeterminada

⁷⁶ LACERDA, op.cit.

⁷⁷ SIMMEL, 1983 apud DE OLIVEIRA, op. cit.,

⁷⁸ Ibid. p. 3- 4.

de pessoas, dentro de uma perspectiva de reciprocidade e da lógica da “sociologia compreensiva” do autor⁷⁹. Em sua obra *Economia e Sociedade*, argumenta que como em toda ação, a “ação social” poderá ser determinada, como segue: 1) *a ação de modo racional referente a fins* (que possui finalidade clara a ser atingida, com base em expectativas sobre objetos do mundo exterior e as pessoas, que são utilizadas como “meio” ou “condições” para alcançar fins próprios, a serem alcançados dentro de uma conduta racional, como o sucesso, a estabilidade financeira; 2) *de modo racional referente a valores* – consistindo na crença consciente em valores, tais como os éticos, estéticos etc. – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo, especialmente emocional* – por motivos de afeto ou de cunho emocional momentâneo e 4) *de modo tradicional* – as que se dão devido aos costumes enraizados.⁸⁰

Outro instrumento analítico de Weber, pertinente aos nossos estudos, é o do “tipo ideal” que seria o tipo puro, concebido como típico, em uma construção elaborada pelo agente ou agentes. A ideia do “tipo ideal” é aclarada, quando é associada à primeira modalidade de ação acima enumerada, a ação racional referente a fim, como segue:

A construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, à Sociologia como tipo (“tipo ideal”). Permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros) como “desvio” do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional.⁸¹

Assim, na medida da conveniência metodológica, e somente por tal razão, a sociologia compreensiva de Weber é racionalista, devendo ser interpretada tal racionalidade, porém, somente como recurso metodológico, não devendo gerar o entendimento equivocado de que a Sociologia faz uso de um preconceito racionalista ou crê na efetiva predominância do racional sobre a vida.⁸²

A ação de migrar utilizando-nos das definições relacionadas à teoria da ação social de Weber, estaria assim do ponto de vista deste migrante, predominantemente enquadrada como “a ação de modo racional referente a fins”, uma vez que no processo migratório, o ato de migrar é clara e pragmaticamente para fins ligados a segurança, estabilidade profissional, qualidade de vida. Por outro lado, da perspectiva do ator nativo do ambiente ou local de destino desse migrante, a “orientação” na ação de acolhimento ou na interação poderia

⁷⁹ Cf. WEBER, op. cit., p. 13.

⁸⁰ WEBER, op. cit., p. 15

⁸¹ Ibid., p. 5.

⁸² WEBER, loc. cit.

transitar por qualquer um dos quatro tipos de ação social de Weber, ficando, assim, a cargo de um trabalho de investigação o enquadramento de cada caso em modo de ação social predominante, lembrando, como salienta o próprio Weber, na prática uma dada ação social não se enquadrará em apenas um dos modos acima referidos, sendo a categorização fixa apenas na teoria. As motivações em torno da decisão de migrar, na análise da realidade, podem ser decorrentes da combinação de diferentes determinações da ação. Hipóteses sobre a determinação da ação social por parte do agente nativo em relação à integração social do italiano no “país receptor” poderão ser levantadas no decorrer do trabalho, dentro de um viés analítico microsociológico, amparável por meio da teoria da ação social. Os tipos ideais da ação social de Weber seriam identificáveis e aplicáveis dentro das teorias da Escola Neoclássica – teoria do *push-pull*⁸³ – e a teoria do capital humano⁸⁴, sendo estas duas das principais teorias microsociológicas relacionadas às migrações internacionais.

Ao se considerar especificamente o migrante empreendedor, subcategoria foco de nosso trabalho, devido ao apelo dessa subcategoria às análises também no âmbito da economia e sociologia econômica, talvez seja mais preciso considerar a aplicação da teoria de Weber quando trata da “ação econômica” e ou “ação social econômica”, ao invés da definição de “ação social”, de aplicação mais genérica, senão vejamos: para justificar tal consideração, mostra-se necessário trazer as definições de Weber sobre tais modalidades de ação, constantes da sua obra *Economia e Sociedade*⁸⁵, vistas anteriormente, obra cujo objetivo geral foi o de demonstrar a possibilidade da Sociologia e sua perspectiva particular, ser usada na análise de fenômenos socioeconômicos, ao inserir análises voltadas para interesses em uma dimensão social (SWEDBERG, 2005., p. 45). Para Weber a ação econômica do indivíduo será social apenas quando levar em consideração o comportamento dos outros. Ainda que o escopo das variedades de ação tratados pela sociologia é muito mais

⁸³ Também chamado modelo de *push-pull*, é a ideia preconizada por Ravenstein que, essencialmente, considera como o motivo principal de uma migração ser o desejo do agente individual melhorar a sua condição econômica. A decisão por um percurso migratório seria tomada com base em informação acerca das “características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino (em particular a situação de emprego e níveis salariais), que o migrante se decide por um percurso migratório (...)”. Considerando ainda que “a análise econômica de custos/benefícios realizada pelo agente não deve ser apenas observada no curto prazo”. Cf. PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 14 e 16.

⁸⁴ Teoria microsociológica da migração que diz respeito às capacidades ou recursos pessoais do migrante de ordem educacional, familiar que vêm a ser despendidos ou considerados na ação de migrar, passando por uma análise econômica de custos/benefícios realizada pelo agente incluindo projeções futuras de custos e rendimentos. Cf. PEIXOTO, op. cit.

⁸⁵ Cf. WEBER, op. cit.

abrangente do que os da teoria econômica, ressalta Weber, que as duas tem um tipo de ação em comum, a saber, a “ação racional com objetivos exclusivamente econômicos”.

Muitos estudos mais recentes sobre migração o fazem a partir da perspectiva das teorias pós-industriais, que por sua vez, são submetidas a novas interpretações por conta do fenômeno da globalização⁸⁶. Canclini (2003), em reflexão sobre os fenômenos migratórios da Europa para a América, destaca que durante toda a história, o que prevaleceu foi o “caráter mercantil da interação”, entre Europa, EUA e América Latina, o que apesar de soar como obvio, segundo ele, as análises tradicionalmente não dão ênfase a tal aspecto. Enfatiza o autor a distância que existiu e continua a existir entre o discurso humanista e as práticas políticas. Aponta que hoje mais do que no passado, diversos países europeus dispensam tratamento desigual aos “imigrantes e turistas” das várias nações da América Latina. Do lado latino americano, em contrapartida, não ocorre relações equânimes com todos os europeus, já se mostrou, por exemplo, preferência por alemães a portugueses, franceses a espanhóis. Tal constatação, remete ao conceito de capital étnico, tema que será tratado adiante neste trabalho.

Ainda no entendimento do autor, hoje, a concorrência e a discriminação no mercado, prevalecem sobre a ideia de universalidade de direitos, políticas e culturas, diferentemente do que ocorreu em tese na época em que o iluminismo e as ideias da Revolução Francesa prevaleciam nas constituições dos países e inspiravam as relações.

A concorrência e a discriminação no mercado prevalecem sobre a universalidade de direitos políticos e culturais. Portanto, por mais que nos dias que correm se fale muito mais de integração entre países latino-americanos e europeus e se realizem acordos mais concretos que em qualquer época anterior, a abertura aos outros, a construção de uma interculturalidade democrática, está mais subordinada ao mercado que em qualquer época precedente (CANCLINI, 2003, p. 76).

2.3.1 Movimentos migratórios internacionais

As razões que levam as pessoas a migrar já foram pauta de muitos debates e tema de muitas publicações. Tais razões passam necessariamente pelos designados “fatores de expulsão ou de atração” e o equilíbrio entre eles (Klein 2000). Segundo este autor, com exceção de uma minoria de casos para os quais migrar vem suprir anseios pessoais de aventura ou mudanças, o processo migratório é geralmente deflagrado por contingências de

⁸⁶Segundo Kumar (1997), dentro de uma abordagem mais atual das teorias pós-industriais, devem ser consideradas as transformações pelas quais tais transformações passaram dentro do contexto da “globalização”, que atinge, segundo o autor, todas as sociedades modernas – “e pós-modernas”. In: KUMAR, op, cit.

ordem econômica - carências e crises - quando os meios tradicionais de sustento se tornam inviáveis e as pessoas se deparam com a falta de alternativas de sobrevivência em suas comunidades de origem. Em um menor número de casos, migrações podem ocorrer ainda devido a perseguições relacionadas à nacionalidade, etnia ou crença religiosa.

O autor, visando responder à questão por que mudam as condições de vida e as razões para o agravamento de crises determinantes da emigração, afirma haver uma formula com a existência de três fatores dominantes: o primeiro seria o acesso à terra, o que implica na disponibilidade de alimento; a variação da produtividade da terra e o terceiro, o número de integrantes de uma família que precisam ser mantidos. Segundo o autor, no período das “grandes migrações” dos séculos XIX e XX (1880 a 1915), quando dois terços dos migrantes chegaram à América, os “fatores de expulsão” teriam sido compostos por uma combinação desses três fatores.⁸⁷

A revolução tecnológica vivenciada na atual era pós-industrial, da “sociedade da informação”, propiciadora da supressão espaço temporal (HARVEY, 1990), facilita as comunicações, arranjos relacionais e a economia “mundializada” de fim de século XX e início de século XXI, mas muito antes disso, os avanços tecnológicos do fim do século XIX, como o cabo telegráfico transatlântico em 1866, o incremento de ligações ferroviárias dos anos 1870 e a total substituição das velas pelo motor a vapor na navegação, são também alegados como facilitadores das grandes migrações.

Assim, o incremento do aparato tecnológico associado às questões de ordem econômico-social na Europa, combinado com os “fatores de atração” na América, como a grande disponibilidade de terra fértil e pouca de mão-de-obra nativa, fizeram do referido período das “grandes migrações” de crucial importância para a história das migrações para a América.⁸⁸ Dentro desse contexto, registros indicam que o período que vai de 1810 a 1979, o Brasil recebeu 5.611.892 imigrantes, sendo o maior contingente de Portugueses (31,9%), seguidos de italianos (29,0%), Espanhóis (11,1%) e alemães. No período de 1880 a 1919, que abrange o das chamadas “grandes migrações”, teriam chegado ao Brasil maior parte desse contingente, ou o quantitativo de 3.105.335⁸⁹ europeus.

⁸⁷ Para maiores detalhes Cf. Klein, op. cit..

⁸⁸ Klein (2000) relata que ainda que dez milhões de africanos e possivelmente cerca de quinze milhões de europeus houvessem migrado para as Américas antes de 1880, esta década, teria assinalado “um ponto decisivo no fluxo migratório da Europa”.

⁸⁹ Para se chegar a esse número, foi efetuada a soma dos contingentes totais por década, conforme apresentados na tabela por Fernandes (2015, p. 20-21) que tem como fonte Hernando e Martinez (2006, p.36). In: FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata, organizadores. Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Seção I. p. 19- 39

A maior parte dos migrantes de origem mediterrânea e japonesa que compuseram as chamadas “grandes migrações” teve como razão primária de atração pelo Brasil, o modo que evoluiu a gestão da mão-de-obra escrava africana, que propiciou a progressiva substituição pela mão de obra do migrante europeu e asiático, sobretudo nas lavouras de café da região sudeste do país, a maior parte desses migrantes, tinha os deslocamentos para o país garantidos por políticas de imigração subsidiada.⁹⁰

Antes desse período, com a mão de obra escrava abundante, não havia maior interesse por parte do governo brasileiro na vinda de imigrantes europeus para o país. O incentivo a formação de colônias agrícolas, deu-se inicialmente apenas para a região meridional fronteiriça do país, por razões político-estratégicas, visando coibir eventuais tentativas de avanços dos hispano-americanos na região.

Assim, na primeira metade do século XIX, houve a implementação de dois modelos de imigração européia – o de colonização agrícola, iniciado na década de 1820 e o sistema de parcerias entre as décadas de 1840 e 1850.⁹¹ Por fim, o “sistema de colonato” entra em vigência com o processo de libertação dos escravos. Neste, as passagens dos migrantes que substituiriam os escravos, eram totalmente subsidiadas pelos governos estadual e federal, recebiam salários e pagamentos por empreitada.⁹² O contrato subsidiado foi proibido pelos governos da Espanha e Itália na década de 1910, após apurações que constatarem exploração e maus-tratos aos imigrantes. Na sequência, com a crise da Primeira Guerra mundial, o começo da migração interna de trabalhadores provenientes do nordeste brasileiro, contribuiu para o declínio da imigração européia. Os poucos migrantes não subsidiados que chegavam ao país passaram a preferir, primariamente, a vida nas cidades, como São Paulo.

Somente após a segunda guerra mundial, com o empobrecimento da Europa do pós-guerra, ressurgiu um movimento migratório com certa expressão para o país, tendo por base o trabalho na indústria, promovido pelo programa oficial de substituição das importações, instituído pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).⁹³

Comparável às consequências advindas dos avanços tecnológicos do final do século XIX, o migrante do início de século XXI, também se encontra submetido a condicionantes geradas pelas facilidades de comunicação e tecnologia avançadas. Esses avanços, quando aliados às diversas modalidades de capital - como o social e humano - e quando inseridos

⁹⁰ Cf. KLEIN, Ibidem.

⁹¹ O Sistema de colonização agrícola baseado em pequenas propriedades rurais e o de parceria que consistia na disposição dos migrantes europeus trabalhando ao lado dos escravos nas plantações de café. O programa foi promovido pelos fazendeiros de São Paulo e o governo. In: KLEIN, op. cit.

⁹² Cf. KLEIN, op. cit.

⁹³ Cf. KLEIN, op. cit., p. 60.

dentro de um aparato institucional como ocorre, em tese, com os migrantes empreendedores, são potencializadores de configurações sociais totalmente peculiares a esse atual momento, sobre as quais trataremos melhor na sequência deste trabalho.

2.3.2. Movimentos Migratórios e os Italianos no Brasil

“Tentar entender a Itália e seu povo sem abordar a emigração seria difícil, talvez impossível” (BERTONHA, 2014, p. 81). A enfática afirmação deste autor, procura dar a real intensidade da importância do fenômeno da migração para o povo italiano. A península itálica, durante maior parte de sua história, seja antes ou depois de sua unificação no final do século XIX, foi uma região de forte caráter emigratório, tanto nos fluxos para regiões vizinhas, quanto nos de longa distância. Registra-se que 26 milhões de pessoas deixaram a região com planos de viver em outros países entre os anos de 1870 e 1970, desses, 7 a 8 milhões nunca mais fizeram o caminho de volta à terra de origem⁹⁴. A América do Sul, incluindo o Brasil, sempre esteve entre os principais destinos do povo italiano, como pode ser constatado da leitura da tabela abaixo:

Tabela 1 - Emigração italiana – 1870 -1970 (em milhões)

Destino	total
Estados Unidos	5,6
França	4,1
Suíça	3,0
Argentina	2,9
Alemanha	2,4
Brasil	1,5
Império Austro – Húngaro	1,1
Canadá	0,6
Bélgica	0,5
Austrália	0,4
Venezuela	0,2
Grã-Bretanha	0,2
Europa	12,5
América e Austrália	11,5

Fonte: BERTONHA (2014)

⁹⁴ Ibidem.

Historicamente, seja na chamada Velha imigração, até meados do século XIX, em que o Brasil era o quarto país das Américas mais atraente ao imigrante, seja posteriormente, nas chamadas Grandes Migrações (1880 - 1915) ou, ainda, após o seu relativo restabelecimento após a segunda guerra mundial, os imigrantes de origem Italiana, juntamente com os das demais nacionalidades, adotavam, a região de São Paulo e do sul do país como regiões preferenciais de destino, sobretudo estimulados pelas próprias políticas migratórias brasileiras, que incluíam os já referidos contratos subsidiados e programas de acesso a propriedade da terra⁹⁵

Durante o século XX, os italianos desenvolveram o trabalho de colonos, sobretudo, no trabalho da lavoura de café, substituindo juntamente com imigrantes de outras etnias, os escravos libertos, vindo posteriormente a ser ainda muito bem-sucedidos nas atividades de indústria e comércio, sobretudo, no estado de São Paulo (KLEIN, 1994). São emblemáticos do sucesso dos italianos na indústria e comércio o caso de famílias como os Matarazzo e do empresário Martinelli, nomes e figuras que estão entre os protagonistas da história de São Paulo.

O fato do nordeste não ter tido um histórico ou tradição de destino migratório de levas européias, como ocorreu, por exemplo, com o sul do Brasil nos séculos XIX e XX, nos induz a crer que os casos ocorridos neste início de século XXI, como o estudado neste trabalho, tendem a ser fruto do contexto socioeconômico vigente, com fatores particulares ligados ao presente tempo e localidade, o que além de gerar padrões migracionais diversos aos de italianos no sul do país, mostra-se como mais um elemento indutivo a crença da plausibilidade da adoção das teorias pós-industriais na fundamentação teórica do movimento migratório neste trabalho analisado.

A migração de empreendedores italianos, que se enquadraria no que chama Cappelin (2008), numa “migração burguesa”, considerando as diversas modalidades de capital de que dispõem, estaria no topo da “hierarquia global de mobilidade”, para utilizar o termo proposto por Zygmunt Bauman (na obra *Globalization: The human consequences*) e citado por De Giorgi (2010).⁹⁶ Seriam estes, portanto, uma modalidade de migrante que em termos de privilégios estaria acima de todas as outras categorias de migrante, o que podemos designar como um tipo *over class* de migrante.

⁹⁵KLEIN, op. cit.

⁹⁶DE GIORGI, Alessandro. Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. **Punishment & Society**, v. 12, n. 2, p. 147-167, 2010.

Tal constatação, tratando aqui especificamente do caso explorado no nordeste brasileiro está diretamente relacionada aos níveis de capital humano e étnico desses imigrantes. O capital humano diz respeito aos recursos pessoais do indivíduo relacionados à nível educacional ou intelectual, competências e habilidades de ordem técnico-profissionais, diz-se também sobre as mudanças que ocorrem com as pessoas em termos de aquisição de habilidade e capacitação que as permitem abordar atividades e relações de modo novo (COLEMAN, 1988). O capital étnico por sua vez, é inerente e essencial a toda pessoa humana, sendo um conceito estreitamente relacionado à origem étnica e sociocultural ou nos termos de Durand (2011).

O capital étnico é o que cada pessoa tem quando tem um local de nascimento, nacionalidade, sobrenome, genealogia, raça e fenótipo. Em geral, este tipo de capital é legado em vez de adquirido, e é uma parte essencial de uma pessoa. Não se pode mudar o lugar de nascimento, que aparece em todos os documentos de identidade. É possível adquirir outra nacionalidade, mas com base em uma nacionalidade original. É impossível mudar os antepassados, que, além de um sobrenome, geralmente fornecem características genéticas, fenotípicas e raciais. O capital étnico não tem necessariamente um vínculo direto com a cultura, embora possa, obviamente, estar relacionado. (DURAND, 2011, p. 68)

Na abordagem de um dado objeto utilizando-se a aplicação do *mixed embeddedness*, a análise sobre o capital humano, podemos dizer que é feita por implicação sobre a abordagem dos recursos pessoais e capital social, no nosso estudo, do imigrante empreendedor. No presente trabalho, o mesmo raciocínio é aplicado em relação ao capital étnico.

2.4.O imigrante empreendedor

De um modo geral, a ideia estabelecida em torno do migrante ou da migração é a da pessoa ou coletivo que deixa sua região de origem por razões tais como perseguição política, religiosa ou situações de precariedade relacionadas à crises e questões socioeconômicas, na busca por estabilidade e, sobretudo, oportunidades de trabalho. Em consonância com essa ideia, Abdelmalek Sayad (1979)⁹⁷, na perspectiva do contexto social francês, preceitua ser inerente à condição de migrante, o vínculo ao trabalho, sendo este geralmente provisório e preferencialmente com o mínimo “custo social” para o país receptor. O autor chega a propor uma definição para imigrante totalmente atrelada ao conceito de trabalhador provisório, quase que como termos redundantes, a que considera como “o modelo ideal típico do imigrante”.

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio,

⁹⁷SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72.

um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo)...mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja revogável a qualquer momento”⁹⁸

Sustenta ainda Sayad (1998), que esse trabalho não se trata de qualquer trabalho e nem este é encontrado em qualquer lugar, mas se trata de um trabalho que o mercado destina aos imigrantes e no local que lhe é atribuído. Tal concepção restritiva sobre o imigrante, parece não resistir à evolução dos estudos voltados aos movimentos migratórios, que propiciou uma grande amplitude ao tema, no que dentro da proposta do presente trabalho, nos atemos, especificamente, ao panorama do migrante empresário ou empreendedor.

Adota-se aqui o conceito de empreendedor proposto por Mckenzie, Smothers e Ugbah (2007)⁹⁹, ou seja, empreendedores enquanto “indivíduos e grupos de indivíduos buscando e explorando oportunidades econômicas”, complementada pela ideia do empreendedor como “articulador de redes”¹⁰⁰. Promove-se aqui, no que tange às redes sociais estabelecidas, uma abordagem em multinível (adiante explicado) dos laços estabelecidos, ou seja, tanto como indivíduo empreendedor, quanto a partir das relações dos negócios que administram, enquanto instituições.

Solé *et al* (2007) enumeram as teorias mais relevantes a respeito das economias étnicas¹⁰¹ a partir de trabalhos relacionados ao tema desenvolvidos tanto nos Estados Unidos, como em alguns países europeus. Elencam três grandes grupos de teorias, sendo elas: (1) As teorias de caráter étnico-cultural, que enfatizam a afinidade entre características culturais e o sucesso empresarial; (2) As que tratam o êxito ou não dos negócios étnicos como consequência direta de fatores peculiares à sociedade receptora, tal como as questões de inserção no mercado de trabalho e (3) a aproximação chamada “modelo integrador”, “que tem seu eixo na interação entre os recursos internos dos diferentes grupos, tais como recursos de classe e étnicos, em função das estruturas externas de oportunidades.” (SOLÉ *et al*, 2007, p.17). O traço comum a todas essas teorias é a identificação dos fatores que subjazem no contexto das iniciativas empreendedoras dos diferentes grupos estudados.

Em estudo sobre novos imigrantes e seus empreendimentos, Jones *et al* (2012) alegam que pouca atenção acadêmica vem sendo dispensada a nova leva de imigrantes chegados ao Reino Unido, a partir dos anos 1990, apesar de sua presença socialmente transformativa

⁹⁸Ibid., p. 55

⁹⁹MCKENZIE, Brian; UGBAH, Steve D.; SMOTHERS, Norman. Op. cit., p. 23

¹⁰⁰VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson. Op. cit., p. 7.

¹⁰¹ Os estudos voltados para o migrante empreendedor e seus negócios, normalmente se utilizam dos termos empreendedorismo étnico, negócios étnicos, economias étnicas entre outros. (e.g. MÁRIO SERRA TRUZZI e SACOMANO NETO, 2007).

(JONES, 2012). No caso, trata-se de pessoas de diversas etnias e que imigram provenientes de inúmeras partes do mundo, razão pela qual se atribui ao fenômeno o caráter de promotor de uma “super diversidade” (*superdiversity*). Alegam, também, que o impacto desses novos imigrantes sobre o cenário do mercado dos pequenos negócios é um fato notório e crescente na economia das cidades maiores daquela região. O referido trabalho tem sua questão de pesquisa em torno do haver uma ruptura ou haver continuidade histórica na experiência das novas levas de imigrantes em relação à experiência de migrantes empreendedores de levas precedentes. Quão diferente pode se considerar os “novos migrantes empreendedores” em relação à tradicional categoria do “empreendimento de minoria étnica”, já largamente estudado? Ou em outras palavras:

(...) as novas empresas de imigrantes representariam uma verdadeira separação das limitações empresariais que afectam as empresas de origem imigrante; ou continuam a reproduzir os padrões problemáticos e práticas que parecem quase endêmica à empresa imigrante no capitalismo avançado? (JONES, 2012, p. 3160).

Entre os resultados obtidos pelos autores, destacam haver nos enfrentamentos vivenciados por essas novas levas de imigrantes, em boa parte, uma reprodução dos fatores que influenciavam a realidade dos antigos imigrantes, tais como precariedades, falta de apoio político e pífia lucratividade, mostrando-se o empreendedorismo apenas como uma forçada alternativa ao desemprego, uma medida “simplesmente para garantir a sobrevivência”. Salienta-se, porém, que tal perspectiva negativa sobre o empreendedorismo mostrou-se mais acentuada para os grupos de origem africana e médio-oriental, quando comparados aos grupos provenientes do leste europeu, para os quais eram ofertadas mais diversas opções de ocupação e viam no empreender uma opção de mais autonomia e liberdade, com as alegadas vantagens do “ser seu próprio chefe”.

Sendo a principal finalidade do mercado o crescimento e a lucratividade, aí também estaria a motivação maior para a “interculturalidade democrática” e a formação de redes.¹⁰² Destaca-se ainda, a análise teórica promovida pelo estudo ao sustentar o modelo de Kloosterman et al (1999) cunhado como “*mixed embeddedness*”, consistindo na ideia da experiência do imigrante no empreendedorismo, estar condicionada a uma tríade de fatores de ocorrência simultânea, a saber, “capital social, mercado e políticas de estado”. O conceitotaria ainda o intento de superação das limitações da abordagem integradora, quando em aplicação ao contexto europeu (SOLÉ et al, 2007).

¹⁰²Ibid.

Esse modelo, mostrar-se-ia, assim, como um aprofundamento da ideia de que as empresas estariam somente condicionadas às decorrências da imersão na sua “própria rede social”, como insistia Granovetter (1985). Entretanto, tal ideia, ainda segundo Trevor Jones *et al* (2012), não visa minimizar ou redimir a importância do capital social, ao contrário, reforçam o reconhecimento das redes sociais como decisivo na ausência de outras fontes de recursos, ideia defendida também por Kloosterman (2010).

Nesse mesmo sentido, Rath (2002) examina com crítica as pesquisas sobre o imigrante empreendedor que focam somente no *social embeddedness*, visto considerar-las insuficientes. Argumenta que para uma compreensão satisfatória do empreendedorismo, uma abordagem mais estrutural se faz necessária. Aconselhando a adoção do *mixed embeddedness* dado que: “as relações e transações estão imersas (*embedded*) de modo mais abstrato em estruturas político-institucionais mais amplas.” (RATH, 2002, p. 5). Mais adiante neste trabalho trataremos mais pormenorizadamente do modelo analítico do *mixed embeddedness*, abordagem que adotaremos com prioridade na análise do nosso estudo de caso.

O estudo britânico em consonância com esse entendimento, aponta ainda, que os casos de sucesso mais retumbantes, que permitiram notória ascensão financeira, estão, de modo geral, ligados aos grupos asiáticos, que normalmente contam com extensas redes (alto capital social) compostas por familiares. Nesse mesmo estudo, constatou-se que na leva dos recém-chegados imigrantes, prevaleceu a “continuidade sobre a mudança” em comparação com grupos precedentes, no que tange a problemática e circunstâncias sócio-políticas e mercadológicas enfrentadas, independentemente da diversidade e origem dos imigrantes. Os autores, portanto, defendem a ideia de que, no campo empresarial, novos traços ou particularidades socio-demográficas observadas em um dado grupo imigrante tem peso pouco significativo, se não estiverem acompanhadas de mudanças nos recursos. Somente uma transformação verdadeiramente radical na base de recursos seria suficiente para permitir a transcendência de microempresas migrantes racializadas.

Concluem os autores, que a pesquisa no campo dos novos migrantes empreendedores ainda é muito escassa. Contudo, tocando em certa medida à pretensão do presente trabalho, sugerem os autores que novas pesquisas que se utilizem da comparação de “velhos e novos migrantes”, tratem com atenção especial, no caso dos novos grupos de migrantes, do importante papel do “capital humano e transnacionalismo”, procurando focar, com essa finalidade, em grupos melhor assistidos em termos das diversas “formas de capital”

necessárias para o estabelecimento e condução de negócios viáveis. Aconselham ainda, o estímulo a pesquisarem contextos nacionais contrastantes.¹⁰³

Em observação mais ampla, Kloosterman e Rath (2001), consideram que os negócios desenvolvidos pelo empreendedor não são unicamente fundados nos recursos que estes de qualquer modo possam mobilizar, mas alega que esses seriam dependentes ou atrelados ao mercado, uma vez que bens e serviços precisam ser vendidos. Outro ponto a ser considerado é que esses mercados devem estar abertos a novos candidatos a empresário, devendo ser essa abertura entendida tanto em termos de baixas barreiras econômicas, quanto institucionais, ou em outros termos, baixo custo de produção¹⁰⁴, quanto em aspectos regulatórios que estimulem ou ao menos permitam a entrada desses empreendedores em um mercado. Essa lógica pode, em princípio, ser aplicada tanto os empreendedores nativos, quanto imigrantes estrangeiros adentrando um novo mercado. Porém, afirmam os mesmos autores que a posição dos imigrantes empreendedores tendem a diferir a partir dos recursos disponíveis de cada um, sobretudo, em relação a capital humano e acesso a capital financeiro. Em resumo: O tipo de negócio que um imigrante conduz e o seu papel no processo de integração em uma localidade não depende somente dos recursos pessoais que este pode mobilizar, mas de uma “estrutura de oportunidades” em um específico local e tempo. Tal visão desfaz na abordagem da figura heróica do empreendedor trabalhador como único responsável pelo seu sucesso, ideia prevalecente no último quarto de século XX.¹⁰⁵

Outra abordagem sobre o tema das migrações é a do Transnacionalismo, termo recorrente em estudos recentes voltados à migração, sendo usado em referencia aos múltiplos e diversos laços e interações que ligam pessoas ou instituições através das fronteiras de diferentes Estados-Nação.¹⁰⁶ O mesmo termo é elucidado, com outras palavras, na caracterização relacionada aos movimentos migratórios proposta por Solé et al (2007):

Otra característica de los movimientos migratorios actuales es su transnacionalidad o transnacionalismo (usando el anglicismo común en la literatura sociológica sobre el tema). Los movimientos migratorios no son ya uni o bidireccionales, desde un punto de origen a otro de destino (y/o retorno), sino que son circulares o poliédricos, en todas direcciones, en el espacio (SOLÉ et al, 2007, p.7).

¹⁰³ JONES et al, op. cit. p.15.

¹⁰⁴ Os autores falam em baixa “escala mínima eficiente” – MES - (*low minimum efficient scale*) termo usado em economia para definir a mais baixa média de custo de produção em um longo prazo, significando maiores lucros e estímulo. In: Kloosterman e Rath (2001).

¹⁰⁵ Kloosterman e Rath (2001).

¹⁰⁶ Vertovec, 2009, apud, KATILA e WAHLBECK, 2012. In: KATILA, Saija; WAHLBECK, Östen. The role of (transnational) social capital in the start-up processes of immigrant businesses: The case of Chinese and Turkish restaurant businesses in Finland. **International Small Business Journal**, v. 30, n. 3, p. 294-309, 2012.

Um dos fatores potencializadores das práticas transnacionais seriam os avanços dos meios de comunicação promovidos pelas novas tecnologias, contexto no qual Canclini (2006) defende que os imigrantes atuais, dada as facilidades de comunicação permitida pela popularização da tecnologia, tendem a ter uma “comunicação mais fluida” com o seu local de origem. O autor chega a dizer que “A interculturalidade, hoje se produz mais por meio de comunicações midiáticas que por movimentos migratórios.” (CANCLINI, op. cit., p. 73). Assim no que tange às suas relações, dentro da perspectiva da transnacionalidade, o migrante empresário atual, vive em grande medida entre dois mundos, o do país de origem e o de seu destino como migrante, sendo tão acentuado ou abrangente tal caráter, quanto disponha de mais altos e diversos recursos ou capitais.

Essa interação ou coabitação particular, transnacional, nos remete a Simmel (1983), corroborando seu pensamento quando considera o ser estrangeiro como “uma forma específica de interação”. Por estar simultaneamente “próximo e distante da cultura da nova sociedade na qual se encontra”, passa a apresentar um tipo específico de participação naquela sociedade. “Seria uma participação objetiva e positiva, de aproximação e distanciamento, no qual o estrangeiro consegue assimilar uma nova cultura sem perder os laços com sua cultura e seus valores originais”¹⁰⁷.

A partir deste balanço teórico sobre o tema das migrações, nas dimensões que em algum modo se relacionam com o propósito deste trabalho, é relevante que sejam retidas as seguintes ideias: os níveis de capital humano, capital étnico e transnacionalismo, tem grande relevância na composição de um “padrão migracional” e serão ainda de fundamental importância na análise sobre o caso sergipano, tendo em vista suas implicações nas análises do processo de integração do empreendedor italiano em Sergipe e consequentemente no desempenho de seus negócios. As referidas categorias estão, assim, implicadas no quadro analítico do *mixed embeddedness*, que será utilizado na exploração do nosso estudo de caso.

2.5. A estrutura político-institucional brasileira como condicionante da experiência do imigrante empreendedor internacional

Como visto anteriormente, uma das variáveis influentes na decisão de migrar para outra nação e no desempenho do imigrante com objetivos de empreender ou detentor de alto capital humano, o habilitando a oportunidades de trabalho condizentes com seu nível em um dada nação ou localidade, seria a favorável estrutura político-institucional, seguindo os argumentos defendidos nos estudos liderados por Kloosterman (1999, 2001, 2006, 2010) ou

¹⁰⁷SIMMEL, 1983, p.183apud LACERDA, op. cit., p.163

em termos pós-fordistas, seria consequência de um propício modo de regulação, sobretudo no caso do imigrante empreendedor. O Brasil em sua história recente vivenciou um período de vinte e um anos de ditadura militar (1964 – 1985), quando predominou como política comercial, o fechamento do mercado nacional às relações comerciais externas, como medida de autonomia e proteção ao mercado doméstico, que se baseava no modelo de industrialização para substituição das importações (ISI), de cunho nacional-desenvolvimentista.

Antes de se chegar ao lapso temporal delineado para a análise da estrutura político-institucional no presente trabalho – período que vai de 2003 a 2017, buscaremos de forma sucinta traçar uma contextualização histórica iniciada no processo de redemocratização do país, que se dá em parte, paralelo ao processo de reabertura comercial. Podemos considerar que foi ainda durante o período da ditadura militar, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) que já eram delineadas algumas ações que prenunciavam a abertura do regime. Essa postura foi continuada e desenvolvida no governo do, também militar, João Figueiredo (1979-1985), em cuja gestão foi aprovada a Lei da Anistia de 1979, quando se permitiu o retorno ao país dos exilados e presos políticos que foram anistiados; é promovida também uma reforma partidária, extinguindo o bipartidarismo (entre ARENA e MDB), possibilitando o surgimento de novos partidos; o restabelecimento de eleições diretas para governadores dos estados em 1982, eleições em que o PMDB, maior partido de oposição da época, consegue eleger vários governadores no país, indicando a falta de prestígio dos militares junto à população (FLEISCHER, 2016)¹⁰⁸.

A nível mundial destaca-se a chamada Guerra Fria - período de rivalidade e corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética - quando a estratégia da política externa brasileira se restringe a ideia de manter a “autonomia pela distância”, na qual se permitia um vínculo ao ocidente, porém, com certo afastamento do seu líder, os Estados Unidos da América (ANDRADE, 2011).

O Estado brasileiro, durante o regime militar, reafirma sua pretensão em ser o principal propulsor do desenvolvimento no país. A promoção da indústria nacional, era a principal meta dentro desse projeto desenvolvimentista dos governos militares, consistindo na continuidade ao programa de substituição de importações com forte investimento nas

¹⁰⁸ O cientista político David Fleischer, doutor na área de Estado e Governo, aponta que a segunda metade da década de 80 ocorre importantes marcos da redemocratização, como a consolidação do multipartidarismo, a legalização dos partidos comunistas, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição de 1988. In: **De Sarney a Dilma: 25 anos desde a redemocratização**, Agência Senado, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao> > acesso em 15 de ago. de 2016.

indústrias de base. A política externa brasileira nos anos 1980, dentro da linha do “pragmatismo responsável” herdado da gestão Geisel, vivenciava o desafio de manter a sua inserção no mercado internacional do “globalismo”, tendo como pano de fundo uma tripla crise – a de ordem internacional com a Guerra Fria; a crise de legitimidade do desgastado regime militar e na economia, a progressiva crise do modelo nacional-desenvolvimentista, que se desenrolava desde os anos 70 e que era caracterizado por grande endividamento externo, que corroeu as economias dos países de terceiro mundo, levando-a a ser chamada de “crise da dívida”, quando a política comercial externa, consistia na promoção de exportações, protegendo, contudo, a indústria doméstica (CASARÕES, 2011).

Já com a aproximação do fim da ditadura militar nos anos da década de 1980, o falecimento de Tancredo Neves que tinha pretensões de estreitamento de relações com os Estados Unidos, faz tomar posse como presidente José Sarney (1985-1990), que acabou predominantemente se prendendo ao pacto nacional - desenvolvimentista, representado pelo chamado “centrão” (composto pelos partidos PMDB-PFL), que objetivava manter orientação globalista para a política externa brasileira.¹⁰⁹

Mesmo que o chanceler de fato Paulo Tarso, já expressasse opinião favorável a uma postura liberal por parte do Estado brasileiro em uma inserção internacional, o processo de aprendizado acabou se mostrando muito lento, nem “as pressões estruturais, exercidas principalmente pelos Estados Unidos sobre as atitudes mais protecionistas do Brasil, não foram capazes de, por si próprias, causar uma ruptura”¹¹⁰.

Até 1988, os parâmetros tradicionais davam sentido a políticas protecionistas, ligadas à idéia de *autonomia pela distância*. Isso influenciava o conjunto da política exterior, também em temas não relacionados à economia. No final do governo Sarney foram-se esboçando mudanças importantes no sentido de absorver a evolução de cunho acentuadamente liberal que a globalização introduzia, simbolizadas pelas negociações na Rodada Uruguai do Gatt. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2012).¹¹¹

O presidente José Sarney, entrega a Fernando Collor um Estado extremamente fragilizado, tanto no que tange às suas relações com o mercado, quanto aos centros de poder político mundial. Nas relações externas do Estado brasileiro predominavam relações conturbadas com os principais centros de poder político, em virtude da moratória da dívida externa brasileira. Outros pontos dificultadores foram a política protecionista do mercado

¹⁰⁹ CASARÕES, op.cit.

¹¹⁰ Id., loc.cit.

¹¹¹ A versão em português da sigla GATT seria: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. In: VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, 2012.

interno; o fato do Brasil sustentar uma política externa refratária aos regimes comumente impostos aos países ocidentais, acrescentando-se a tudo isso, o fato do Brasil está em baixa em relação aos fluxos de capital externo, sobretudo financeiros. O Governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992) é considerado o marco zero do processo de liberalização (SALLUM JR , 2011) e “período conclusivo da abertura democrática no Brasil” (CASARÕES, 2011, p.13).

O período é marcado no plano internacional pela crise de transição com o fim da Guerra Fria, fase de importantes mudanças nas dinâmicas das relações globais e crise nos países que compunham o chamado terceiro mundo. Estavam entre as promessas de campanha eleitoral de Collor, as ideias de “modernização, inserção competitiva na economia mundial e procura de um lugar no ‘primeiro mundo’”. Segundo Saraiva (2010), a gestão Collor de Mello trouxe ao meio diplomático um acirrado debate entre uma corrente liberal minoritária do Itamaraty que defendia o estreitamento das relações com os Estados Unidos, significando a submissão ao Consenso de Washington, com alinhamento das políticas internas de acordo com a sua orientação priorizando as relações com os países chamados de “primeiro mundo” e aqueles que defendiam um posicionamento diverso, beneficiando-se com a adaptação às mudanças e reconfigurações que ocorriam internacionalmente, sendo o primeiro dos referidos paradigmas o escolhido por Fernando Collor. Entretanto, mesmo com tal posicionamento, no decorrer de seu governo tal alinhamento se traduziu muito limitadamente em termos práticos, tendendo as ações a seguir uma linha de continuidade dentro da tradição do Itamaraty (SARAIVA, 2010). Dentro do contexto da crise internacional pós Guerra-Fria e a “implosão do terceiro mundo como bloco de interesses convergentes”, Casarões (2011) racionaliza o alinhamento do governo Collor com os Estados Unidos, ressaltando seu caráter “condicional e instrumental”, nos termos a seguir:

A aproximação do Brasil com os Estados Unidos – fato que caracteriza a política externa do governo Collor – deu - se menos pela afirmação dos EUA como o único poder global e mais pelo fato de que, em qualquer hipótese, não havia nenhum outro centro de poder consolidado o bastante, seja em sua dimensão político-militar ou econômico-comercial, em torno do qual os interesses brasileiros pudessem gravitar (CASARÕES, 2011, p. 68).

Também em tom complacente, Andrade (2011), trata das intenções iniciais do governo Collor no que tange à sua política de comércio exterior, a qual teria sido a maior abertura unilateral de comércio da história nacional, no que ficou conhecido como a “segunda abertura dos portos”, em alusão ao decreto do período colonial que “abriu os portos às nações amigas”. O posicionamento modernizador em seu discurso trazia a intenção de

promover um “choque de concorrência”, não importando que indústrias nacionais artificialmente mantidas pudessem quebrar, como as que, em suas palavras, produziam e negociavam “carroças”, passando, assim, a abastecer o mercado nacional voltado para as classes médias, com bens de consumo mais baratos, com melhor qualidade e importados a menor custo. Tais medidas forçariam a modernização da indústria nacional. Por outro lado, a estratégia de manter o protagonismo do país dentre os países do terceiro mundo é substituído, no discurso do presidente, por renegá-los, preferindo a tentativa de se inserir no chamado primeiro mundo, sendo preferível ser o último dos primeiros que o primeiro dos últimos.¹¹²

Diferentemente de outros autores que enquadram a proposta do governo Collor, como estritamente neoliberais, Sallum Jr. (2011) defende que suas reformas liberais teriam sido orientadas não por uma, mas duas diferentes diretrizes, sendo, portanto, além daquela do receituário neoliberal, a da “integração competitiva”, não sendo acurada, assim, a idéia de que o reformismo liberal projetado por Collor deva ser enquadrado de forma reducionista como neoliberalismo. Continua a nos dizer o autor que o padrão do nacional-desenvolvimentismo, vigente até essa fase, apesar de ter se tornado inviável devido à crescente dívida externa e aos desequilíbrios fiscais na década de 80, ainda encontrava muitos defensores, fazendo o reformismo liberal pretendido por Collor, encontrar grande resistência por parte das agências econômicas do estado e por parte do empresariado mais dependente das políticas estatais. Já no plano político, não havia tal resistência, ainda que as forças e os partidos de esquerda almejassem uma “renovação” com “inflexão à esquerda”.¹¹³ A ideia central da “integração competitiva” era a de transferir o centro motor do desenvolvimento brasileiro para a iniciativa privada com redução da função empresarial do estado e abertura da economia brasileira para o exterior. A proposta foi a de uma “reestruturação do sistema produtivo brasileiro”, com a intenção de torná-lo competitivo no plano internacional, mas de forma diferente do padrão neoliberal de simples “ajuste passivo” aos dinamismos do capitalismo mundial. Nessa proposta, seriam implementadas formulações e execuções de “políticas industriais” de estímulo ao setor empresarial privado, materializando-se aí uma diferença elementar em relação ao neoliberalismo, sendo ainda outra diferença, o fato de se tratar de um nacionalismo não defensivo, mas de afirmação nacional no plano exterior.¹¹⁴

¹¹² ANDRADE, op. cit. p. 22.

¹¹³ SALLUM JR. op.cit.

¹¹⁴ Ibid.

Foi na gestão de Fernando Collor, no ano de 1991, dentro de medidas liberalizantes do governo brasileiro que foi estabelecido o Tratado de Assunção, através do qual é criado o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Apesar de Collor ter agido com certa contundência sobre os princípios da insuficiente política externa até ali adotada, não foi capaz de em sua curta gestão “consolidar um novo conjunto de princípios”. Configurava-se uma “crise de transição”, na qual já eram sinalizadas novas orientações– “o MERCOSUL, a reforma monetária, a diversificação de relações, a candidatura ao Conselho de Segurança” – sem, entretanto, ser implementado um novo modelo, persistindo a velha dicotomia entre os autonomistas de um lado e de outro, os liberais.¹¹⁵

O início do breve mandato de Itamar Franco (de 29 dezembro de 1992 a 01 de janeiro de 1995) é marcado por crise similar a legada por José Sarney, em 1990. Itamar Franco concentra esforços na contenção da crise doméstica, delegando a totalidade das demandas de política externa para o Itamaraty, cujo ministro das Relações Exteriores era Fernando Henrique Cardoso (FHC). Itamar sem fragilizar a condição do país, nem seguir à risca as diretrizes de Washington, consegue definir importantes estratégias para a política externa e econômica, com ativa participação de Fernando Henrique Cardoso, que reorganiza o Itamaraty, que reconhece ainda a importância de concomitantemente fortalecer à América do sul.¹¹⁶

Em 1992, Celso Amorim, substitui FHC no comando do Itamaraty, contudo, este não muda os rumos da política externa do país, que defende a estratégia da inserção internacional do país através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, antiga ambição da diplomacia brasileira. Os impactos da crise econômica são aliviados com o lançamento do Plano Real, de 1994, pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que leva a certo controle da inflação, aumento do consumo interno e a recuperação da economia brasileira, contribuindo para melhor projeção do país no contexto internacional. O sucesso do Plano Real teve ainda o condão de dar as condições para a vitória de FHC, nas eleições para a presidência da república em 1994.¹¹⁷ Sobre a gestão Itamar Franco em relação ao governo de FHC, analisa Fonseca (2011):

Itamar Franco foi, em tudo, distinto do anterior, pois em vez de fragilizar a condição do país conseguiu definir algumas estratégias para a política externa e econômica, que nem sempre seguiram as diretrizes dos Estados Unidos. Tanto no quadro da política externa como da recuperação econômica, FHC teve um papel fulcral. Ao nível da política externa

¹¹⁵ FONSECA, op.cit

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Ibid

começou por reorganizar o Itamaraty, e reconheceu a necessidade de «adicionar uma base sólida à nossa própria região, se não for por outra razão, pelo menos para aumentar a nossa capacidade de negociação», embora isso não significasse uma ruptura das relações com os Estados Unidos (FONSECA, 2011, p.37).

Eleito Presidente, FHC (1995 - 1998 e 1999 - 2002) promove em sua gestão a busca pelo aprofundamento dos meios de buscar substituir na política externa brasileira, a agenda reativa, “dominada pela lógica da *autonomia pela distância*, que prevaleceu na maior parte do período da Guerra Fria estendendo-se até 1988, por uma agenda internacional proativa, determinada pela lógica da *autonomia pela integração*”. Tal visão sobre a política externa brasileira teria se renunciado no governo Collor de Mello, com tímida continuidade no governo de Itamar Franco (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003). Os referidos autores destacam algumas mudanças favoráveis da gestão FHC:

Entre os resultados das mudanças favoráveis ao Brasil nos mandatos de FHC podemos citar: a confiabilidade despertada pelo país no exterior, possibilitando a atração de investimentos externos diretos, significativamente importantes para o sucesso da estabilidade macroeconômica; o apoio de organismos multilaterais e de governos de países desenvolvidos em momentos de ameaça de crise financeira e econômica, como a crise cambial de 1999 (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003)

Um dos empreendedores italianos entrevistados em nosso estudo de caso (“Entrevistado 2”), que teve passagem pela *Polypromotion do Brasil*, entre os anos de 2014 e 2017, alega que devido a medida regulatória do governo FHC, que passou a permitir a compra de terras no Brasil, por estrangeiros, foi viabilizada a vinda para o Brasil dos empreendedores italianos que abririam posteriormente a referida empresa (incorporadora imobiliária) no Brasil, sendo este um elemento da estrutura político – institucional ou em outros termos, do modo de regulação facilitador do fato.

Compulsando a legislação para fundamentar a observação do entrevistado, observa-se que o dispositivo legal que rege tais situações é a Lei. 5709 do ano de 1971, bem anterior ao governo FHC, portanto. Tal lei, em seu artigo primeiro, estabeleceu que as mesmas limitações aplicáveis à pessoa jurídica estrangeira também deveriam ser aplicadas à pessoa jurídica nacional da qual tenham participação pessoas estrangeiras sejam físicas ou jurídicas que detenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior. Com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, entretanto, prevaleceu por algum tempo o entendimento que o referido dispositivo não teria sido recepcionado pela Constituição Federal, tendo sido, assim, revogado por esta, passando a vigorar, apoiado pelo Governo Federal, a posição de não restrição à aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica

brasileira, ainda que controlada por estrangeiros. Tal orientação foi concretizada por parecer da Advocacia Geral da União no ano de 1997 e aprovado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998, mostrando, assim, ser verídica a associação que o entrevistado faz ao governo do referido presidente sobre a crucial permissão do Governo Federal do país para a atividade de incorporação imobiliária, que viabilizou a aquisição de terras por estrangeiros.¹¹⁸

Feito o preâmbulo atinente a realidade histórico-institucional do país, precedente ao lapso temporal a ser mais efetivamente considerado nas análises promovidas no presente trabalho - período entre 2003 e 2017 - atendendo, assim, ao preconizado como base de análise no modelo analítico adotado – *mixed embeddedness* - no que pertine a estrutura político-institucional do país, daremos continuidade ao breviário histórico no referido intervalo de tempo com ponderações mais específicas acerca de políticas e regulamentação pertinentes à realidade pertinente ao nosso objeto de pesquisa, coadunando, assim, com os termos da referida abordagem analítica.

Em novembro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), é eleito presidente da república, gerando suspense e preocupações por parte de *Wall Street* e mercados sobre o que esperar a partir de janeiro de 2003 de um presidente considerado socialista, ou qual seria seu posicionamento sobre as reformas orientadas para o mercado e a estabilidade financeira alcançados por seu antecessor Fernando Henrique Cardoso (WEYLAND; MADRID e HUNTER, 2010, p. 98). Como possível efeito de tal apreensão, ainda na fase de campanha presidencial no ano de 2002, iniciou-se forte ação especulativa consubstanciada em redução em linhas de financiamento externo para o país, aumento nas exigências da parte de credores para aquisição de títulos do país e queda de cotação do real combinado com aumento do chamado risco país. No período de um ano – de dezembro de 2001 a dezembro de 2002 - a taxa de câmbio entre real e dólar norte americano sobe de R\$2,32 para R\$3,53, mesmo período que a entrada de capital externo líquido caiu de US\$ 27 bilhões para US\$ 8 bilhões (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Por outro lado, para Weyland et al (2010) a vitória do Partido dos Trabalhadores, mostrou-se inicialmente como importante vitória para as forças de defesa da justiça social, para a tomada de decisão participativa, para uma governança honesta e transparente, e principalmente para uma rejeição ao paradigma neoliberal. Porém, constatou-se na prática,

¹¹⁸ A orientação dada pelo parecer da Advocacia Geral da União - AGU/LA nº 01, de 1997 e que tinha o poder de revogar o art. 1º, § 1º, da Lei nº vinculava todos os órgãos do Poder Executivo Federal, foi aprovado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso através do Parecer GQ nº 181/1998.

que a gestão de Lula da Silva não transitou nem em um extremo ou outro, não foi um esquerdista radical, não promoveu medidas populistas redistributivas incoscientemente, nem foi abertamente antineoliberal. Não representou, enfim, uma clara alternativa de esquerda para o Consenso de Washington ou um novo estilo político como uma alternativa ao padrão tradicional do Brasil de construção de coalizões e negociação.¹¹⁹

Afirmam os referidos autores que o desempenho geral da gestão Lula em uma série de indicadores econômicos foi considerado bom, tanto em relação ao passado do Brasil, quanto em relação aos demais países da América Latina naquele período. Sendo que tal relativo sucesso, não seria um reflexo de uma ruptura com o passado ou de uma inversão de prioridades. Lula, teria se beneficiado de uma economia internacional “excepcionalmente positiva até 2008” e por dar continuidade as políticas de Fernando Henrique Cardoso. Ainda para os mesmos autores, Lula teria, outrossim, o mérito de ter conseguido minimizar os efeitos da crise internacional de 2009 sobre a economia brasileira.¹²⁰

Ainda segundo Weyland et al (2010), o triunfo dessa orientação pragmática para o mercado, torna-se um consenso central na política do Brasil o que também é seguido pelo Chile, sendo ambos considerados naquela fase como governos de “esquerda moderada”. Essa orientação pragmática para o mercado seria marcada por três elementos cruciais:

primeiro e acima de tudo, um firme compromisso com a estabilidade monetária; Em segundo lugar, uma abordagem flexível relativamente ao resto da agenda da reforma do mercado (isto é, a adesão incompleta ao programa de política do Consenso de Washington); e, finalmente, um compromisso para resolver alguns dos problemas fundamentais de pobreza e desigualdade do país (Weyland et al, 2010).

Em abordagem diversa, na análise de Bresser-Pereira e Theuer (2012), inicialmente dentro de uma perspectiva regional sobre a América Latina, argumentam que os anos 1990 caracterizou-se por serem os anos neoliberais para América Latina, tendo essa corrente prevalecido na maioria dos países da região. No Brasil, “a submissão ao consenso de Washington” iniciou-se no governo Fernando Collor de Melo (1990-92); seguida de uma tentativa de reversão dessa adesão pelo presidente Itamar Franco (1992-94), e o seu então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que em que pese tenha implementado com sucesso o “heterodoxo” Plano Real ao chegar a presidência, no mandato subsequente (1995-2002) também acabou sucumbindo as ideias neoliberais. Apesar de serem constatadas algumas vantagens por um breve período em sua política, em médio e longo prazo, vieram a tona riscos e desvantagens tais como estagnação do crescimento econômico, desemprego

¹¹⁹WEYLAND et al op. cit..

¹²⁰Ibid., p. 98.

crescente, vulnerabilidade às oscilações no mercado financeiro internacional, além da precoce desindustrialização. Assim, segundo os autores, devido a tais razões de pífio crescimento econômico e a crise financeira de 1998, foi oportunizada a eleição em outubro de 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (BRESSER-PEREIRA e THEUER, 2012). As políticas brasileiras do governo Lula, ajudam o país a alcançar estabilidade, ter algum crescimento e fomentar um ânimo de correção gradativa de históricas injustiças sociais.

São destacados como feitos do governo Lula no campo da política externa, o fortalecimento do Mercosul com criação de novas instituições, como criação da UNASUL e de diversas iniciativas regionais, seguindo o ideal de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007)¹²¹. Também o estreitamento de relações com China, Rússia, Índia e África do Sul (com criação da IBAS e os BRICS, a partir de 2008); apesar do fim das negociações da ALCA, houve iniciativas de relações setoriais com EUA, como por exemplo o etanol; maior destaque em atuações na OMC (com criação do G20 comercial), relações mais estreitas com países africanos; iniciativas ligadas a temas sociais; ativa mobilização por reforma do Conselho de Segurança da ONU; intermediação de negociações com Irã e Honduras, participação no G20 no mesmo patamar dos chamado países desenvolvidos, FMI, Basiléia e demais ações de contenção da crise econômica mundial (GARCIA, 2011).

Rodriguez (2013) adverte que apesar do período a partir do ano 2000 trazer modificações importantes na Política Externa Brasileira, fundamentalmente, ocorre a preservação de traços de políticas externas anteriores. Seriam alguns desses traços: a centralidade do desenvolvimento, do relacionamento multilateral com regiões diversas (universalismo) e a autonomia. O que ocorreu efetivamente foi a reconfiguração em termo da ênfase e abordagem dadas a esses elementos. A maioria dos analistas considera haver, por exemplo, a priorização do “Sul” em relação ao “Norte”, uma maior afinidade no alinhamento com ideias que almejam reformas na ordem internacional e alianças chamadas “revisionistas”, como ocorre com os BRICS. Como uma releitura do modelo predominante nos anos 70 a 90, a assertividade e senso de oportunidade passa a ser a tônica das ações da política externa brasileira (Cf. RODRIGUEZ, 2013, p. 112).

¹²¹Vigevani e Cepaluni (2007) definem a “autonomia pela diversificação”, do seguinte modo: “uma política de não-aceitação automática dos regimes internacionais prevalentes e, sobretudo, a crença no desenvolvimento parcialmente autárquico, voltado para a ênfase no mercado interno; consequentemente, uma diplomacia que se contrapõe a certos aspectos da agenda das grandes potências para fins de preservar a soberania do Estado Nacional”. In: VIGEVANI e CEPALUNI, 2007. p. 283.

A gestão Lula foi bem-sucedida em afastar os temores iniciais mais extremos em relação a políticas econômicas hostis, capital e globalização (FRANCO, 2005). Outrossim, o mérito do governo Lula em minimizar os efeitos da crise mundial de 2008 no Brasil acabou por favorecer em certa medida o fluxo de imigrantes qualificados e empreendedores para o país, ideia que foi confirmada pelos empreendedores italianos em nosso trabalho de campo, especificamente, pelo diretor da empresa entrevistado.

O governo da Presidente eleita Dilma Rousseff (2011- 2015), de um modo geral manteve as mesmas estratégias em termos de política externa do governo precedente, de Lula da Silva (2003-2010), tendo promovido uma “trajetória revisionista das instituições internacionais”, colocou-se como representante dos países do hemisfério sul (Sul global), com presença ativa nos fóruns multilaterais. As estratégias se consubstanciavam em intrincadas e diversas coalizões e interações através de mecanismos utilizados pela política externa. Entretanto, apesar da manutenção formal do vigor das estratégias políticas e dos posicionamentos diante das questões internacionais e da tendência desenvolvimentista, ressalta Saraiva (2014), que o comportamento do país sofreu, contudo, mudanças de ordem prática, com redução da pro atividade, onde o protagonismo na política global foi sendo substituído por um caráter reativo. A influência crescente da conjuntura econômica internacional, da economia interna e do processo decisório teriam sido os fatores que influenciaram tais mudanças (SARAIVA, 2014).

O ano de chegada dos empreendedores italianos a Sergipe coincide com o começo do governo Rousseff, quando ainda não se sentia efetivamente os efeitos da crise mundial no país. A popularidade e protagonismo do país ainda estava em alta, como também se encontrava em expansão o ramo de atividades dos referidos empreendedores no país e os investimentos externos.

2.6. Abertura Comercial, Empresas estrangeiras e o Investimento Externo Direto (IED) no país

O presente trabalho não tem como objetivo adentrar na discussão sobre qual seria o melhor modelo a ser seguido para o desenvolvimento ou atuação do país no que tange à sua política comercial externa, nem mesmo explorar exaustivamente tópicos macroeconômicos. Objetivamos nesse ponto, simplesmente, proceder à exposição e reflexão sobre o que já se opera quanto ao específico aspecto do Investimento Externo Direto (IED) no país e a política de atração e manutenção de empresas estrangeiras como um dos efeitos diretos do processo de redemocratização do país e aprimoramento da política externa, que levaram a

maior inserção do Brasil no mercado internacional, sempre considerando as possíveis correlações com a abordagem analítica adotada.

Apesar do escopo do presente trabalho se restringir ao universo de pequenas a médias empresas conduzidas por imigrantes estrangeiros, mais especificamente, italianos, uma visão macro sobre a abertura comercial do estado brasileiro repercute em certa medida sobre o universo que analisamos. Assim, ante tal assertiva, apontamos que a relativa abertura comercial propiciada pela liberalização econômica iniciada no governo Fernando Collor e enfatizada no governo FHC a partir dos anos 1990, levou o Brasil a se tornar mais atraente aos investimentos, gerando a intensificação de investimentos externos no país e a instalação de indústrias e outras unidades produtivas de iniciativa estrangeira.

Em estudo comparativo a partir de dados quantitativos, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹²² (2004) entre empresas de origem estrangeira que se instalaram, permaneceram e deixaram a indústria no Brasil entre os anos de 1996 a 2000 (fase de redemocratização já consolidada) efetuado com o intuito de se obter lições sobre as determinantes dos investimentos externos no país, constatou-se importantes diferenças entre firmas nacionais e de origem estrangeira quanto à “eficiência, às exportações, às importações, à escala de produção, aos salários pagos, às características da mão-de-obra, aos investimentos e ao valor adicionado na produção”.¹²³

Observou-se que as empresas de origem estrangeira pagam maiores salários que as nacionais, o que geralmente está associado à maior produtividade e nível de escolaridade superior aos observados nos empregados das empresas nacionais; elas propiciam a transferência de tecnologias ao setor industrial nacional e qualificação de mão-de-obra o que leva a ampliação da capacidade competitiva do país no mercado externo; outro efeito positivo é o aumento da concorrência no mercado interno, favorecendo o “bem-estar do consumidor e o aumento da eficiência das firmas domésticas”; as exportações intrafirma (com unidades do mesmo grupo em outro país ou com a sede) e o aproveitamento de estruturas e relações comerciais pré – estabelecidas pela corporação nas exportações, também são pontos positivos da manutenção de empresas estrangeiras no país. O estudo

¹²² No trabalho para caracterizar as firmas por propriedade do capital na indústria de transformação brasileira, o IPEA utiliza-se de seu próprio banco de dados que, por sua vez, contém informações sobre micro dados da “Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic); do Censo do Capital Estrangeiro do Banco Central (Bacen) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE”. Cf. DE NEGRI e ACIOLY, 2004.

¹²³ Id.

alerta, entretanto, que a depender da especificidade do ramo industrial e da conjuntura econômica, as importações podem tender a sobrepujar as exportações em alguns casos¹²⁴.

A partir da adoção de critérios e embasado em adequados estudos que levem efetivamente ao favorecimento da economia nacional, tais fatores apontam para a importância do incentivo ao IED, o que pode fazer da instalação de empresas de origem estrangeira no país, em determinados casos, uma alternativa palpável de desenvolvimento do mercado nacional e ainda um meio de compensação de desigualdades inter-regionais decorrentes, em parte, por falhas do sistema federativo. No que tange ao comércio exterior, verificou-se que é um fator de atração da firma estrangeira para a indústria brasileira, a possibilidade de exportações a partir do Brasil, sendo tal fato, ainda mais interessantes. “Nesse caso, cabe observar que a política de atração de investimentos estrangeiros deve pensar também em atrair para a indústria doméstica fornecedores globais das grandes firmas produtoras de bens finais”.¹²⁵

No mesmo trabalho, os autores ressaltam a importância para a economia do IED, uma vez que além de todas as vantagens acima elencadas, há a relação direta de proporcionalidade entre essa modalidade de investimento e as exportações do setor da indústria de transformação do país, no que usam como exemplo o fenômeno ocorrido na China e Índia, “grandes países em desenvolvimento”, entre os anos 1985 e 2000.

O Investimento Direto Externo (IDE) teve crescimento significativo entre 1985 e 2000: saltou de 2 bilhões para 41 bilhões de dólares. As exportações da China acompanharam essa evolução: passaram de 26 bilhões de dólares para 249 bilhões de dólares. O forte desempenho das exportações foi dirigido pela sua crescente competitividade em quase todos os mercados e refletiu-se no aumento do *market share* do país – de menos de 2% para mais de 6% no período. (DE NEGRI e LAPLANE, 2003, p. 27).

A política industrial da China outorgou fundamental importância ao IED no processo de modernização e na inserção internacional do país, tendo criado um conjunto criterioso de políticas de incentivo a firmas estrangeiras no setor de manufaturas. A concessão de redução de tarifas e isenções fiscais para atividades indústrias estrategicamente selecionadas e implementação de medidas que restringissem o excesso de importação, aliado a isenções para importação de bens específicos que atendessem indústrias exportadoras em setores prioritários, foram cruciais decisões no sentido de se alcançar os objetivos para o setor. De forma semelhante, no Brasil “as características dos investimentos estrangeiros no Brasil também deveriam ser levadas em consideração na formulação de políticas industriais ou

¹²⁴ Cf. DE NEGRI e ACIOLY, op. cit.

¹²⁵ Ibid.

comerciais sob pena de não se alcançar os objetivos macroeconômicos desejados” (DE NEGRI e LAPLANE, 2003, p. 46).

Em estudo realizado por Laplane e Sarti (1999), no período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os referidos autores apontavam o retorno do fluxo de investimento estrangeiro como a mais importante característica daquela fase de internacionalização produtiva da economia brasileira, após anos de estagnação relativa. Contudo os autores já esboçavam preocupação com ocorrência de déficits, mostrando ser a propensão a desequilíbrio entre importação e exportação um dos poucos pontos desfavoráveis nesse processo de abertura.

No longo prazo, a mensuração dos impactos dos investimentos sobre a restrição externa é mais complexa e dependerá, a nosso juízo, da intensidade e da orientação do processo de reestruturação produtiva em curso. Em termos de balança comercial, as possibilidades de reversão ou redução dos atuais déficits comerciais, na hipótese de um cenário de crescimento econômico, estão associadas à eventual internalização de parcela significativa da pauta de importações (sobretudo bens de capital e matérias-primas e componentes), e à redinamização da pauta exportadora (Laplane e Sarti, 1999).

Assim, o IED mostra-se, a princípio, um elemento importante para a pujança da economia nacional, apesar das vulnerabilidades apontadas mais especificamente no setor industrial no que tange a tendência ao desequilíbrio na balança entre exportações e importações, a depender do ramo de atividade manufatureira. Quanto ao aumento dos fluxos de IED e o paralelo aumento da participação em diversos setores da economia brasileira por parte de empresas de capital estrangeiro, na década de 1990 em vários setores da economia, Hiratuka (2000), relata que há mais de quatro décadas, o IED cresce de modo ininterrupto. Mas tal aumento passa a se acentuar bastante a partir de meados da década de 1980, quando passaram a ter uma taxa de crescimento maior do que os fluxos de comércio e do que o crescimento do PIB mundial [...].sendo de 20% a taxa de crescimento média anual entre 1985 e 1995, enquanto o crescimento das exportações mundiais foi de 10% ao ano - períodos do governo José Sarney até o final do governo Itamar Franco, justamente o período de estabilização do processo de redemocratização – segundo o autor, foi corolário dessa intensificação de fluxo de capital externo, o aumento da importância das empresas transnacionais (ETs), tanto na geração de produto, quanto no fluxo comercial. Em 1995, as exportações geradas pelas filiais dessas empresas, atingem aproximadamente US\$ 2 trilhões, o que representa 32% das exportações mundiais em total realizadas (HIRATUKA, 2000).

Na análise de Amorim Neto (2016) é destacado que desde o lançamento do Plano Real em 1994 até o ano de 2013, ano que inicia o repentino declínio de popularidade da

Presidente Dilma Rousseff, o Brasil conseguiu reunir elementos que nunca antes havia conseguido combinar concomitantemente: “um regime político democrático, relativa estabilidade política, crescimento econômico, considerável redução da pobreza e da desigualdade social e grande prestígio internacional”. Nesse período, macroeconomicamente favorável para o Brasil em contrapartida com o que ocorre com a Europa que ainda convalesce com os efeitos da crise de 2008 é deflagrado o fluxo transnacional de empreendedores imigrantes, objeto deste trabalho. A partir de janeiro de 2015, porém, o país passa a enfrentar uma crise como há muito não enfrentava – retração de 3,8 %, uma das mais altas da história, aumento no déficit público, crise fiscal, alta no desemprego de 6,2% no final de 2013, para 11,3%, no segundo trimestre de 2016 (AMORIM NETO, 2016).

3. ESTUDO DE CASO: IMIGRANTES EMPREENDEDORES ITALIANOS EM SERGIPE – ANÁLISE SOBRE AS PECULIARIDADES DE UMA “INCRUSTAÇÃO MISTA” (*MIXED EMBEDDEDNESS* EM SERGIPE).

Na presente pesquisa, dentro do que preconiza o protocolo do método proposto - estudo de caso - utilizamos na exploração do objeto, dos recursos documental – documentos oficiais/ institucionais - material publicitário, registros audiovisuais, além das entrevistas. Nestas entrevistas, do tipo semi estruturada, foram efetuados registros com os empreendedores italianos atuantes na empresa *Polypromotion do Brasil LTDA*, como também, italianos que já tiveram no passado recente uma passagem pelo quadro de profissionais da mesma empresa. No intuito de atender aos objetivos e questões da presente pesquisa, entrevistamos ainda nativos que estabeleceram relação com a empresa e seus empreendedores na posição de consumidores. Detalharemos os dados referentes às entrevistas adiante, em tópicos específicos para a coleta e análise de dados. Reitera-se que a coleta de dados, no que tange aos referidos documentos e entrevistas, priorizam o preconizado no modelo analítico adotado – o *mixed embeddedness* – pretensão que foi consubstanciada na elaboração dos roteiros das entrevistas. Nos quais constam, assim, perguntas atinentes às categorias que compõem o arcabouço analítico elementar do referido modelo, nomeadamente, o *capital social*, no qual consideramos as relações sociais em multinível, incluindo a exploração de conteúdo relacionado aos temas *capital étnico* e *humano*, uma vez que são temas implicáveis na análise das relações estabelecidas por esses empreendedores enquanto recursos pessoais destes. Outra categoria explorada nas entrevistas, dentro do escopo da referida abordagem analítica é o *mercado* e sua *estrutura de*

oportunidades, nos termos inicialmente propostos por Kloosterman, Van der Leun e Rath (1999); e por fim completando a tríade premente do arcabouço analítico do *mixed embeddedness*, temos nas referidas entrevistas questionamentos relacionados a *estrutura político-institucional* que condicionam a experiência e desempenho desses imigrantes empreendedores. Acreditamos que a adoção da referida abordagem analítica com adaptações ao estudo de caso implementado, cumpre a finalidade maior da investigação - o atendimento aos objetivos e perguntas da pesquisa.

O texto produzido a partir da transcrição do áudio das entrevistas é fracionado no que fora designado na obra de Bardin (2011) como “unidades de registro”, consistido esta na “unidade de significação codificada”, onde são estabelecidas como base para análise, categorização e, quando aplicável, contagem de frequência, trechos do texto ou fragmentos do material a ser analisado (unidades). Ou nos termos do autor: “(...) Efetivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o ‘tema’, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a ‘palavra ou a frase’”¹²⁶. No nosso caso, cada um dos parágrafos das transcrições das entrevistas foi definido como unidades de registro e sendo analiticamente considerados os “temas” que são abordados no conteúdo destes, o mesmo se aplicando ao conteúdo de documentos selecionados.¹²⁷ Este material, por sua vez, deve dar origem a categorias que, no caso da nossa pesquisa, servem de base às análises condizentes ao referido modelo analítico priorizado neste trabalho ou podem ainda vir a ser utilizadas em análises com o fim de atender a objetivos específicos do presente trabalho (cf. *supra*) ou mesmo, análises complementares. Nesse sentido, anota Bardin (2011): “(...) em análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise”.¹²⁸

No entendimento da mesma autora, uma das qualidades que essas categorias criadas devem possuir é a *pertinência*, podendo ser assim considerada: quando inserida no quadro teórico pré-definido para a pesquisa; mostrarem-se adaptadas ao material analisado, seguindo a ideia do que o autor chama de “adequação ótima”. O conjunto de categorias, a seu turno, será considerado pertinente quando reflete: os objetivos da investigação; as questões norteadoras do analista; as características da mensagem¹²⁹. Acreditamos, assim, ainda que adotando uma maior flexibilidade, a categorização inicial por nós proposta, não se

¹²⁶ Bardin, op. cit., p. 134

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Ibid., p. 148.

¹²⁹ Para as demais qualidades atribuíveis às categorias, na concepção de Bardin. Cf. Ibid., p. 150. Cf CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.p. 186.

destitui da qualidade da pertinência apontada por Bardin. Mais adiante, elencamos as categorias inicialmente consideradas a partir do colhido nas entrevistas.

3.1 Coleta de Dados

Assim, iniciada a fase de coleta de dados, seguindo o determinado pelo método Análise de Conteúdo, seguem as categorias ou temáticas levantadas na fase de “pré-análise”, a partir dos discursos colhidos nas entrevistas, gerando, assim, as “categorias iniciais” identificadas: 1. *fatores de repulsão e atração*, 2. *capital social* (local e transnacional), 3. *capital humano*, 4. *relações paternalistas e amadorismo*, 5. *capital étnico*, 6. *estrutura de oportunidades* (mercado), 7. [percepção sobre] *estrutura político-institucional*, 8. *auto percepção enquanto imigrante*.

Seguindo o preconizado por Bardin (2011), as categorias elencadas acima, seriam as chamadas “categorias iniciais”, que são concebidas e nomeadas em consonância com os dados, que segundo as primeiras impressões e subjetividade do investigador, foram identificadas e constituídas.¹³⁰ “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147). Buscamos nas entrevistas realizadas com os italianos, colher informações de modo mais pragmático naquilo que se mostrou possível e que pudesse assim ser feito sem desrespeitar o preconizado pelo método e técnicas adotados, como, por exemplo, no aferir aspectos atinentes ao capital humano, como o nível e formação educacional do entrevistado. E, naturalmente, de modo inverso, fugindo de uma “rasa objetividade”, abordamos as representações dos entrevistados sobre os outros temas ou categorias acima enumeradas. Constatou-se ainda a partir da análise do material colhido, no que convergem ou se distanciam, entre si, as visões dos entrevistados em relação aos temas ligados ao aspecto relacional e estrutural da experiência por eles vivenciada no estado de Sergipe nos últimos cinco ou seis anos.

Bardin (2011) considera o processo de aplicação do método em três fases, iniciando-se por meio da fase de *pré-análise*, seguida da *exploração do material* e por fim, o *tratamento dos resultados e interpretações*. Nesta última fase “resultados brutos” recebem tratamento de forma que se tornem significativos e válidos, permitindo, ao final suficiente segurança ao pesquisador para propor inferências e elaborar interpretações.¹³¹ A Análise de conteúdo é uma técnica que tem a finalidade de produção de inferências a partir de uma comunicação,

¹³⁰SILVA e FOSSÁ, op. cit

¹³¹ Para definições e roteiro de cada uma das fases. Cf. Bardin, loc. cit.

objetivamente, para o contexto social na qual se insere, salientando, assim, o caráter social do método (GASKELL, 2002). Neste trabalho, como já anteriormente ressaltado, serão aplicados os procedimentos previstos para a aplicação do método Análise de Conteúdo, estritamente no que é previsto para a sua fase de “pré-análise”. A justificativa para a adoção de tal procedimento está, além das já apontadas razões da maior segurança e melhor sistematização das informações, o fato dos textos de referência sobre o referido modelo analítico do *mixed embeddedness*, a nosso ver, não trazem claramente, como se processa a manipulação das informações colhidas nos casos estudados.

Na fase de coleta de dados, dentro do prescrito para os métodos adotados, foi operacionalizada a seleção de documentos; promovida anotações a partir da observação do investigador; além da realização de entrevistas. As entrevistas, do tipo semiestruturada, gravadas com duração média de 40 minutos cada, foram realizadas com os empreendedores italianos atualmente ativos na empresa Polypromotion do Brasil, somados a três italianos que já tiveram a experiência de atuar como membro do quadro de profissionais ou colaborador da empresa, sendo que dois deles ainda mantém relações de amizade com seus dirigentes, totalizando, assim, cinco italianos entrevistados. No intuito de garantir o atendimento aos objetivos e questões da presente pesquisa, complementarmente, realizou-se entrevistas de menor duração com três nativos, que estabeleceram relação com a empresa e seus empreendedores na posição de clientes/consumidores dos imóveis construídos e vendidos pela empresa. A partir das entrevistas realizadas, chegou-se às categorias iniciais anteriormente destacadas.

Quanto ao número de entrevistas necessárias em uma pesquisa, Gaskell (2002), afirma não haver um número pré-definido ou considerado como o ideal, entretanto, aponta como ponto-chave o entendimento que mais entrevistas não vão significar necessariamente mais qualidade na pesquisa, ou mesmo que conduzirão a mais detalhada compreensão do caso estudado. O autor traz dois argumentos como razões para tal constatação: o primeiro deles é o de que as versões ou interpelações sobre a realidade se dá em número limitado, uma vez que, as representações sobre experiências, que se pode imaginar como resultantes de experiências únicas ao indivíduo, na verdade, em certa medida, são resultados de processos sociais, não surgindo de mentes individuais. Nesse raciocínio, representações sobre temas de interesse comum ou sobre pessoas em meio social específico, seriam em boa parte compartilhadas.¹³² No caso estudado neste trabalho, o número de italianos entrevistados,

¹³² Cf. GASKELL, op. cit., p. 71.

ainda que a primeira vista pareça reduzido, na verdade corresponde a todos os italianos que atuaram na empresa desde a sua abertura formal no ano de 2012, com exceção do acionista majoritário, o italiano Lino Iemi, fundador do grupo *Policentro* e *Polygrupo* da Itália, que deu origem ao projeto da Polypromotion do Brasil. O referido fundador residente na Itália, faz presenças mais esporádicas em Sergipe. Sobre ele foram colhidos matérias em jornais e sites italianos e o vídeo de uma entrevista concedida para um programa de televisão de variedades e vida social na cidade de Aracaju, capital de Sergipe.¹³³

A técnica da entrevista individual é caracterizada pela interação direta entre o investigador e seu interlocutor e uma baixa diretividade por parte do investigador. Sobre a entrevista Quivy e Van Campenhoudt (2005) argumenta que em suas diferentes formas e quando bem conduzida, torna-se origem de “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. A variante da entrevista semidirigida ou “semidiretiva” – com questões não inteiramente aberta, mas, sem maior precisão nas perguntas - é a mais adotada em investigação social (QUIVY e VAN CAMPENHOUDT, 2005, p. 191).

Os dados secundários foram coletados a partir de documentos institucionais, site da empresa, peças publicitárias, entrevistas veiculadas pela imprensa, como também anotações a partir de observações, prestando-se a complementar ou levantar informações que foram consideradas pertinentes às categorias analisadas e objetivos da pesquisa. Os documentos institucionais disponíveis para análise foram, nomeadamente: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Ata de Assembléia de Conselho, registros de transferências entre Itália e Brasil. Outras fontes de dados foram: encartes e folders publicitários referentes à divulgação dos empreendimentos imobiliários lançados pela empresa nos municípios de Lagarto e Barra dos Coqueiros no estado de Sergipe e o referido vídeo de entrevista com o fundador do grupo (cf. *supra*).

Com o intuito de atendermos ao determinado pelo método, agrupamos as “categorias iniciais” anteriormente enumeradas e selecionamos as que sejam pertinentes, em função das categorias (ou temas) analisados no modelo analítico *mixed embeddedness*, funcionando estas neste trabalho como “categorias finais”¹³⁴. Uma vez delineados os termos nos quais nos utilizaremos, de modo suplementar, do método Análise de Conteúdo e a definição das “categorias finais”, retornamos à discussão acerca do método de análise prioritariamente

¹³³Entrevista com Lino Iemi. Apoena Produções. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=naH0-bTRQ2c>>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

¹³⁴Na fase de pré-análise do material colhido em campo, após a categorização inicial, considera-se, a partir de determinados critérios, a criação de “categorias intermediárias” e por fim, “categorias finais”. Cf. Bardin, op. cit. Cf. SILVA e FOSSÁ, op. cit.

adotado - o *mixed embeddedness* e seu arcabouço analítico. Em uma evolução sobre a ideia de aplicação do *mixed embeddedness*, sobre casos de imigração com fins de empreendedorismo, Kloosterman et al (2006; 2010) propõem que seja feita uma relação do nível “micro” (*micro-level*), do indivíduo empreendedor (capital social e seus recursos pessoais), com o nível da “**estrutura de oportunidades**” – nível “meso” (*meso-level*) - considerando um dado local e tempo, fazendo uma conexão, “não tão rigidamente”, dessa estrutura ao correspondente **quadro macro-institucional** vigente. Tal combinação, segundo os autores, propicia *insights* sobre os recursos necessários a um empreendedor “aspirante ou nascente”, tendo em vista a estrutura de oportunidades (KLOOSTERMAN, 2010, p 26 -27).

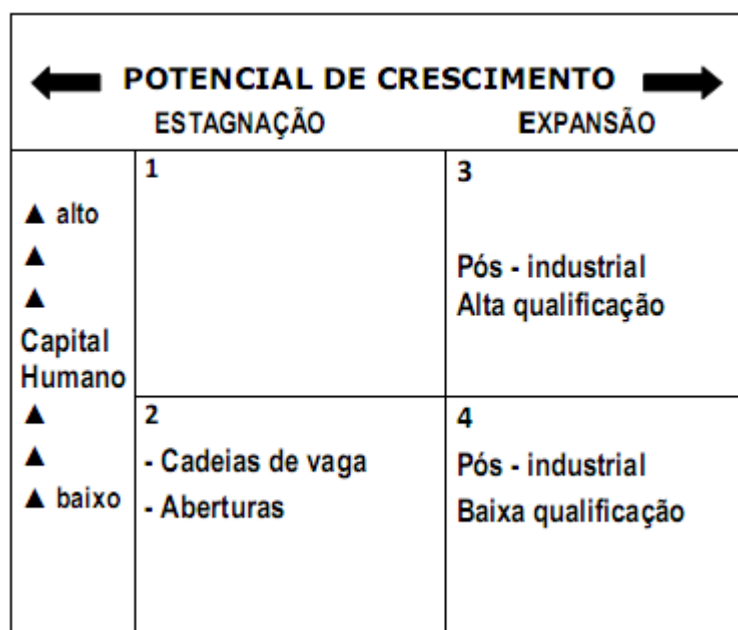
Reforça nosso entendimento em eleger a abordagem analítica do *mixed embeddedness* sobre o caso aqui estudado, o pensamento de autores como Jan Rath (2002), ao elucidar que o desenvolvimento teórico relacionado ao migrante empreendedor evoluiu no sentido de privilegiar abordagens relacionadas ao *social embeddedness*, contudo, muitos estudantes do tema, especialmente nos Estados Unidos, aderem fervorosamente ao pensamento sociológico econômico com foco apenas nas redes sociais do empreendedor e o seu consequente impacto nos negócios. São relativamente subestimadas, assim, as dinâmicas entre indivíduo e estrutura (*agency and structure*) e priorizados os aspectos individuais. Esse reducionismo, segundo Rath, seria uma renúncia ao “modelo integrativo”. O mesmo autor considera como mais apropriada a adoção do recurso analítico do *mixed embeddedness*, uma vez que este liga as relações sociais à estrutura político-econômica mais ampla (RATH, 2002) ¹³⁵.

Dentro desse entendimento, a proposta da referida abordagem analítica, é a de também considerar na análise da experiência do imigrante empreendedor, a existência de diferentes tipos de *aberturas* (*openings*) em uma dada estrutura de oportunidades, o que, por um lado, constituem-se como “barreiras de entrada” a um certo tipo de imigrante tendo em vista seus recursos pessoais (implicações decorrentes do capital humano do imigrante) e por outro lado, as “dinâmicas” dessas estruturas no que tange à eventual estagnação ou crescimento de uma dada área de negócio. Assim, tal abordagem deixa de focar majoritariamente na atuação do indivíduo imigrante empreendedor, para com certa equidade, considerar também como definidor da sua experiência, o contexto socioeconômico e político no qual se insere. Para ilustrar tal raciocínio, Rath et al (2002) cita o exemplo da cidade de Amsterdam, que com a sua particularidade morfológica e a disposição para a qualidade de vida de sua população,

¹³⁵ Tradução nossa.

oferece o mercado consumidor local adequado para bicicletas utilitárias (*carrier bikes*). O que é estimulado, ainda, pelo ambiente regulatório local, que permite o surgimento de fabricas de tais bicicletas por iniciativa de grupo de imigrantes na região central daquela cidade.¹³⁶ Com o intuito de melhor compreensão sobre os tipos de mercado e principais “entradas” considerados pelos autores, consideramos útil a disposição da figura a seguir:

FIGURA 2: Esquema da tipologia de mercados de acordo com a acessibilidade e potencial de crescimento.



Fonte: Kloosterman e Rath (2006), com adaptações.

Dentro do esquema proposto por Kloosterman e Rath (2006), o **quadrante 1**¹³⁷ representa aberturas em um dado mercado que tem o alto nível de capital humano como requisito de acesso, mas com a peculiaridade de se tratarem de mercados que estão em processo de “estagnação” ou mesmo em declínio. Considera-se que o nível de capital humano necessário para acessar esse tipo de mercado também poderia dar acesso a aberturas em mercados em “expansão” (quadrantes 3 ou 4) ou mesmo, acesso ao mercado de trabalho – “empregos melhores”. Os autores, porém, consideram esta abertura de mercado, como pouco provável para atrair empresários imigrantes, frisando que os estudos foram desenvolvidos no âmbito de certas cidades dos Países Baixos. No **quadrante 2**, estão os mercados facilmente acessíveis e, sendo por tal razão, atraentes para muitos aspirantes a

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ No original, os quatro quadrantes não são numerados, mas identificados por sua posição dentro da figura, o primeiro, por exemplo, é definido como “quadrante superior à esquerda” (*upper left-hand quadrant*) e assim por diante. Cf. Kloosterman e Rath, op.cit (tradução nossa).

imigrantes empreendedores. Iniciar um negócio em tais circunstâncias, não exigem muito capital humano, uma vez que nesse tipo de mercado, a produção é em pequena escala, pouco qualificada e com mão-de-obra intensiva.

O potencial de crescimento é menos promissor nesse tipo, uma vez que a demanda em tais mercados está estagnada ou até mesmo em declínio, obtendo, assim, baixa lucratividade. Não obstante a estagnação de demanda, em tais mercados, as aberturas neles são criadas através do processo de “cadeias de vaga” (*vacancy chains*), pelo qual o empresário estabelecido nesse mercado, acaba em determinado momento, o deixando em direção a um outro patamar em termos de empreendedorismo, em uma dinâmica de ascensão nessa cadeia, disponibilizando, assim, a vaga no mercado que abandonou para os recém-chegados.¹³⁸

O **quadrante 3**¹³⁹, é designado como mercado “Pós-industrial/ altamente qualificado”(*post-industrial/high-skilled*). As atividades contidas nesse tipo de mercado exigem um alto limiar em termos de capital humano e são caracterizados, também, por um grande potencial de crescimento uma vez que estejam na fase inicial do ciclo de vida do produto. Seriam exemplos desse tipo de mercado, as empresas de alta tecnologia do “novo e dinâmico capitalismo”, como as do Vale do Silício nos Estados Unidos. Esse tipo de iniciativa também atrairia imigrantes de países não centrais, mas que tenham sistemas educacionais em certa medida compatíveis, formando pessoal preparado para atuação em tais negócios, como por exemplo, a China e Índia.¹⁴⁰

Podem ser acrescentadas ainda aos mercado abrangidos no quadrante 3, pequenas firmas que combinam demandas por alto capital humano, com significativo potencial de expansão na área de serviços, podendo ser citados como exemplos: “empresas de consultoria, serviços na área jurídica e publicidade e propaganda”¹⁴¹. Nestas economias urbanas pós-industriais, imigrantes altamente qualificados podem ter bom acolhimento e tornarem-se bem sucedidos, sobretudo para as segundas gerações.¹⁴²

No **quadrante 4**, estão representados os mercados que para os autores, estão no escopo pós-industrial¹⁴³ e que exigem relativamente baixo nível de capital humano para ingresso,

¹³⁸ Kloosterman e Rath (2006).

¹³⁹ Na ordem de apresentação dos quadrantes apresentadas pelos autores, este quadrante (neste trabalho, ‘quadrante 3’) é apresentado por último. Ibid.

¹⁴⁰ Kloosterman e Rath, op. cit., p. 6 (tradução nossa).

¹⁴¹ Exemplos citados pelo autor. Ibid. loc. cit.

¹⁴² Ibid. loc. cit.

¹⁴³ Sobre o termo pós-industrial aqui aplicado, o autor adverte que “não implica no fim de todas as formas de manufatura, mas mais precisamente, refere-se à gradual diminuição das fabricações de larga escala. Nós poderíamos também o ter nomeado Pós-fordismo. Este termo, entretanto, é frequentemente (e demasiado)

porém, são mercados com grande potencial de expansão. As sociedades pós-industriais são propensas a gerar mercados com tal lógica, sobretudo, no setor de serviços pessoais. São características desse mercado: dinamismo; abertura para novatos com propostas inovadoras; não requererem habilidades especiais nem altos investimentos; são mercados pouco regulados ou de regulação inexistente; geralmente em estágios iniciais de um ciclo de produção exigindo baixo nível de qualificação.¹⁴⁴ São mercados pós-industriais, certamente muito atraentes para aspirantes a empresários, sejam ou não imigrantes. Porém quando acontecem de serem atraentes também para os nativos, podem surgir impedimentos e obstrução com implicações políticas por parte destes.

Assim, a tipologia proposta por Kloosterman e Rath (2006), considera a classificação da estrutura de oportunidades em diferentes tipos de abertura que se baseiam, por um lado, em diferentes barreiras de entrada em função do capital humano do empreendedor e por outro, na dinâmica de estagnação ou expansão desses setores produtivos. Recursos pessoais do imigrante, oportunidades e resultados são, assim, relacionados nessa abordagem analítica de forma sistemática (KLOOSTERMAN, 2010).¹⁴⁵

Ao se considerar a tipologia acima descrita, na análise do nosso objeto neste trabalho, acreditamos ser possível considerar o seu enquadramento na explanação referente ao quadrante 3. Dando-se tal discernimento, a partir da natureza do negócio desenvolvido pela empresa – incorporação imobiliária e construção civil – e o nível relativamente alto de capital humano mínimamente necessário para a sua implementação. Quanto ao estado de estagnação ou expansão do referido mercado na região de Sergipe, tendo como referência o período de entrada da empresa no mercado da região 2011/2012, podemos considerar como sendo um mercado em expansão, seja a partir dos relatos em entrevistas e segundo a alegada pesquisa de mercado realizada previamente pelos próprios empreendedores (entrevistas 3 e 4), ressaltando porém, que o setor de atuação dos empreendedores do caso em estudo é um setor tradicional, que experimenta fases tanto de estagnação, quanto expansão no período em que os empreendedores italianos atuam no Brasil. Nas falas dos entrevistados, foi enfatizado o fato de à época da abertura da empresa no Brasil, a “crise mundial” deflagrada em 2008 ainda não tinha atingido o país, estando o cenário muito convidativo, ultimamente, porém, mais precisamente a partir de 2015, a sensação de crise está presente. Sobre tal realidade onde ocorrem mudanças na estrutura de oportunidades decorrentes de acontecimentos a

expresso em narrativas não-lineares e, consequentemente, tende a ignorar a possibilidade de diferentes trajetórias”. Ibid., p. 6 (tradução nossa).

¹⁴⁴ Para maiores detalhes e exemplos. Cf. Kloosterman e Rath, op. cit.

¹⁴⁵ Tradução nossa.

nível político-institucional no decorrer de certo período de tempo, Kloosterman e Rath (2006) propõe que análises podem ser implementadas de um “modo sincronico” – considerando mudanças no decorrer do tempo em um mesmo país ou localidade. Segundo os autores são possíveis ainda serem feitas análises de “modo diacrônico” quando se dá a comparação entre países diferentes.

Segundo os mesmos autores, uma vez assegurados vistos de residência no país de destino e reconhecimento de qualificações do empreendedor, os empreendedores atuantes em mercados pós-industriais, com exigência de alto capital humano (cf. fig. 1 *supra*), estão em situação praticamente idêntica aos empreendedores nativos qualificados. Entretanto, as mais significativas diferenças entre nativos e estrangeiros, nesse contexto, podem estar nas composições de redes sociais estabelecidas. De modo que caso estejam imersos (*embedded*) prioritariamente em redes de estrangeiros, poderiam se equiparar aos empreendedores pouco qualificados relacionados no “quadrante 4” da figura anterior, problema que ainda segundo os autores, poderia ser minimizado havendo o apoio de conexões transnacionais.¹⁴⁶ Afirmam os autores, porém, que “o capital social heterogêneo seria um recurso essencial no processo de descoberta e exploração de oportunidades no tipo de mercado pós-industrial de alta qualificação.”¹⁴⁷ No caso dos empreendedores do nosso estudo, as peculiaridades seriam as de um quadro inicial em que apesar das já apontadas fragilidades decorrentes de um capital social inicialmente precário, seja considerando relações com coétnicos/estrangeiros ou mesmo o heterogêneo/nativos, os empreendedores tinham pleno apoio, sobretudo financeiro do grupo na Itália, que foi especialmente formado para o projeto de implantação da Polypromotion no Brasil, de modo que os fizeram relativamente fortes em termos de “capital econômico”, o que aqui podemos especificar com a designação de *capital social transnacional*.

3.2. Da Análise dos dados

No caso dos empreendedores italianos no estado de Sergipe, a partir da manipulação e categorização dos dados colhidos em documentos e, sobretudo, nas entrevistas realizadas, buscamos alcançar os objetivos pretendidos com o presente trabalho e atender às questões inicialmente propostas dentro do preconizado no modelo analítico do *mixed embeddedness* e das particularidades de sua aplicação ao caso estudado, visto que, segundo Kloosterman, Van der Leun e Rath (1999), a complexidade específica da configuração do *mixed*

¹⁴⁶Os autores utilizam como exemplo de grupos com boas conexões internacionais, o exemplo dos chineses no Vale do Silício na Califórnia. Kloosterman e Rath. Ibid.

¹⁴⁷ Kloosterman e Rath, op. cit., p.10.

embeddedness pode explicar a sobrevivência ou sucesso de um negócio migrante. Os referidos dados provenientes das entrevistas foram considerados como um único *corpus*, do qual são consideradas na análise prioritariamente as categorias no escopo do referido modelo analítico, de modo que não são consideradas em nosso estudo, como de maior relevância analítica, a contagem de frequência de termos nos discursos dos entrevistados, como é previsto no método de análise de conteúdo.¹⁴⁸

As primeiras observações que puderam ser feitas sobre as entrevistas com os empreendedores italianos é a de que todos detêm um bom nível do idioma português, o que foi imprescindível para realização das entrevistas sem a necessidade de um intérprete, opção que seria um dificultador na aplicação da técnica. O “Entrevistado 2”, mostrou-se o mais habilidoso no idioma, certamente pelo fato de viver no Brasil há mais de quarenta anos. Entretanto, apesar do bom domínio da língua portuguesa, constata-se no discurso de cada um deles, em graus variados, momentos de confusão entre os dois idiomas, como em relação ao uso de certas palavras e expressões, o que leva a pequenas imprecisões de ordem semântica na compreensão e utilização do idioma português. Podemos citar como exemplo, o que ocorreu com o “Entrevistado 4”, que mais de uma vez em sua entrevista, usou o termo em italiano *agevolazione*, no lugar do termo em português “facilitação”, talvez acreditando que o termo seria o mesmo para o português ou simplesmente por não recordar da palavra adequada no português. Acreditamos, entretanto, que tal peculiaridade relacionada ao idioma não chegou a comprometer a qualidade e credibilidade das informações colhidas.

Estudos realizados nos Estados Unidos, sobre a aplicação de instrumentos ou técnicas em pesquisa qualitativa, como a entrevista ou *survey*, a falantes estrangeiros, concluíram pela recomendação de que sejam previamente efetuadas entrevistas cognitivas (*cognitive interviews*), como meio de aferir os níveis de compreensão do idioma e ajudar a seleção de estratégias e adaptações da metodologia adotada para tais casos, o que pode, além do componente lingüístico, gerar implicações relacionadas às diferenças culturais dos entrevistados.¹⁴⁹ No caso do nosso estudo, já havia um conhecimento prévio do nível de compreensão do idioma português dos entrevistados, não tendo havido surpresas nesse aspecto para o pesquisador. Acreditamos ainda, que essa peculiaridade cognitiva foi em certa medida contornada pelo fato do pesquisador adotar, na medida do possível, um

¹⁴⁸ Bardin, op. cit.

¹⁴⁹ Cf. PAN, Yuling. Cognitive interviews in languages other than English: Methodological and research issues. In: **The 2004 American Statistical Association Proceedings of the Joint Statistical Meetings**. 2004. Cf. GOERMAN, Patricia L. Adapting cognitive interview techniques for use in pretesting Spanish language survey instruments. **Survey Methodology**, 2006, p. 3.

vocabulário mais simplificado, com perguntas formuladas de modo autoexplicativo. Outro fato favorável é o do pesquisador dispor de boas noções do idioma italiano, o que facilita na interpretação de passagens do discurso em que houve as referidas pequenas confusões entre idiomas.

A partir dos documentos selecionados e das entrevistas realizadas, foram colhidas informações sobre o perfil e a experiência dos empreendedores italianos na região de Sergipe desde a chegada ao país no ano de 2011. Diferentemente do que se poderia esperar, não se percebeu nas representações colhidas a partir dos relatos, uma intenção em se criar ou reafirmar uma imagem ou valores enquanto italianos, como fruto de uma auto-representação (ENNES, 2001, p. 53). No que tange aos negócios, constatou-se que além da disposição de alto capital financeiro, havia, em geral, alguma experiência em gestão de empresas e experiência internacional por parte dos mesmos. Inicialmente, no ano de 2011, foram realizadas pelos empreendedores algumas visitas a terrenos no estado de Sergipe para possíveis aquisições na capital Aracaju e municípios de Lagarto, Barra dos Coqueiros entre outros, considerando os resultados de uma alegada pesquisa de mercado encomendada, que considerou a região de Sergipe como de grande potencial para a comercialização de imóveis – grande oferta de terrenos, alta demanda e com preços de venda ao consumidor relativamente altos para os imóveis (valor do metro quadrado) quando em comparação com algumas outras regiões brasileiras e, assim, com boas perspectivas de negócios e lucros. Não nos chegou a informação, porém, qual entidade ou profissionais teriam realizado tal pesquisa de mercado, nem qual teria sido sua abrangência, soube-se apenas que houve a contratação de um escritório de São Paulo.

Uma vez instalados na região e já decididos pela abertura da empresa em terra sergipana, depararam-se com a situação em que não contavam propriamente com uma rede de contatos ou mesmo, o mínimo desejável de relações seja com nativos ou conacionais/coétnicos na região, o que se mostrou como um obstáculo para a formação de uma equipe condizente com as pretensões dos dirigentes ou para o estabelecimento das parcerias necessárias nessa fase inicial. Não houve, também, a iniciativa de se contratar algum profissional nativo especializado na assessoria para empresas em tal situação – processo de instalação, seleção e contratação de recursos humanos em outro país. O estado de Sergipe, a seu turno, não prevê em seu quadro institucional, segundo a visão dos entrevistados, ações coordenadas para o devido amparo a iniciativas de empresários estrangeiros ou empreendimentos de pequeno a médio porte com objetivos de adentrar o mercado da região, entretanto, apesar dessa precariedade estrutural, foi notada por parte dos entrevistados, um

bom acolhimento no trato pessoal e boa vontade por parte de pessoas ligadas ao setor público em atender os seus anseios.

Constatou-se, assim, que as relações negociais (e pessoais) foram inicialmente estabelecidas de modo muito informal e casualmente. Não houve, por exemplo, seleções formais de profissionais para assumir os cargos mais altos na empresa ou não se utilizavam de maiores critérios de ordem técnica ao se estabelecer parcerias ou relações relevantes com nativos, ocorrendo que alguns destes, não correspondendo à confiança depositada, mostraram-se pouco éticos ou competentes no decorrer do tempo. Quanto a esses aspectos nos contou um dos entrevistados, cujos trechos do discurso, transcrevemos a seguir:

ENTREVISTADO 3: (...) eu acho que eles tiveram [inicialmente] uma abordagem um pouco ingênua. Porque nos primeiros dois anos, eles ficaram muito.... assim... baseando - se sobre a palavra, sugestões de alguns brasileiros que, efetivamente, depois enganaram eles. Eles também chegaram de um modo “um pouco arrogantes” aqui... Isso não ajudou muito as relações iniciais.

- Quando fala “arrogantes”, poderia nos dar um exemplo de uma situação que recorde?

ENTREVISTADO 3: Arrogante no sentido que uma multinacional chega do primeiro mundo e pensa de entrar no terceiro mundo.

- Subestimavam o país?

ENTREVISTADO 3: Sim, com certeza (...) A parte de gestão, burocrática, eles achavam que fosse muito mais simples e não, como de fato é, muito precisa, muito correta.... esses entes burocráticos que tem muitos no Brasil, talvez mais do que na Itália...esse aspecto pegou eles de surpresa. (...) Repito, eles chegaram aqui muito ingenuamente, talvez essa palavra parece muito forte, mas a impressão que eu tive: entrar no mercado com uma grande quantia em dinheiro e achando que tudo aqui fosse mais simples...também o nível burocrático, fosse mais simples do que na Itália e Europa, sabe? Talvez um pouco como na África. A Polypromotion tem também uma “sede” em Marrocos, onde a situação é mais simples do que na Itália, não?...talvez a perspectiva

era essa. Mas aqui encontraram muita dificuldade para encontrar as pessoas certas para fazer parte do time dela.

As afirmações do “Entrevistado 3” nos indicam que no caso em estudo, sobretudo no início da experiência dos empreendedores na região de Sergipe houve vulnerabilidades relacionáveis tanto a aspectos do capital humano quanto ao capital social desses empreendedores. Kloosterman e Rath (2006), ressaltando a importância do capital social, afirmam que ainda que haja falta de capital financeiro, empreendedores são, porém, capazes de iniciar um negócio contando apenas com o seu capital social. Entretanto, partindo dessa concepção, observa-se no caso em tela que a lógica inversa não se mostrou muito simples. Observou-se que o fato de não terem encontrado na região de Sergipe a disponibilidade de uma rede de conacionais ou mesmo com os nativos, tornou inicialmente a aventura de empreender na região mais complexa, dispendiosa e por tais razões, mais frustrante. Ainda sobre redes de conacionais ou coétnicos, os mesmos autores apontam que uma vez os empreendedores imersos “a rede estabelecida oferece por um lado, recursos adequados e por outro, acabam por moldar os objetivos e consequentemente as ações dos membros da rede, de modo que é enfatizada a cooperação ao invés da maximização de lucros”¹⁵⁰

Tais fatos com implicações na seara do capital humano e social, por si só, já delineiam um “padrão migratório” diverso do que ocorreria, por exemplo, com italianos no sul do Brasil, onde certamente, já encontrariam uma rede mais ampla e diversa de coétnicos ou mesmo conacionais¹⁵¹, ou mesmo com outras etnias na região, como os chineses. Sobre padrões migratórios diferentes dentro do mesmo país, diz Durand (2011):

O padrão migratório refere-se às várias características ou modalidades que definem e distinguem os vários processos e suas fases. Vários padrões podem ser desenvolvidos dentro de um mesmo processo migratório no decorrer do tempo (...). Do mesmo modo, o processo migratório de um país pode conter padrões que diferem de acordo com as várias regiões e setores sociais (DURAND, 2011, p. 64).¹⁵²

Relativo à relevância das redes sociais favorecidas pela presença de conterrâneos ou coétnicos na vida do imigrante, o mesmo autor afirma que as redes sociais, sendo parte fundamental do capital social, têm sido um fator decisivo na concentração de migrantes em certas localidades de destino e na formação de “comunidades migrantes transnacionais”.¹⁵³ O papel das redes no estabelecimento e experiência do imigrante empreendedor em uma dada

¹⁵⁰ kloosterman e Rath, op. cit. p. 2

¹⁵¹ São exemplos, os estudos realizados por Capellin (2008) e Schmidt (2015).

¹⁵² Tradução nossa.

¹⁵³ DURAND, op.cit.

localidade de destino, pode ser ilustrado pelas seguintes vantagens: proporcionar força de trabalho mais barata; deter informações a cerca das vias de financiamento, clientes e fornecedores, servindo tanto aos empreendedores já experientes quanto aos aspirantes; outros pontos favoráveis que podem ser citados são a facilidade de capacitação de futuros empresários e ajuda mútua (SOLÉ et al, 2007).

A inconsistência ou deficiências das relações sociais estabelecidas inicialmente pelos empreendedores do caso aqui analisado foram evidenciadas também no discurso do entrevistado 2, que é o mais experiente dentre os entrevistados em termos de tempo de trabalho e vivência social no Brasil. Confirma também a referida literatura, sobre a dificuldade maior enfrentada pelo imigrante empreendedor desprovido de redes de coétnicos ou conacionais. Transcrevemos trechos pertinentes abaixo:

ENTREVISTADO 2: (...) É difícil para o estrangeiro chegar aqui, como dissemos, local sem uma história de fluxo de estrangeiros, no caso de italianos. Fica difícil entender determinadas particularidades do caráter, dos costumes...Coisa diferente de pegar um estado como São Paulo, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul onde a imigração italiana foi grande... então tem muitas tradições que deixam mais fácil você entender e se misturar a esse novo povo. E aqui em Sergipe, devido a essa falta, deixa tudo mais difícil. A minha entrada na Poly serviu bastante para introduzir (...) essa mão de obra local, tendo esse conhecimento mais fácil da parte minha depois de tantos anos que tenho aqui.

Acreditamos que um dos efeitos diretos dessa deficiência ou peculiaridade de ordem relacional, pode ser considerado o prejuízo material decorrente do fracasso do primeiro empreendimento da empresa em terras sergipanas, o condomínio residencial Lagoa Azul, no município de Lagarto – SE. O projeto de casas residenciais com padrão de sofisticação bem acima do observado em outros empreendimentos daquela localidade enfrentou um sério problema em sua base: em síntese, o contrato de compra e venda, através do qual os italianos adquiriram o terreno onde o referido condomínio seria construído foi posteriormente anulado, apesar, segundo informações do diretor da empresa, o referido contrato de compra e venda estar devidamente “registrado em cartório” da região. O inusitado imbróglia teria como razão o fato de parte do terreno indevidamente vendido aos italianos, pertencer a empresa pública do estado de Sergipe, a COHIDRO, vinculada à

Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), a maior empresa pública em irrigação e perfuração de poços no Estado.¹⁵⁴ Segundo um dos entrevistados, o fato representou um prejuízo financeiro na ordem de 4 a 5 milhões de reais.

Outro fator que possivelmente contribuiu na difícil experiência inicial relatada pelos empreendedores que ilustram o estudo, diz respeito à qualificação e competências desses empreendedores para a missão de iniciar um negócio de tal natureza e dimensões em terra estrangeira, tais recursos de ordem pessoal, estão implicados no escopo da noção de capital humano. A insuficiência de capital social dos empreendedores constatados a partir dos dados colhidos ainda que possa impactar negativamente, como fartamente registrado na literatura, no nosso entendimento, não seria a razão exclusiva, por exemplo, das más escolhas de parceiros nativos para os negócios ou más contratações de pessoal local para empresa. Uma eficaz seleção de recursos humanos, presume-se partir de pessoal devidamente qualificado para a atribuição de seleção de pessoal, onde ainda que não se detenha qualificação formal específica, ao menos uma sólida experiência prévia para assumir tal encargo se faz recomendável.

Considerando a suficiência de capital financeiro disponível para os empreendedores aqui em estudo, a atividade de seleção de recursos humanos poderia ainda ser terceirizada para uma das várias firmas especializadas no mercado. A atividade de gestão de recursos humanos, dado que é um setor e atividade tradicional dentro do mundo corporativo com boa oferta, portanto, de instituições especializadas e profissionais no mercado, não exige atitude inovadora ou mesmo autonomia em tal seara por parte de empresários, entretanto, no caso dos empreendedores do caso em estudo, ao menos nos primeiros dois ou três anos, as parcerias e contratações não se mostraram bem sucedidas ou satisfatórias.

Os dois principais responsáveis pela empresa no país, detentores dos mais altos cargos na empresa e que estão presentes desde o começo, não tiveram experiência prévia especificamente no setor de construção civil. Um deles, apesar de possuir nível superior, a formação não é na área fim da empresa, nem mesmo na área de gestão de empresas; foi senão o primeiro, um dos primeiros empregos dele após a conclusão da graduação na área de publicidade, tendo passado por estágio/ preparação durante três meses na Itália antes de chegar ao Brasil no ano de 2012. Teria sido selecionado a partir de relações de parentesco com um dos investidores italianos que se associaram para formação da empresa no Brasil. Esse investidor italiano, por sua vez, também não é do ramo de construção civil. Situação

¹⁵⁴ SERGIPE.Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO. Disponível em: <http://cohidro.se.gov.br/?page_id=6>. Acesso em 08/12/2017.

parecida com a do responsável maior pela empresa no Brasil que possui formação em área diversa – “eletro/eletrônica”. Há informações de este ser um amigo de juventude do principal investidor que reside na Itália, portanto uma pessoa de confiança. O investidor majoritário do grupo de empresários que criaram um fundo para investir no Brasil é o Senhor Lino Iemi, este sim, engenheiro civil de formação, com larga experiência no setor, mas que vem ao Brasil mais esporadicamente.

Um dos entrevistados italianos, não mais ativo como funcionário da *Polypromotion do Brasil*, apesar de formação na área de engenharia civil, foi contratado na Itália para exercer funções não como engenheiro, mas como administrador, sendo para ele em suas palavras, um grande desafio dado a falta de informações a cerca do mercado e das regras brasileiras para o setor. Tais informações nos levam a crer que nas relações laborativas da empresa em estudo, ocorrem, ao menos entre os membros italianos ou de cargo mais graduado, relações paternalistas e falta de qualificação específica ante a modalidade e natureza do serviço prestado pela empresa, ao menos no pessoal de comando. Esse relativo “amadorismo” nos levou a considerar como uma “categoria inicial” de análise, a designada “Relações paternalistas e amadorismo” (cf. *supra*).

Assim, acreditamos que tais peculiaridades relacionadas ao capital humano, possivelmente influenciaram negativamente na experiência destes empreendedores e seus resultados. Para Durand (2011), colocando o capital humano como de importancia paralela ao do capital social, defende que o capital humano sempre foi uma característica determinante que facilita a opção migratória, habilitando os migrantes se organizarem dentro de certos critérios estabelecidos e acima de tudo, garante-lhes uma integração mais fácil e com maiores chances de sucesso no local de destino.¹⁵⁵ Coadunando com tal compreensão, em nosso objeto de pesquisa, o Entrevistado2, o italiano mais experiente do grupo em termos de tempo de vida no Brasil, que serviu à empresa nos últimos três anos (2014-2017), relata-nos as informações que seguem:

**- Quando começou na Polypromotion e como se deu esse início.
Como se processou a sua contratação?**

ENTREVISTADO 2: *Como falei antes meu setor é o setor cerâmico. Então, nesses quarenta anos praticamente eu sempre fiquei no setor cerâmico, seja como fornecedor de matéria prima, como na primeira empresa, seja direto no setor de cerâmica, como diretor*

¹⁵⁵ Cf. DURAND, op.cit., p. 67.

industrial ou comercial. E minha última [empresa] cerâmica foi aqui [em Sergipe]. E quando eu estava voltando para São Paulo, eu conheci aqui, na pizzeria do Giovanni, o italiano, eu conheci o diretor Leonardo Milan, que gostou de meu currículo e achou necessária a minha presença (...) pediu para ajudar com a minha experiência de 40 anos de Brasil, na parte administrativa, de compras da Poly e por isso fiquei os últimos três anos na Poly. (...) a partir de 2014. (...) A minha entrada na Poly serviu bastante para introduzir ... essa mão de obra local, tendo esse conhecimento mais fácil da parte minha depois de tantos anos que tenho aqui.

- Então foi um encontro casual?

ENTREVISTADO 2: *Sim, um encontro casual. Surgiu uma amizade... respeito mútuo entre eu e o presidente da Poly.*

Observa-se que apesar de muito bem qualificado e com larga experiência, o Entrevistado 2, foi contratado justamente a partir de um “encontro casual” em evento social na cidade de Aracaju-SE, capital do estado (no restaurante de um dos poucos italianos da região), confirmando a ideia de que não costuma haver, assim, protocolos formalizados de seleção de funcionários, ao menos os mais graduados. No apurado em trabalho de campo, foram colhidas ainda informações que algumas contratações de nativos pela empresa, deram-se por indicações de pessoas das relações dos empreendedores que eventualmente gozaram de certa influência sobre os mesmos, não precipuamente, assim, por razões curriculares. Tais dados levam-nos a inferir que, considerando que eram inicialmente e durante todo o período que estão operando detentores de alto capital financeiro, reiterando o acima mencionado, não haveria empecilhos à contratação de pessoa ou empresa especializada em seleção e gestão de recursos humanos. Assim, antes de tais características da conduta dos empreendedores, que entendemos resultaram em prejuízos, serem interpretadas como uma decorrência da insuficiência em termos de capital social, acreditamos seriam prioritariamente uma consequência da “imperícia”, questão relacionável, portanto, ao conceito de capital humano. Interpretação que cremos ser corroborada por Durand (2011), quando diz: “Ter capital humano é um importante meio que torna mais fácil

a aquisição de melhores contatos sociais e obtenção mais altos salários” (DURAND, 2011, p. 68).¹⁵⁶

As referidas vulnerabilidades decorrentes das peculiaridades de capital social e humano, no caso analisado, além, do capital financeiro, talvez venham a ser amenizadas pelo capital étnico (conceituação, cf. *supra*) que o italiano seja detentor, na região do nordeste do Brasil na qual se inserem. Essa seria uma proposição levantada no presente trabalho. A partir dela, buscamos nas entrevistas explorar e categorizar conteúdos em torno desse atributo. Ainda segundo Durand, em sua análise sobre a importância do capital étnico no caso de migrantes transgeracionais¹⁵⁷, esclarece que tal capital, não seria privilégio de etnias específicas, mas sim inerente a todo e qualquer nacionalidade ou “etnia”, ou mesmo a qualquer indivíduo. O que se diferencia entre os casos são as peculiaridades do capital étnico que detenha ou desfrute cada um em função de um dado tempo e lugar, no sentido que uns podem ser mais favorecidos que outros por esse tipo de capital, em função de um dado contexto social, abrangendo ainda o componente tempo. Em outros termos, a suposição é que a afinidade cultural, racial e étnica facilitaria o processo de assimilação por um lado e por outro minimizaria a rejeição na sociedade de destino.¹⁵⁸

Nas entrevistas realizadas, questionamentos dentro desse tema, foram realizados, obtendo-se as seguintes declarações:

ENTREVISTADO 2: *É... ninguém que seja italiano ou de outros países, pode reclamar do acolhimento que o povo brasileiro deu a nós...é... imigrantes, vamos chamar assim. Imigrantes é uma palavra que pode dizer tanta coisa, mas somos imigrantes (risos). Ninguém pode reclamar, se quer reclamar é como digo sempre: quem reclamar, volta para casa.*

-Então, poderíamos dizer que há uma afinidade cultural ou social entre o italiano e o brasileiro, ou sergipano? Acredita nisso?

ENTREVISTADO 2: (...) *O povo italiano, o italiano em si, é “uma pessoa” aberta. E do outro lado, o sergipano ou brasileiro, sendo aberto fica mais fácil essa possibilidade de entrosamento...É difícil*

¹⁵⁶ Tradução Nossa.

¹⁵⁷ Seriam os migrantes que tem como destino a região ou país do qual seus antepassados emigraram no passado, eles seriam em tese, nessa situação, favorecidos pelo capital étnico que detém. Id.

¹⁵⁸ Ibid.

conseguir entender, mas a abertura para conseguir esse entendimento, tem. É só querer.

- E essa afinidade, essa sintonia, digamos assim, chega a influenciar nos negócios ou não? Há confiança? Existe mais ou menos confiança [em vocês] por serem italianos? Não faz diferença? Como o senhor percebe isso?

ENTREVISTADO 2: *Bom, a confiança.... Tem aquele ditado que diz: santo de casa não faz milagre. A empresa de fora, a princípio, sempre tem um atrativo maior no início...Aí depende do resultado das ações da empresa ou [como] as pessoas dirigentes dessas empresas...se colocam...Seja na qualidade do material ou na qualidade da expressão das pessoas presentes: se são pessoas abertas, educadas...que aceitam estar em um outro país e se submeter também às normas culturais desse país...dá uma credibilidade maior(...)*

Observou-se que para o “entrevistado 2”, o que a mais tempo vive e trabalha no Brasil, nesse aspecto, portanto, mais experiente, faz um juízo positivo em relação à ideia do capital étnico do italiano ser algo que os é favorável em termos de assimilação ou integração, podendo provavelmente repercutir nos negócios. Os demais entrevistados italianos, porém, se mostraram mais céticos nesse campo. Todos os demais entrevistados concordam que são, de um modo geral, muito bem acolhidos socialmente no Brasil, entretanto, quando questionados se tal afinidade dos brasileiros influenciaria positivamente nos negócios, eles tendem a acreditar que não. Resume bem essa questão, o ponto de vista do “entrevistado 3”, a seguir:

ENTREVISTADO 3: *Sim acho que tem essa convivência com a Itália. O pessoal brasileiro gosta da Itália, dos italianos...e vice-versa. Eu estou morando aqui ...vai fazer dez anos, próximo anos...gosto do povo brasileiro. Essa situação política não ajuda muito agora, mas o povo brasileiro comigo sempre foi muito acolhedor. Comigo e com a minha família. Eu tenho quatro filhas...que chegaram aqui pequenas, então, esse lado foi.... muito fácil, muito bom pra mim. Gostei muito.*

- Essa afinidade do brasileiro com o italiano, lembrando da Polypromotion, na sua percepção, você acha que pode influenciar nos negócios de algum modo ou não? Ou são situações totalmente diversas?

ENTREVISTADO3: *Acho que negócio é negócio.... dinheiro é dinheiro (risos) Acho que quando dá pra se aproveitar de um negócio, de um evento....a gente aproveita. Seja na Itália ou no Brasil. Para mim a área de calor humano, de convivência é muito diversificada quando entra na área do trabalho.*

-Então, essa afinidade com o italiano... pelo que entendi, não sei se entendi bem.... não chegaria a influenciar no andamento dos negócios?

ENTREVISTADO3: *Não, absolutamente.*

Em análise *a posteriori*, recapitulando as entrevistas realizadas, vislumbramos que as perguntas versam sobre a provável influência que a afinidade dos brasileiros em relação aos italianos poderiam exercer sobre os “negócios” realizados entre as partes, mas nos indagamos, se o termo “negócios” não foi utilizado nas perguntas de um modo, talvez, excessivamente genérico para os fins pretendidos. O significado do termo “negócios” pode ser aplicado a diversos contextos dentro da realidade corporativa ou de um empresário, por exemplo, na relação com bancos, fornecedores, prestadores de serviço, instituições públicas e por fim com o consumidor ou cliente (uma vez que constroem e vendem imóveis). Assim em autocrítica, acreditamos que seria mais aconselhável, termos elaborado as perguntas, buscando promover a diferenciação entre as relações organizacionais, como por exemplo, com os fornecedores, entidades da administração pública e, mais enfaticamente, com os consumidores de seus produtos.

Questionando ao “Entrevistado 5”, sobre o acolhimento social no Brasil e a influência da possível afinidade cultural nos negócios, o mesmo afirmou que ao chegar em Sergipe no ano de 2012, aos 27 anos, ter passado por algumas dificuldades de adaptação nos primeiros dois anos; queixou-se também de certa desconfiança dos nativos, frisando, porém, a ideia de haver certo consenso, mesmo entre os próprios nativos, de que o sergipano seria desconfiado. A conversa, entretanto, muda totalmente o tom quando se traz o questionamento se a cultura italiana ajudaria a vender. Trazemos o referido trecho da entrevista a seguir:

- Como vocês trabalham na questão do marketing/publicidade o fato de serem estrangeiros? Isso é omitido ou explorado na divulgação de vocês? Como funciona?

ENTREVISTADO 5: *Nós sempre valorizamos muito essa questão de sermos estrangeiros. Valorizamos muito o fato da Poly ter obras em muitos lugares da Europa e do mundo. (...) Acho bom, sempre achei bom utilizar essa questão pra vender....pra aumentar...pra melhorar a imagem da Poly. Além disso, nós temos um bom produto. Porque não adianta fazer tanta propaganda quando o produto não é bom. O nosso produto é um dos melhores daqui.*

- (...) A cultura italiana ajuda a vender ou seria secundário, só um detalhe?

ENTREVISTADO 5: *Ajuda, ajuda....mais ainda em restaurantes, aí ajuda pra caramba...acho que em geral...os italianos não são só conhecidos pelas coisas negativas, como máfia, mas também pelos seus grandes arquitetos, designer...Então acho que é uma vantagem dizermos que viemos da Itália.*

Os recursos culturais ou étnicos ainda que não sejam percebidos como influenciadores nos “negócios” de um modo geral, na relação com o consumidor, ou seja, no apelo para as vendas são notoriamente utilizados. Poderíamos citar como exemplo, o condomínio de casas construído no município de Barra dos Coqueiros, contíguo à capital do Estado, Aracaju, tem nome e descritivo em italiano, chamando-se *Costa Paradiso – Club Residenziale*. No material de divulgação dos empreendimentos, é ressaltada a qualidade internacional; no encarte de divulgação lê-se: *A Poly Promotion é uma empresa da holding italiana Poly Group, que tem a credibilidade de quem atua há 40 anos no mercado imobiliário internacional.* (...)

Os consumidores entrevistados, de um modo geral ressaltaram que o fato de serem italianos ou europeus foi destacado na fase de negociação das vendas se tal fato teria em certa medida influenciado na decisão da compra do imóvel da maioria deles. Os mesmos entrevistados enfatizaram a expectativa de maior qualidade e requinte ao saberem da origem italiana da empresa. Entretanto, apesar dessa primeira impressão, “o capital étnico” não parece garantir o sucesso do pós-venda. O entrevistado que se mostrou mais influenciado pelo fato de serem italianos, declarando inclusive amor pela Itália, tendo declarado ter estado naquele país duas vezes, foi também o único que reclamou da insatisfação com o

atendimento no pós-venda e da necessidade de reparos no condomínio. Assim, levantamos a suposição que atitudes relacionadas ao comportamento do estrangeiro no decorrer de uma relação, podem mitigar ou arrefecer eventuais vantagens decorrentes do capital étnico em casos tais. Nesse sentido, declarou o experiente “entrevistado 2”:

ENTREVISTADO 2: *Bom, a confiança....Tem aquele ditado que diz: santo de casa não faz milagre. A empresa de fora, a princípio, sempre tem um atrativo maior no início...Aí depende do resultado das ações da empresa ou [como] as pessoas dirigentes dessas empresas....se colocam...Seja na qualidade do material ou na qualidade da expressão das pessoas presentes: se são pessoas abertas, educadas...que aceitam estar em um outro país e se submeter também às normas culturais desse país...dá uma credibilidade maior. **Se, como eu já senti muitas vezes, essas pessoas de fora, seja no Brasil ou qualquer outro país do mundo, chegam com arrogância, isso com o tempo pode prejudicar até o negócio.***

No contexto da região de Sergipe ou mais precisamente nas localidades do estado onde os empreendedores italianos mantiveram seus negócios (municípios de Aracaju, Lagarto, Barra dos Coqueiros), ao que indicou a pesquisa realizada, o capital étnico pareceu não exercer uma influência direta ou clara ou um favorecimento na definição de negócios de um modo geral, entretanto, tende a favorecer mais claramente na relação direta com o consumidor. Tendendo a conduta destes a ser, em alguma medida, menos racional na ação de aquisição de um imóvel que se apresenta como projetado por italianos., o que remete a teoria da ação de Weber, podendo a ação do referido consumidor ser enquadrada como a combinação da “*ação de modo racional referente a valores*”(no caso, étnicos ou estéticos), com a *de modo afetivo, especialmente emocional*.

Indicou ainda a pesquisa, que os italianos e seus negócios não encontram particulares vantagens, ao menos do ponto de vista formal, refletidas na estrutura político-institucional relacionável às atividades dos empreendedores no estado, como por exemplo, nas políticas públicas, regulação do setor, facilidade em acesso à associações de negócios etc., seja a nível estadual ou municipal. Remetendo a termos regulacionistas, amplamente utilizados em análises sobre o pós-fordismo (cf. *supra*), a empreitada dos italianos em Sergipe não é particularmente favorecida pelo *modo de regulação* vigente, em que pese a permissão de

compras de terras e instalação de empresa do setor imobiliário na região por estrangeiros, basicamente em pé de igualdade com a concorrência nativa. Assim, no aspecto do aparato institucional ligado de algum modo ao setor do mercado que atuam ou ao aspecto das instituições voltadas para a imigração, acreditamos que os italianos não chegam a gozar de vantagens especiais no mercado da região. A não ser que se possa considerar uma grande vantagem estar, basicamente, em pé de igualdade com os empresários nacionais, o que talvez não ocorresse de igual modo, com qualquer outra etnia ou estrangeiros.

3.2.1. Os Recursos dos Empreendedores em Relação a Estrutura de Oportunidades

Ainda que se tenha iniciado a análise das pessoas dos empreendedores e suas experiências na região de Sergipe a partir de seus recursos pessoais, capital social e humano, a exploração do caso não deve se esgotar nessa dimensão. O modelo analítico por nós adotado propõe que essa realidade em termos de recursos individuais, capital humano e social seja relacionada a estrutura de oportunidades em um dado local e tempo, critério que separa, assim, os modelos que consideram apenas a imersão do empreendedor em redes sociais estabelecidas (*embeddedness*), defendido inicialmente por Granovetter (1985) e adotado sobretudo nos Estados Unidos (cf. *supra*), onde predomina o pensamento sociológico econômico focado nas redes sociais do empreendedor e o decorrente impacto nos negócios. As dinâmicas entre indivíduo e estrutura (*agency and structure*) e o modelo integralista são, assim, preteridos e priorizados a abordagem do agente.

Parte da aplicação da abordagem analítica do *mixed embeddedness* se dá ao promover a análise da relação que se estabelece entre os recursos pessoais do empreendedor e a sua inserção na “estrutura de oportunidades” de uma dada economia e mercado, uma vez que para Kloosterman (2010), o tipo de negócio iniciado por um imigrante e a importância deste no processo de incorporação do mesmo são determinados não somente pelos recursos que este aspirante e empreendedor tem o poder de mobilizar, mas também são decididos pela específica “estrutura de oportunidade”, em determinado lugar e tempo (Kloosterman, 2010, p. 26).¹⁵⁹

No caso estudado em Sergipe, observou-se a partir do material colhido - entrevistas e documentos - que dentre os recursos que possuem, o fator basilar na implementação e manutenção do projeto veio a ser a relativamente alta disponibilidade de capital econômico, mostrando-se ainda mais importante, sobretudo, ante as peculiaridades aqui apontadas relacionadas ao capital humano e capital social por parte dos empreendedores envolvidos.

¹⁵⁹ Tradução nossa.

Acreditamos que o ímpeto empreendedor e a experiência internacional prévia, foram também fatores relevantes nesse processo, que estariam incluídos, a seu turno, na noção de capital humano. Ressalta-se ainda que possam os empreendedores italianos virem, em certa medida, a ser favorecidos pelo capital étnico do qual são detentores no contexto social e período analisados.

Quanto à estrutura de oportunidade com a qual esses empreendedores se defrontaram inicialmente na região de Sergipe, esta pode ser descrita em linhas gerais do seguinte modo: grande oferta de terras na região, aliada a alta cotação dos imóveis no mercado (valor do metro quadrado) em relação a outras regiões brasileiras, o que gerava a expectativa de maiores lucros, portanto, sinais de um mercado em expansão. Tais fatos mostraram-se, na visão dos empreendedores, como as mais destacadas vantagens da região, sendo outros pontos também ressaltados por dois dos entrevistados, o clima quente como mais atrativo quando em comparação com o sul do país, onde, além disso, o mercado seria mais “saturado”, “não faltando nada” (Entrevistado 4). Entretanto, apesar dos citados apelos da região, a razão crucial da vinda dos italianos para Sergipe, ou melhor, de buscar alternativas ao mercado europeu, teria sido mesmo a crise de 2008 na Europa, sendo o diretor da empresa bem enfático na sua afirmação sobre esse “fator de repulsão” do país de origem.

Tal realidade remete a teoria pós-industrial do Pós-fordismo e a sua ênfase na “acumulação flexível”, onde fronteiras passam a ser transpostas com maior fluidez em nome da sobrevivência, busca por menores custos ou simplesmente oportunidade de aferir maiores lucros, considerando o contexto socioeconômico e cultural da localidade de destino dos negócios. Remete ainda ao exemplo da Terceira Itália, emblemático fenômeno pós-fordista, quando ainda que se trate em parte de um fenômeno de mobilidade de empreendedores dentro do próprio país e não internacional, basicamente, gira em torno de fatores de expulsão - da região norte italiana - para as regiões centrais daquele país, baseando-se basicamente em questões de ordem político-institucional¹⁶⁰, podendo em certa medida ser objeto de aplicação diacrônica (cf. *supra*) do *mixed embeddedness*, não sendo, entretanto, a pretensão do presente trabalho promover tal comparativo entre a Terceira Itália e o caso Sergipano, ainda que acreditemos sejam ambos explicáveis pela teoria pós-fordista.

¹⁶⁰ Kumar, op. cit.

3.2.2. As relações da estrutura de oportunidades (nível *meso*) com o quadro político institucional (nível *macro*) no caso estudado em Sergipe.

Como anteriormente descrito, no modelo proposto por Kloosterman et al (1999, 2006) e Kloosterman (2010), para o desenvolvimento de estudos de caso sob a perspectiva do *mixed embeddedness* é proposto que seja promovida uma relação do nível “micro” (*micro-level*), do indivíduo empreendedor (e seus recursos pessoais), com o nível da “**estrutura de oportunidades**” – nível “meso” (*meso-level*) – considerando um dado local e tempo. Deve ainda, completando as análises e a implementação do referido modelo de abordagem, ser estabelecida em certa medida (“não muito rigidamente”), uma conexão dessa estrutura com a qual o empreendedor se depara, ao correspondente **quadro macro-institucional** vigente. Tal iniciativa analítica, segundo os autores, propicia a compreensão e *insights* sobre os recursos necessários a um empreendedor “aspirante ou nascente”, tendo em vista a estrutura de oportunidades (Kloosterman, 2010, p 26-27)¹⁶¹. Kloosterman et al (1999), colocam como exemplos de instituições:

sistema de bem-estar social (*welfare system*), a organização de mercados, a estrutura de regras e regulações junto com o seu endosso, políticas de residência (impactando na distribuição residencial de imigrantes) e também associações de negócios e práticas de negócios específicas que regula mercados particulares, significativamente afeta estruturas de oportunidade seja a nível local, de um setor ou nacional.¹⁶²

Imbuídos do intuito de promover uma investigação sobre a percepção dos empreendedores italianos acerca do quadro político-institucional vigente e buscando ainda compor o quadro macro institucional nacional e regional ideal, dentro dos seus propósitos internacionais, foram propostos alguns questionamentos nas entrevistas realizadas, como as que são na sequência transcritas:

ENTREVISTADOR: E a relação com empresários locais? Em que aspecto se dava? Participam de associações de empresários ou mesmo de empresários italianos? São membros de alguma câmara de comércio?

ENTREVISTADO 2: (...) *Aqui em Sergipe eu senti um fechamento da parte empresarial, mas não é um fechamento de Sergipe ou porque é Sergipe. É comum nas cidades onde ainda está se iniciando a entrada de firmas de fora quer seja italiana, quer seja francesa ou*

¹⁶¹ Kloosterman (2010), p 26 -27 (tradução nossa).

¹⁶² Kloosterman et al (1999), p. 06(tradução nossa)

mesmo brasileiras do sul. O empresariado local ainda é muito fechado....E onde tem....não quero falar besteira, mas é minha percepção: onde ainda tem apoio político para manutenção do produto aqui. Ainda se usa as próprias forças e a política para interferir no recebimento dessas culturas ou dessas empresas de fora aqui...É como uma autodefesa do espaço (risos).

Em ao menos duas das entrevistas efetuadas com os empreendedores italianos, em resposta sobre o acolhimento de empresários do setor na região, foi apontado a indiferença e fechamento do empresariado do setor de construção civil, via “associação de negócios”, aos colegas da empresa de origem italiana estudada em uma atitude corporativista contra os de fora, questão que é percebida pelo entrevistado 2, como endossada, em certa medida, por entes públicos, sendo simbólico o episódio da Associação de Dirigentes do Setor Imobiliário de Sergipe – ADEMI/SE, recusar no ano de 2015 solicitação de participação em eventos imobiliários e como membro à *Polypromotion do Brasil*. A referida associação é referência no setor na região, promovendo feiras de imóveis e eventos, reunindo as principais pessoas e empresas ligadas ao setor do estado de Sergipe. Outro questionamento pertinente ao quadro institucional foi sobre a regulação do setor a nível federal e regional, ao que destacamos os trechos, a seguir:

ENTREVISTADOR: Falando da política a nível federal..., o senhor falou agora há pouco que uma coisa que favoreceu a *Poly*, foi a possibilidade gerada pela lei que liberou a compra de terras por estrangeiros. Foi uma política favorável ao despertar do interesse de vocês, para o negócio de vocês. Vocês chegaram aqui no ano de 2012 (abertura formal da empresa) governo da presidente Dilma. As políticas do Lula e Dilma foram favoráveis ou não foram para vocês?

ENTREVISTADO 2: A [lei] de compra de terrenos por estrangeiros, foi anterior ao governo de Lula e Dilma. Se lembro bem, foi no ano de 1995/96 que teve isso. A *Poly* em si ou outras empresas estrangeiras nesse setor, não tiveram nenhuma ajuda federal. Devido ao fato também que esse setor imobiliário, seja estrangeira ou até nacional, só pode ter, só pode receber ajuda do Federal depois que tiverem obras feitas. Então quem inicia do zero, fica

impossibilitado de obter esse recurso, então, a Poly não teve. Só depois do primeiro empreendimento que se conseguiu.

ENTREVISTADOR: Então houve uma dificuldade inicial de financiamento. O financiamento vinha todo da Itália. Como funcionou isso no decorrer do tempo. O senhor pode falar um pouco sobre isso?

ENTREVISTADO 2: (...) inicialmente foi tudo capital próprio, desde o processo de Lagarto...a compra dos terrenos de Barra dos Coqueiros, tudo capital próprio. Só agora no meio do primeiro empreendimento que se conseguiu um financiamento da Caixa Econômica.

Do trecho acima, extraído de respostas do “entrevistado 2”, observa-se que a permissão para estrangeiros ou grupos de origem estrangeira adquirirem terras no Brasil, foi possibilitado por Lei Federal, que remonta ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (cf. *supra*). Ou seja, a estrutura de oportunidades, no ponto relacionado à aquisição e ao aproveitamento da alegada “grande oferta de terras” estava refletido no quadro político-institucional, no que tange à específica regulação do setor. A referida lei ou, em outros termos, o quadro regulatório relacionado ao setor, foi condição *sine qua non*, para o desencadear do processo que viabiliza a entrada no mercado imobiliário da região de Sergipe dos imigrantes empreendedores de nosso estudo de caso. Outras questões sobre a percepção dos empreendedores italianos sobre o quadro político-institucional foram propostas. Transcrevemos a seguir:

ENTREVISTADOR: A questão da lei trabalhista no Brasil é pior, ou melhor, para o empresário do que na Itália, como vê esse aspecto?

ENTREVISTADO 2:(...) A parte trabalhista, independente da Poly, no meu caso, conheço bem, depois de quarenta anos dirigindo empresa, sempre tive muito contato com esse setor (...) sendo a Itália um país...onde agora está se saindo um pouco do esquema sindicalista, que aqui no Brasil ainda é bastante forte, principalmente nos últimos quinze anos com o PT no poder....Mas não tem grande diferença, a diferença é na qualidade da mão de obra... em termos de lei trabalhista, são duras como são na Itália

ainda.. A grande diferença que se encontra é na qualidade da mão de obra. (...) Falando de Sergipe ou do nordeste em geral, em termos de cultura trabalhista em relação à São Paulo (...) está mais... atrasado, não sei se é essa a palavra... do que o trabalhador do sul do Brasil tem um amadurecimento maior...rende mais...devido a essa cultura... amadurecimento...ou formações do passado de migrações que trouxeram alguma coisa a mais...mas é um operário, uma mão de obra mais madura, consciente das responsabilidades que tem.

ENTREVISTADOR: *seja no setor de serviços ou na indústria, manter-se no mercado no Brasil. Quais seriam os entraves, as dificuldades?*

ENTREVISTADO 2: *(...) em qualquer setor...a dificuldade de manter-se vivo no mercado... é o canibalismo dos últimos 15 ou 20 anos (...) que pode ser traduzido também em fator positivo, que foi a popularização de todos os produtos (...)seja devido a necessidade produtiva (...) seja devido a países produzindo com mão de obra muito mais barata(...) acaba diminuindo o lucro sendo o lucro fundamental para a sobrevivência de todas as empresas. (...) Um dos maiores problemas do Brasil, é uma fiscalização maior para que todas as empresas possam pagar os impostos iguais. As empresas que pagam impostos logicamente têm um custo maior, em contrapartida, as que não pagam, podem fazer preços menores, dando muito mais trabalho na parte de vendas. Embora o tempo ensina que essas empresas ...vão quebrar. Ou guarda o dinheiro dos impostos ou se não guarda e dar descontos nos produtos, vão quebrar. É histórico isso aqui.*

ENTREVISTADOR: *Para encerrar (...) se o senhor pudesse dar uma sugestão de alteração na legislação, nas instituições ou políticas públicas em Sergipe, o que diria?*

ENTREVISTADO 2: *O que precisa para Sergipe, precisa para o Brasil inteiro: ter umas leis mais claras e menos trabalhosas para serem*

entendidas ou interpretadas, com um menor custo também. Uma coisa é pagar 10% ou 20 ou 30 ou 40 e como pagar isso...Preciso de um batalhão de pessoas para calcular esse percentual. É o custo Brasil, enorme.... A interpretação, a mudança. A falta de poder dar continuidade... a uma legislação. Aqui todo dia, principalmente na parte contábil, tem mudanças enormes, diárias! Isso prejudica bastante (...) Prejudica a firma nacional, imaginemos uma firma estrangeira que tem que transmitir essas peculiaridades para a casa mãe italiana. É uma dificuldade enorme. É por isso que é fundamental ter uma pessoa que conheça essas leis nacionais para não fugir das regras, não cometer erros que podem custar muito caro e que consiga traduzir isso aqui para explicar para a sede estrangeira. Essa dificuldade é enorme e isso atrapalha muito a entrada de outros investimentos no país.... [uma melhora nisso] poderia ajudar a empresa nacional, mas também a entrada de mais dinheiro estrangeiro. E não ter só o dinheiro estrangeiro em aplicações financeiras, mas em investimentos produtivos. É isso que o Brasil precisa.

Respondendo à questão sobre características positivas e negativas da implementação de um negócio por um estrangeiro em Sergipe, o Entrevistado 1, em meio à sua resposta, reclama não haver um sistema mais racional, sincronizado e integrado de atendimento às necessidades de um empreendedor estrangeiro, destacamos o trecho a seguir:

ENTREVISTADO 1: As instituições não conversam entre 'eles' mesmos...há uma grande dificuldade de colocar todas as instituições de forma...sincronizada – sem grande perda de tempo. Sem ter que ir de cá para lá. Deveria haver uma integração

A falta de suporte institucional voltado para o imigrante empreendedor internacional mostra-se comum em cidades relativamente novas como destino de imigração internacional, como ocorre com a capital e demais municípios da região de Sergipe (PRICE e CHACKO, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, acreditamos termos alcançado de forma satisfatória todos os objetivos, como também respostas ao problema inicialmente suscitado. A adoção do método estudo de caso sob a perspectiva analítica do mixed embeddedness com adaptações, mostrou-se medida de certa audácia, contudo, eficiente e qualificado em vista aos fins propostos. Mostrou-se também justo o destaque às teorias pós-industriais, considerando a temática de fundo socioeconômico e as peculiaridades do caso atinentes ao início de século XXI, no que acreditamos ser um processo explicável pela teoria pós-fordista, como ocorreu com o emblemático fenômeno de descentralização produtiva com implicações migratórias, designado “Terceira Itália”, precedente histórico, que neste trabalho foi destacado e no qual buscamos, de “modo diacrônico” inspiração para nominar o presente trabalho.

Os resultados obtidos na pesquisa, tendo em vista os objetivos definidos, mostrou-nos que a razão precípua que levou a deflagração do processo de abertura do empreendimento fora da Itália, confunde-se com o “fator de expulsão” do país de origem, que no caso, foi a crise mundial do capitalismo em 2008, que inviabilizou o trabalho no setor imobiliário na Europa ou qualquer expectativa de se obter resultados satisfatórios com investimentos financeiros naquela região do planeta. O destino migratório da investida internacional do grupo de empreendedores para abertura de uma empresa de médio porte do setor imobiliário se definiu por Sergipe, região sem tradição de destino de migração internacional ou sequer representa destaque como destino turístico internacional, o que reforça a crença no fato de tal decisão se dar por razões eminentemente mercadológicas, ou dentro da gramática do modelo analítico aqui adotado, devido à existência de uma “estrutura de oportunidades”, que gerou inicialmente adequada abertura de mercado para esses empreendedores, a partir do ano de 2011. Onde, por um lado, o considerável poderio financeiro (capital econômico), somado ao relativamente adequado nível técnico (ou capital humano) - conhecimentos em gestão, experiência internacional de parte dos empreendedores, formação educacional – encontra, por outro lado, propícia abertura no mercado da região de Sergipe ou na estrutura de oportunidades local naquele momento. Esta estrutura, à época, pode ser descrita como: de grande oferta de terras disponíveis; alta valorização dos imóveis para venda; mercado em expansão, o que foi viabilizado pela regulação do setor permitir a aquisição de terras por estrangeiros, nomeadamente, a partir da orientação dada pelo parecer da Advocacia Geral da União, que tinha o poder de revogar o art. 1º, § 1º, da Lei nº 5709/71, decisão que foi ratificada por ato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (cf. supra). Entretanto, tal permissão para aquisição de terras talvez não fosse fator suficientemente forte para a vinda desses empreendedores para o Brasil, se a crise mundial de 2008 houvesse

atingido imediatamente o país. A relativa estabilidade da economia em meio à crise é atribuída a gestão do governo Lula, como destacado no trabalho.

A experiência dos empreendedores italianos objeto de nosso estudo desde a chegada ao Brasil no ano de 2011, mostrou-se não plenamente favorável. O fato da região de Sergipe não ser uma região tradicional de imigração italiana, ou mesmo imigração internacional em geral e por consequência, não dispor de um contingente de conacionais ou coétnicos destes empreendedores, mostrou-se um obstáculo ao estabelecimento de relações confiáveis e de colaboração, o que segundo a literatura anteriormente destacada neste trabalho, facilitaria a integração, sobrevivência e chances de sucesso do grupo imigrante. Esta precariedade do aspecto das relações na região de destino ou do “capital social”, foi em parte suprida pelo alto capital econômico disponível a esses empreendedores a partir de suas relações transnacionais, ou mais especificamente a partir do fundo formado na Itália por sócios investidores, para atender a empresa. As informações colhidas em campo, nos levam a crer, porém, que as referidas dificuldades encontradas nas relações, mais especificamente, nas relações profissionais ou organizacionais com os nativos, são somadas a certas peculiaridades decorrentes do capital humano, onde certo despreparo gerencial, confundível com ingenuidade, os fizeram eleger parcerias sem as necessárias competências para um início dos negócios de modo mais harmonico e favorável no país.

Em se tratando de formas de capital, ao se buscar testar a proposição levantada acerca do “capital étnico” favorecer ou não o imigrante empreendedor italiano em seus negócios na região de Sergipe no período de tempo analisado, esta se mostrou favorável ao menos na relação do italiano com os consumidores dos imóveis por eles vendidos, quando o apelo de ser uma empresa de origem italiana gera expectativas positivas no que tange a padrão de qualidade e estético. Assim, o alardeado *made in Italy* ou a informação de tratar-se de padrão italiano ou europeu parece contribuir com as vendas dos imóveis o que nos faz imaginar que tal atributo talvez se estenda a vendas em outros ramos de negócios. O mesmo não se pôde aferir da percepção dos italianos entrevistados em relação a outros setores do negócio imobiliário como, por exemplo, na interação com bancos, fornecedores e outras entidades. As relações pessoais dos empreendedores e o acolhimento social em sentido geral, entretanto, mostrou-se ser favoravelmente influenciados pelo capital étnico.

Alguns outros obstáculos encontrados por esses imigrantes atribuíveis ao quadro institucional federal foi a burocracia, sendo destacada a complexidade das demandas de ordem fiscal e trabalhista. No estado de Sergipe foi enfatizado um certo corporativismo do setor imobiliário, sendo uma evidência a restrição encontrada ao tentarem se vincular como

membro à importante associação local do setor. Apesar do bom trato pessoal que recebem nos ambientes institucionais que frequentam, foi uma outra queixa, a falta de aparato adequado dessas instituições privadas ou públicas para a assistência a esses empreendedores estrangeiros em suas necessidades de cunho administrativo ou fiscal, seja a nível municipal ou estadualou a devida atenção aos investimentos para fins produtivos. A alegada “falta de diálogo” entre entidades ou falta de sincronia de ações que beneficiem este tipo de empreendedor, geram morosidade, maiores custos e desestímulo. A falta de suporte institucional adequado ao imigrante empreendedor pode ser compreendido como um traço comum em destinos novos para este tipo de imigração (KLOOSTERMAN e RATH, 2006), não sendo, portanto, uma exclusividade das cidades de Sergipe.

Uma pretensão dos desenvolvedores da perspectiva analítica do *mixed embeddedness* é a de que na aplicação do modelo se utilize de uma abordagem abrangente o suficiente para que se permita a comparação internacional de padrões do empreendedorismo imigrante, de modo teoricamente fundado, aqui no caso desenvolvido em Sergipe pode ser para tal fim, disposto do seguinte modo: dentro da tipologia de mercado criada pelos mesmos autores (figura 3, abaixo), a abertura de mercado oportunizada para os empreendedores italianos em Sergipe seria em atividade considerada como pós-industrial que exige alta qualificação (quadrante 3, fig. 3) em um mercado em expansão (sobretudo à época da chegada – anos 2011/2012); observa-se baixo capital socialrelacionado localidade de destino (CSL) - Sergipe, combinado com alto capital social transnacional (CST) e capital humano (CH) insatisfatório por parte desses imigrantes empreendedores; tais fragilidades são amenizáveis pelo alto capital econômico (CEc) e com a contribuição, em alguma medida, do “capital étnico”(CEt) do qual são detentores. Segue figura do esquema de mercados, utilizado por Kloosterman e Rath (2006),com adaptações, desta vez considerando especificamente a configuração a partir das evidências empíricas resultantes do caso estudado:

FIGURA 3: Adaptação do esquema da tipologia de mercados de acordo com a acessibilidade e potencial de crescimento, com representação da mobilização das formas de capital pelos empreendedores estudados em Sergipe.



Adaptada de Kloosterman e Rath (2006).

Adaptando-se a figura proposta de Kloosterman e Rath (2006), para esquematizar a configuração encontrada a partir da aplicação do *mixed embeddedness* ao caso estudado em Sergipe, propomos a inserção de um gradiente dos capitais considerados como influentes no caso estudado, onde o posicionamento mais baixo na coluna à esquerda, indica menores disponibilidades de determinado capital e o posicionamento mais ao alto, indica relativamente maior disponibilidade. Consideramos ainda que tanto o capital humano (CH), quanto o capital étnico (CEt), estão implicados em uma análise mais abrangente sobre o **capital social** do imigrante empreendedor em relação ao **local** de destino (CSL). O alto capital econômico (CEc) também ganha destaque como recurso disponibilizado aos empreendedores no caso estudado, sobretudo, pelo apoio que recebem de um grupo de investidores na Itália que compõe assim a rede social transnacional dos imigrantes

empreendedores, que aqui indicamos como componentes do capital social transnacional (CST), contrapondo-se, assim, ao relativamente precário CSL. Tais componentes são combinados na mesma figura com o posicionamento dos empreendedores italianos ante a “estrutura de oportunidades”, que à época da chegada em Sergipe era um mercado em expansão, mas que nos últimos anos - a partir de 2015 – devido à crise no setor, tende a estagnação.

No nosso entendimento, considerando o arcabouço analítico priorizado no modelo do *mixed embeddedness*, acreditamos que o diferencial que poderíamos destacar ante achados de estudos desenvolvidos em localidades da Europa e outras regiões é a força do capital social a partir das relações entre coetnicos marcante nos estudos de fora, o que não ocorre no caso de Sergipe, onde são praticamente inexistentes tais relações, sendo um elemento que poderia ser citado, especificamente no caso estudado sobre empreendedores italianos, é a conjunção capital econômico e capital étnico, como relevante na experiência e desempenho do empreendedor em Sergipe.

Assim, acreditamos que futuros trabalhos, talvez considerando estudos de casos múltiplos em diferentes cidades ou um comparativo entre a realidade de grupos italianos com outros grupos étnicos diversos no nordeste brasileiro, poderiam assegurar a delimitação de padrões migratórios e aprofundar e enriquecer consideravelmente estudos sobre o tema da imigração do empreendedor e das categorias neste trabalho relacionadas, na referida região do país. O resultado de tais estudos, em outra perspectiva, podem contribuir com setores políticos e socioeconômicos pertinentes, no sentido de possíveis adequações aos quadros institucionais, o que significaria assim, um legado institucional decorrente dessas pesquisas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

AMIN, Ash (Ed.). **Post-Fordism: a reader**. John Wiley & Sons, 2011.

AMORIM NETO, Octavio . A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 52, p. 43-54, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000400004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 fev. 2018.

ANDRADE, Pedro Henrique Gandra Pia de. Política doméstica e política internacional: a institucionalidade da política brasileira de comércio exterior. 2011. 91 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93742>>. Acessado em: 12/02/2018.

ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, v. 9, n. 1, p. 38-60, 2006.

AUGUSTO, Amélia. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In: **Forum Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2014. p. 73-77.

BAGNASCO, Arnaldo. Imprenditorialità e capitale sociale: il tema dello sviluppo locale. **Stato e mercato**, v. 26, n. 3, p. 403-426, 2006.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, JAP de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. **Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo**, p. 57-110, 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Pedro Henrique. História - Bretton Woods. Desafios do Desenvolvimento, IPEA, ed. 50, 2009. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**, v. 2, 1997.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. Editora Contexto, 3ªed., São Paulo, 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital (1986). **Cultural theory: An anthology**, p. 81-93, 2011.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. DP&A, 2001.

BRASIL. Decreto-lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2627.htm >. Acesso em 12 de out. 2016.

BRASIL. Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Poder Executivo. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>, Acesso em: 12 de maio de 2017.

BRASIL. Lei 4591 de 16 de dezembro de 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.htm > . Acesso em 07 de novembro de 2017.

BRAILLY, Julien et al. *Embeddedness as a multilevel problem: A case study in economic sociology*. **Social Networks**, v. 44, p. 319-333, 2016.

BRUCE, Steve; YEARLEY, Steven. **The Sage dictionary of sociology**. Sage, 2006

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013, p. 186.

CAPPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado. **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 31, 2008.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão et al. As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância. 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. Editora Iluminuras Ltda, 2003.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, p. S95-S120, 1988.

CORONEL, Daniel Arruda. O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. **Revista da fae**, v. 10, n. 2, 2007.

DE CARVALHO, Marília Gomes. Antropologia e as culturas organizacionais. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 2, 1997.

DE GIORGI, Alessandro. Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. **Punishment & Society**, v. 12, n. 2, p. 147-167, 2010.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. Senac, 1999.

DE NEGRI, Fernanda; LAPLANE, Mariano F. Impactos das empresas estrangeiras sobre o comércio exterior brasileiro: evidências da década de 1990. 2003.

- DE NEGRI, João Alberto; ACIOLY, Luciana. Novas evidências sobre os determinantes do investimento externo na indústria de transformação. 2004.
- DE OLIVEIRA, Márcio. O tema da imigração na sociologia clássica. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 73-100, 2014.
- DOMINGUES FILHO, João Batista. Epistemologia Social e Metodologia: survey, comparação e estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, semestral, v. 1, n. 33, 2006.
- ELMAN, Colin; GERRING, John; MAHONEY, James. Case Study Research Putting the Quant into the Qual. **Sociological Methods & Research**, p. 0049124116644273, 2016.
- ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. Unesp, 2001.
- FARIA, Luiz AE. Capitalismo, espaço e tempo. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 261-283, 1999.
- FERNANDES, Duval. **O Brasil e a migração internacional no século XXI** – Notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata, organizadores. **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Seção I, p. 19- 39.
- GARCIA, Ana S. Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2011, 2011.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, v. 2, p. 64-89, 2002.
- GOERMAN, Patricia L. Adapting cognitive interview techniques for use in pretesting Spanish language survey instruments. **Survey Methodology**, p. 3, 2006
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360-1380, 1973.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American journal of sociology**, p. 481-510, 1985.
- HARVEY, David. The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of social change, Cambridge - MA, Blackwell, 1990.
- HIRATUKA, Célio. Estratégias comerciais das filiais brasileiras de empresas transnacionais no contexto de abertura econômica e concorrência global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 42, n. 2, p. 113-141, 2000.
- HOLMWOOD, John. Sociology after Fordism: Prospects and problems. **European Journal of Social Theory**, v. 14, n. 4, p. 537-556, 2011.

IBGE –As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil, 2001.
Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21898>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

JONES, Trevor et al. New migrant enterprise: novelty or historical continuity? **Urban Studies**, v. 49, n. 14, p. 3159-3176, 2012.

KATILA, Saija; WAHLBECK, Östen. The role of (transnational) social capital in the start-up processes of immigrant businesses: The case of Chinese and Turkish restaurant businesses in Finland. **International Small Business Journal**, v. 30, n. 3, p. 294-309, 2012.

KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. Fapesp, 1994.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**, v. 2, p. 13-31, 2000.

KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness: (in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. *International journal of urban and regional research*, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, Jan. Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 27, n. 2, p. 189-201, 2001.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, J. Mixed embeddedness as a conceptual framework for exploring immigrant entrepreneurship. **Eurex Lecture**, v. 8, p. 111-135, 2006.

KLOOSTERMAN, Robert C. Matching opportunities with resources: A framework for analysing (migrant) entrepreneurship from a mixed embeddedness perspective. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2010.

KIRSCHNER, Ana Maria. A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia da empresa. **Brasil: mosaico da década de**, v. 90, 1999.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

LACERDA, Moara Ferreira. Diálogo Teórico das Migrações Internacionais: Desafios Eminentes a uma Compreensão Holística. **Áskesis**, v. 3, n. 1, p. 159, 2014.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90. 1999.

LAZEGA, Emmanuel et al. Catching up with big fish in the big pond? Multi-level network analysis through linked design. **Social Networks**, v. 30, n. 2, p. 159-176, 2008.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis) embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, 2010.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MCKENZIE, Brian; UGBAH, Steve D.; SMOTHERS, Norman. " Who Is an Entrepreneur?" Is It Still the Wrong Question? **Academy of Entrepreneurship Journal**, v. 13, n. 1, p. 23, 2007.

MILLS, Charles Wright; DUTRA, Waltensir. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. **São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco**, p. 01-10, 1993.

MOMO, Gilda Amaral Carvalho; BÓGUS, Lucia Maria Machado. Fluxos migratórios qualificados da Europa para o Brasil: quem são os novos imigrantes. **Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais**. ISSN 1982-4807, n. 15, 2015.

MURRAY, Fergus. Flexible specialisation in the 'Third Italy'. **Capital & Class**, v. 11, n. 3, p. 84-95, 1987.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2008.

PAN, Yuling. Cognitive interviews in languages other than English: Methodological and research issues. In: **The 2004 American Statistical Association Proceedings of the Joint Statistical Meetings**. 2004.

PAULANI, Leda Maria et al. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PETERS, Nonja. Mixed embeddedness: does it really explain immigrant enterprise in Western Australia (WA)? **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 8, n. 1/2, p. 32-53, 2002.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS—Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa**, 2004

PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (orgs.), **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RATH, J. C. et al. Needle games. A discussion of mixed embeddedness. 2002b. In: *Unravelling the Rag Trade: Immigrant Entrepreneurship in Seven World Cities*. Editor Jan Rath. Oxford. New York: Berg Publishers, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, v. 3, 1999.

RODRIGUEZ, J. C. C. Os efeitos de limitadas capacidades materiais na política externa de potências intermediárias do sistema internacional: o caso do Brasil. Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/8646>>. Acesso em 12/02/2018.

SALLUM JR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Dados**, v. 54, n. 2, 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais (R: I)**, n. 44, p. 25-35, 2014

SAINSAULIEU, Renaud e SEGRESTIN, Denis. Para uma teoria sociológica da empresa. 1987.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72.

SCHMIDT, Diogo Serafim. Valores étnicos e empreendedorismo: estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e de italianos no Rio Grande do Sul. 2015.

SCHMITTER, Philippe C., “The design of social & political research”, em Donatella Della Porta e Michael Keating (orgs.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences a Pluralist Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-59, (2008).

SCOTT, James Brown. Nationality: *jus soli* or *jus sanguinis*. **The American Journal of International Law**, v. 24, n. 1, p. 58-64, 1930

SERAFIM, Maurício C.; LEAO; Isabela. Uma perspectiva Italiana do Empreendedorismo: Entrevista com Alberto Martinelli. **RAE - eletrônica**, v. 6, n. 2, 2007.

SEYFERTH, Giralda. A Imigração no Brasil. Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB, São Paulo**, n. 57, p. 1, 2004.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2017.

SOLÉ, Carlota et al. **El empresariado inmigrante em España**. Fundación "la Caixa", 2007.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Via Lettera Editora e Livrar, 2005.

TENÓRIO, Fernando G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de administração pública**, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, 2011.

THACHER, David. The Normative Case Study1. **American journal of sociology**, v. 111, n. 6, p. 1631-1676, 2006.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. DEMARTINI, ZBF; _____. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Editora UFSCAR, 2005

VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. **RAE- eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 7, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F., CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.31-61. ISSN 0103-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>> Acesso em 12.12.2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **Brazilian Foreign Policy in Changing Times: the quest for autonomy from Sarney to Lula**. Lexington Books, 2012

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, trad. **Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa**, 4ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, v. 1, p. 243-275, 2009.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy (Ed.). **Leftist governments in Latin America: successes and shortcomings**. Cambridge University Press, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 4ª Ed., 2010.

ANEXO

Roteiro de Entrevista - 1 (ENTREVISTADO 1 - DP)

Sugestão inicial de roteiro de entrevista feita com um Italiano que trabalhou por certo período para a empresa do Estudo de Caso.

Capital Humano, Social e Afinidade cultural

1. Qual a tua região de origem na Itália? A mesma da Polypromotion?
2. Qual sua formação?
3. Já residia no Brasil antes de ser contratado pela Polypromotion ou já veio contratado da Itália?
4. Começou quando na empresa?
5. Como foi seu processo de contratação? Através de Amigo/indicação? Balcão Currículo?
6. Trabalhou quanto tempo? No que consistia o seu trabalho?
7. Sempre trabalhou nessa área? Há uma rigidez de funções dentro da empresa? ex.: Vc fazia sempre as mesmas atividades ou faz atividades diversas?
8. Eles preferem trabalhar com italianos, parentes e amigos a nativos?
9. Não era comum empresa com direção de estrangeiros em Sergipe. Por que a escolha de Sergipe nesse momento? Por que não o sul do Brasil que tem uma certa história de fluxo com a Itália?
10. Você tratava diretamente ou recebia ordens diretas do Lino Iemi (presidente do grupo na Itália e formalmente conselheiro no Brasil)?
11. E a relação com os brasileiros/sergipanos no trabalho, funcionava bem? quais as facilidades ou dificuldades, além da língua?
12. Pode falar algo sobre como foram os preparativos para chegar a Sergipe? Instituições Italianas ou brasileiras que ajudaram? Viagens prévias?
13. Sentem-se bem acolhidos socialmente no Brasil?
14. (Se positiva a resposta) Essa afinidade com o italiano ajuda? Em que medida? Acha que pode influenciar nos negócios? Há confiança?
15. Há alguma relação com empresários locais? Em que aspecto se dá? Participam de associações de empresários? E associações de empresários italianos?
16. As brasileiras são muito ou pouco receptivas ao Italiano? Como vê isso?

17. Quantos na Poly são casados com brasileiras ou tem algo mais sério?
18. Por que a direção não trouxe mulheres da Itália para trabalhar aqui? Puro acaso ou não? Alguém trouxe a família para viver aqui?
19. Depois que saiu da Poly quais são seus planos para o Brasil?

Políticas públicas

20. O governo de Sergipe ou algum ente público ajudou de alguma forma na fase de instalação de vocês ou depois?
21. A nível federal. Vocês chegaram aqui no ano de 2011, governo da presidente Dilma. As políticas do Lula e Dilma (PT), foram favoráveis ou não foram pra vocês? Seja no processo de instalação ou posteriormente...Como percebe isso? Melhorou, piorou ou não houve nenhuma mudança com a saída da Dilma?
22. Relação com políticos sergipanos? Influenciaram a criação de alguma norma junto ao legislativo ou qualquer órgão? Reuniões com figuras públicas?
23. Como estavam os negócios na Itália na época da decisão por Sergipe? Alguma influencia da crise de 2008?
24. A questão da lei trabalhista no Brasil é pior ou melhor para o empresário do que na Itália, como vê esse aspecto?
25. Abrir uma empresa no Brasil e manter-se no mercado é mais complexo/burocrático do que na Itália?
26. Os recursos financeiros para investimentos ou manutenção da Poly são captados totalmente aqui no Brasil ou vem da Itália? Poderia falar um pouco sobre como funciona essa questão?

Mercado

27. Identifica alguma particularidade positiva/negativa no mercado da região?
28. O consumidor brasileiro o que diria dele? Recorda algum episódio mais particular?
29. O que pode dizer da concorrência local?
30. Diferenças em relação à região que conhece na Itália?

A questão local

31. Conseguiria enumerar quais características de Sergipe são favoráveis e desfavoráveis à instalação de uma empresa por um italiano? Identifica alguma particularidade ou característica positiva/negativa no mercado da região? Há diferenças em relação a outra

região do Brasil que conheça? E em relação à Itália, quais seriam as principais diferenças no mercado?

32. E os sergipanos como te parece? (dizer que não sou sergipano para facilitar expressão sincera).

Transnacionalismo /Outras

33. Quanto à empresa Poly, qual era autonomia em relação à sede na Itália?

34. Existe alguma dependência do trabalho desenvolvido na empresa/Poly com outras empresas na Itália?

35. Outras instituições italianas colaboram com a Poly do Brasil? O governo italiano, por exemplo ou outra entidade qualquer?

36. E aqui no Brasil? Quais instituições? Relações com outros empresários italianos aqui no Brasil?

37. Consideram-se migrantes? Identificam-se com essa palavra? (tenho uma experiência prévia em que percebi que o italiano não se identifica com o termo migrante quando aplicado a eles, ainda que se referindo a levas do passado. Esse termo parece estigmatizado na Itália/Europa e estritamente relacionada com ao atual cenário de migração com fluxos coletivos provenientes de países periféricos para a Europa e a própria Itália).

38. Como a atual tecnologia de comunicação ajudou vocês no contato com a Itália, faz diferença? Chega a influenciar no resultado dos negócios ou não?

39. Frequenta amigos italianos por aqui? Há uma comunidade italiana?

40. Quais são seus planos para Brasil ou Sergipe?

Roteiro de Entrevista - 3 (ENTREVISTA 3 - BB)

Sugestão inicial de roteiro de entrevista realizada com italiano prestador de serviços de tradução de documentos e aulas de italiano para funcionários da Polypromotion do Brasil e que mantém vínculos de amizade com membros da empresa.

i. Capital Humano, Social e Étnico

1. Qual a tua região de origem na Itália?

2. Qual sua profissão /atividade atualmente?

3. Já residia no Brasil antes de ser contratado pela Polypromotion ou já veio contratado da Itália?

4. De que modo colabora/ trabalha com a empresa/ sempre a mesma atividade?

5. Como foi seu processo de contratação?

6. A partir de sua experiência na empresa., pode dizer se eles preferem trabalhar com italianos, parentes e amigos a trabalhar com o pessoal daqui, os nativos?
7. Não era comum empresa com direção de estrangeiros em Sergipe. Por que a escolha de Sergipe naquele momento (ano de xxx)? Por que não o sul do Brasil que tem uma certa história de fluxo com a Itália? Como vê isso?
8. Você tratava diretamente ou recebia ordens diretas do Lino Iemi (presidente do grupo na Itália e formalmente conselheiro no Brasil)?
9. E a relação com os brasileiros/sergipanos na empresa, funcionava bem? quais as facilidades ou dificuldades, além da língua? Acha que eles gostam de trabalhar com italianos? Como vê isso?
10. Pode falar algo sobre como foram os preparativos para chegar a Sergipe? Instituições Italianas ou brasileiras que ajudaram? Viagens prévias?
11. Sentem-se bem acolhidos socialmente no Brasil? As pessoas gostam de vocês?
12. (Se positiva a resposta) Essa afinidade com o italiano ajuda? Em que medida? Acha que pode influenciar nos negócios? Acredita que existe confiança por parte dos brasileiros?
13. O pessoal da Polypromotion tem alguma relação com empresários locais? Em que aspecto se dá? Participam de associações? E associações de empresários italianos?
14. Quantos na Poly são casados com brasileiras ou tem algo mais sério?
15. Por que a direção não trouxe mulheres da Itália para trabalhar aqui? Puro acaso ou não? Alguém trouxe a família para viver aqui?
16. Sua filha de 20 anos, também italiana, começou a trabalhar na Polypromotion há quanto tempo? Qual a função dela lá dentro? Como foi o processo de contratação? O convite partiu deles, vc sugeriu que ela trabalhasse lá...? O fato dela ser italiana ajuda ou não?
17. Com que frequência você os visita agora? Ocasões sociais?

ii. Políticas públicas

18. Você tem uma boa convivência com todos os italianos que trabalham na Poly do Brasil. Provavelmente tem algumas informações sobre o negócio. Sabe informar se o governo de Sergipe ou algum ente público estadual ajudou de alguma forma na fase de instalação da empresa ou depois?
19. Relação com políticos sergipanos? Reuniões com figuras públicas?
20. Sabe algo sobre como estavam os negócios na Itália na época da decisão por Sergipe? Alguma influencia da crise de 2008?

21. Pelo que percebe na convivência com eles, abrir uma empresa no Brasil é mais complexo/burocrático do que na Itália? E manter-se no mercado? E a lei trabalhista?

iii. Mercado

22. Algumas impressões suas sobre Omo vêm o mercado

23. Como sente a avaliação deles sobre o mercado local? Eles reclamam muito ou falam bem dos negócios? Foi sempre do mesmo jeito ou está diferente ultimamente?

24. E sobre o consumidor brasileiro o que falam? Recorda algum episódio mais particular?

25. O que pode dizer da concorrência local?

26. Acha que lucram mais aqui do que na Itália?

iv. Transnacionalismo /Outras

27. Vocês se consideram imigrantes (empreendedores) de algum modo? Identificam-se com essa palavra?

28. Há uma comunidade italiana em Sergipe? E de empresários italianos?

Roteiro de Entrevista 4 - (Entrevistado 4 - LM)

Sugestão inicial de roteiro de entrevista realizada com italiano, diretor da empresa.

i. Capital Humano, Social e Étnico

1. As atividades da Polypromotion do Brasil foram iniciadas oficialmente no ano de 2012. O senhor pode falar um pouco de como se iniciou o projeto de abertura da empresa e como aconteceu a escolha da região de Sergipe para iniciar os trabalhos?

2. Já residia ou desenvolvia trabalhos no Brasil antes de ser contratado pela Polypromotion ou já veio contratado da Itália para trabalhar na empresa? Como iniciou o trabalho com a Polypromotion?

3. A sua educação foi na Itália, qual a sua formação?

4. Sobre o modelo de trabalho...As atividades do senhor e demais trabalhadores na empresa são rígidas? Faz sempre as mesmas atividades ou as atividades são diversas?

5. Quantos Italianos e quantos brasileiros trabalham hoje na empresa?

6. Diferente de outras regiões do Brasil, não era comum empresas criadas e dirigidas por estrangeiros em Sergipe. Por que a escolha de Sergipe lá no ano de 2012? Por que não o sul do Brasil que tem uma certa história de fluxo com a Itália?... (Mercado aqui estava favorável?... Incentivos políticos?)

7. E a relação com os brasileiros/sergipanos no trabalho, funciona bem? Quais as facilidades ou dificuldades, além da língua?

8. Sentem-se bem acolhidos socialmente no Brasil? O fato de serem italianos abre portas, gera desconfianças (capital simbólico)?
9. (Se positiva a resposta) Essa afinidade com o italiano ajuda? Em que medida? Acha que pode influenciar nos negócios?Há confiança?
10. Há alguma ligação ou parceria da Poly com empresários locais? Participam de associações de empresários? E associações de empresários italianos?
11. Por que a direção não trouxe mulheres da Itália para trabalhar aqui? Por puro acaso ou não? Alguém trouxe a família para viver aqui?
12. Qual a sua formação profissional?

ii. Organização/Modo de regulação /Políticas públicas e estrutura institucional

13. Como estavam os negócios na Itália na época da decisão de abrir uma empresa em Sergipe? Alguma influencia da crise de 2008?
14. O governo de Sergipe ou algum ente público apoiou de alguma forma na fase de instalação de vocês ou ajuda ainda hoje?
15. A organização é como uma única pessoa jurídica ou mais de uma? (em caso de mais de uma) Por que foi necessária mais de uma ?
16. Eu lembro que certa vez falou de uma idéia inicial de produzir seu próprio material de construção – seriam um arranjo produtivo para atender as necessidades da empresa, formado por algumas empresas que abririam aqui. Como está essa idéia hoje?
17. Falando da política a nível federal. Vocês abriram oficialmente a empresa no ano de ____, governo da presidente Dilma Rouseff. As políticas da fase de Lula e Dilma foram favoráveis de algum modo pra vocês ou não foram? Como percebe isso? Com a saída da Dilma, melhorou, piorou ou não houve nenhuma mudança significativa?
18. Ainda sobre a questão da política em Sergipe.. Como é a relação de vocês com os políticos sergipanos – governadores, prefeitos, deputados, vereadores? Vocês costumam solicitar audiências ou reuniões com figuras públicas? São apoiados de algum modo por alguma instituição?
19. A questão da lei trabalhista no Brasil é pior ou melhor para o empresário do que na Itália, como vê esse aspecto?
20. Os recursos financeiros para investimentos ou manutenção da Poly são captados totalmente aqui no Brasil ou parte vem da Itália? Poderia falar um pouco sobre como funciona essa questão captação de recursos para investimentos ou manutenção?
21. Como estão hoje os negócios hoje? Mais ou menos estável? melhor ou pior do que quando começaram?

iii. Mercado/ questão local

- 22. Quais seriam as vantagens e obstáculos do mercado brasileiro ou sergipano? Identifica alguma particularidade ou característica positiva/negativa no mercado da região?
- 23. Como pode descrever o consumidor da região? É exigente ou não? Confiam nos Italianos ou não....?
- 24. O que pode dizer da concorrência local, as outras construtoras, incorporadoras?
- 25. Sobre o projeto do condomínio residencial que foi lançado em Lagarto-SE, mas depois foi cancelado. Hoje passado algum tempo, quais foram as razões do não sucesso?

iv. Transnacionalismo /Outras

- 27. Como funciona a relação ou dependência do trabalho desenvolvido na Poly promotion do Brasil com a Polyworld ou outra empresa qualquer na Itália?
- 28. Outras instituições italianas colaboram com a Poly do Brasil? O governo italiano, por exemplo ou outra entidade qualquer?
- 29. E aqui no Brasil? Vocês estão ou já estiveram ligados a alguma agencia ou Câmara de comércio? Existem relações com outros empresários italianos aqui no Brasil?
- 30. Como a atual tecnologia de comunicação ajudou vocês no contato com a Itália, faz diferença? Chega a influenciar no resultado dos negócios ou não?
- 31. Consideram-se migrantes? Identificam-se com essa palavra?
- 32. Já existe hoje uma comunidade italiana em Sergipe ou não chega a tanto?